

ENSINO RELIGIOSO: UM ESPAÇO PARA O LAICO

Marcos Vinicius de Freitas Reis
Sérgio Rogério Azevedo Junqueira
Fernanda Cristina da Encarnação
dos Santos
(ORGANIZADORES)



N E P A N

Coleção
Estudos de Religião 02

ENSINO RELIGIOSO:UM ESPAÇO PARA O LAICO

Nepan Editora
Rio Branco - Ac
2020

O *Fórum de Pesquisadores de Ensino Religioso da Região Norte* é formado por um grupo de professores e pesquisadores que assumiram o desafio de discutir o Ensino Religioso como um componente curricular a partir da leitura da região amazônica. Este processo ocorre por meio de publicações e eventos.

Conselho Científico

Antônio Carlos Sardinha (UNIFAP)
David Júnior de Souza Silva (UNIFAP)
Edile Maria Fracaro Rodrigues (IPFER/PUCPR)
Elaine Costa Honorato (UFAC)
Fábio Py (UENF)
Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos (UNIFAP)
Maria Conceição Cordeiro da Silva (UNIFAP)
Manoel Ribeiro de Moraes Junior (UEPA)
Marcos Vinicius de Freitas Reis (UNIFAP)
Rodrigo Oliveira dos Santos (IPFER/PUCSP)
Rosângela da Silva Siqueira (UEA)
Sérgio Rogério Azevedo Junqueira (IPFER/UEPA)

Esta coleção *Estudos de Religião* é um diálogo entre pesquisadores da Região Norte e de outras regiões do país e do exterior. As publicações são o resultado da parceria com o Grupo de Pesquisa Centro de Estudos de Religião, Religiosidades e Políticas Públicas (CEPRES/AP) da Universidade Federal do Amapá, Instituto de Pesquisa e Formação Educação e Religião (IPFER) e o Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (IBDSEX); Associação de professores e pesquisadores de Ensino Religioso do Amapá (APPERAP); Observatório da Democracia, Direitos Humanos e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá; Especialização em Estudos Culturais e Políticas Públicas da Universidade Federal do Amapá; Curso de Graduação em Relações Internacionais – UNIFAP; Associação Nacional de História / Seção Amapá; Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGH – UNIFAP) ; Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fontes (PPGEF); Programa de Pós-Graduação Profissional de História.

ENSINO RELIGIOSO:

UM ESPAÇO PARA O LAICO

Marcos Vinicius de Freitas Reis
Sérgio Rogério Azevedo Junqueira
Fernanda C. da Encarnação dos
Santos

(ORGANIZADORES)

Livro 2

Conselho Editorial

Agenor Sarraf Pacheco - UFPA
Ana Pizarro - Universidade Santiago/Chile
Carlos André Alexandre de Melo - UFAC
Elder Andrade de Paula - UFAC
Francemilda Lopes do Nascimento - UFAC
Francielle Maria Modesto Mendes - UFAC
Francisco Bento da Silva - UFAC
Francisco de Moura Pinheiro - UFAC
Gerson Rodrigues de Albuquerque - UFAC
Hélio Rodrigues da Rocha - UNIR
Hideraldo Lima da Costa - UFAM
João Carlos de Souza Ribeiro - UFAC
Jones Dari Goettert - UFGD
Leopoldo Bernucci - Universidade da Califórnia

Livia Reis - UFF
Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro - UFAM
Marcela Orellana - Universidade Santiago/Chile
Marcello Messina - UFAC
Marcia Paraquett - UFBA
Maria Antonieta Antonacci - PUC/SP
Maria Chavarria - Universidad San Marcos
Maria Cristina Lobregat - IFAC
Maria Nazaré Cavalcante de Souza - UFAC
Miguel Nenevé - UNIR
Raquel Alves Ishii - UFAC
Sérgio Roberto Gomes Souza - UFAC
Sidney da Silva Lobato - UNIFAP
Tânia Mara Rezende Machado - UFAC

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E59e

Ensino religioso: um espaço para o laico, livro 2 / Marcos Vinicius de Freitas Reis, Sérgio Rogério Azevedo Junqueira, Fernanda C. da Encarnação dos Santos (organizadores). – Rio Branco: Nepan, 2020.

168p.: il. – (Coleção Ensino Religioso na Região Norte).
Inclui referências bibliográficas
ISBN: 978-65-990272-6-0

1. Religião. 2. Religião – Estudo e ensino. Ensino religioso. I. Reis, Marcos Vinicius de Freitas. II. Junqueira, Rogério Azevedo. III. Cristina, Fernanda da Encenação. IV. Título.

CDD 22. ed. 370

Biblioteca Maria do Socorro de O. Cordeiro – CRB 11/667

Editoração: Marcos Paulo Torres Pereira

Tratamento dos originais e revisão: Willian Gonçalves da Costa

Capa: Fernanda Cristina da Encarnação dos Santos

VII Prefácio

- 9 **Capítulo 1**
A importância do estudo regional: Ensino Religioso e Ciência da Religião na educação escola
Rosângela da Silva Junqueira
- 21 **Capítulo 2**
Superação da intolerância no espaço da escola em diálogo com a Laicidade
Marcos Vinicius de Freitas Reis
Sérgio Junqueira
- 43 **Capítulo 3**
Ensino Religioso e a Ciência da Religião Aplicada
Rodrigo Oliveira dos Santos
- 65 **Capítulo 4**
Na Região Amazônica o desenvolvimento do Ensino Religiosos
Marcos Vinicius de Freitas Reis
Sérgio Junqueira
- 81 **Capítulo 5**
Ensino Religioso e sua aplicabilidade contemporânea: como deve ser o perfil de um professor que trabalha com esta disciplina?
Elaine Costa Honorato
- 91 **Capítulo 6**
A pluralidade religiosa e os desafios na educação escolar: escuta e diálogo no contexto do Ensino Religioso
Rosângela da Silva Siqueira
- 107 **Capítulo 7**
Visita técnica: lugares sagrados
Taciane Jaluska
Sérgio Junqueira

- 123 **Capítulo 8**
Sagrado na sala de aula
Edile Maria Fracaro Rodrigues
- 151 **Capítulo 9**
Questões práticas: expressões religiosas amazônicas
Milena Maria de Sousa Silva
Rosiane Barbosa Ferreira
- 168 **Sobre os autores**



Prefácio

A presente obra tem por objetivo oferecer informações para que o professor de ensino religioso tenha referenciais para poder ter maiores subsídios para suas aulas. Sabemos que a formação do professor de ensino religioso no Brasil é muito precária. Muitos dos docentes buscam em instituições religiosas material para poder trabalhar em suas aulas em função da ausência de conteúdo. Sabemos que a laicidade é um problema na sociedade brasileira. Não conseguimos ter tratamento igualitário as diversidades religiosas e manifestações de religiosidades. Privilegiamos aspectos do universo católico e evangélico por entendermos que são as duas ramificações mais importantes do espectro religioso. Ledo Engano. O Brasil é mais plural do ponto de vista religioso e cultural que pensamos.

Entendemos que não é mais a teologia, história, geografia, sociologia, filosófica ou literatura que são responsáveis de pensar o fenômeno religioso no contexto escolar. A ciência de referência é a Ciência da Religião. Forma profissionais específicos para que os docentes sejam capazes de propor aulas e projetos de intervenção que respeite a pluralidade e evite proselitismo e intolerâncias religiosas.

Pensando nesta perspectiva o livro traz o trabalho intitulado “A importância do estudo regional: Ensino Religioso e Ciência da Religião na educação escolar” escrito pela Profa. Rosângela da Silva Siqueira. Logo em seguinte, o texto “Superação da intolerância no espaço da escola em diálogo com a Laicidade” escrito pelos docentes Marcos Vinicius de Freitas Reis e Sérgio Rogério Azevedo Junqueira, que discutem como a escola pode enfrentar o racismo e intolerância religiosa no contexto da laicidade brasileira. Logo após, apresenta-se o trabalho “Ensino Religioso e a Ciência da Religião Aplicada” desenvolvido pelo

Prof. Rodrigo Oliveira dos Santos, que defende a ideia de uma aplicabilidade da ciência da religião na Amazônia.

Pensando a realidade do ensino religioso na Amazônia, o texto “Na Região Amazônica o desenvolvimento do Ensino Religioso” escrito pelos autores Marcos Vinicius de Freitas Reis e Sérgio Junqueira discutem como se deu a evolução do ensino religioso na Amazônia. O trabalho “Ensino Religioso e sua aplicabilidade contemporânea: como deve ser o perfil de um professor que trabalha com esta disciplina?”, desenvolvido pela autora Elaine Costa Honorato disserta sobre a identidade do professor de ensino religioso; Rosângela da Silva Siqueira colabora com outro texto “A pluralidade religiosa e os desafios na educação escolar: escuta e diálogo no contexto do Ensino Religioso” dissertando como é importante debater o pluralismo religioso em sala de aula. Logo em seguida, Taciane Jaluska. E Sérgio Rogério Azevedo Junqueira em “Visita técnica: lugares sagrados”, debatem sobre como podemos adequar conhecimentos religiosos com visitas a espaços sagrados com os alunos: Os textos “Sagrado na sala de aula” escrito por Edile Maria Fracaro Rodrigues debate a importância de estudar o sagrado em sala de aula, e por fim, “Questões práticas: expressões religiosas amazônicas” das autoras Milena Maria de Sousa Silva e Rosiane Barbosa Ferreira.

Marcos Vinicius de Freitas Reis
Sérgio Rogério Azevedo Junqueira
Fernanda da Encenação Cristina

A importância do Estudo Regional: Ensino Religioso e Ciência da Religião na educação escolar

Rosângela da Silva Siqueira

Nem sempre somos o que aparentamos ser, deste modo, há necessidade de uma pedagogia que nos faça atravessar o muro e ver quem somos e porque vivemos. Há quem diga que os europeus são brancos, os africanos negros, os asiáticos amarelos e os índios cobreados. Fomos feitos pela fusão de diferentes povos e pela mistura da sabedoria deles. Podemos, até dizer que somos mais humanos por termos mais humanidades misturadas em nós. Porém, melhor mesmo será se nos fizermos mais humanos, absorvendo o melhor de cada gente, como o sentimento musical e a alegria de viver dos negros; o gosto pelo convívio, a sociabilidade e a bondade dos índios; a sagacidade dos amarelos e a sabedoria dos brancos. Assim, florescerá no Brasil a civilização mais bonita do mundo.

(Adaptação do texto de Darcy Ribeiro)

A região onde está situado o Estado do Amazonas possui 1.559.161,68 km² de extensão, correspondendo a 40,46% da Região Norte, com 18,45% de todo o território brasileiro e 31% da área total da Amazônia Brasileira, sendo por isso considerado o maior Estado da República Federativa do Brasil.

O Estado do Amazonas é banhado pela Bacia Hidrográfica Amazônica, a maior Bacia Hidrográfica do mundo, abrangendo cerca de 6,5 milhões de km², na América do Sul e 4,8 milhões de km², no Brasil.

O rio Amazonas é considerado o maior rio do planeta, com 7.100 Km, em extensão e em volume de água, é o principal rio da

Bacia Amazônica, recebendo água de afluentes importantes como o rio Negro, o rio Purus, o rio Madeira e o rio Juruá, entre outros. Estima-se que na Bacia Amazônica habitam cerca de 2.500 espécies de peixes, equivalente a 75% das espécies do Brasil em água doce e 30% da ictiofauna mundial.

De acordo com o Censo de 2010 (IBGE), a população do Estado do Amazonas compreende um quantitativo de 3.480.937 (três milhões quatrocentos e oitenta mil e novecentos e trinta e sete habitantes), sendo 1.751.328 homens e 1.729.609 mulheres, equivalente a 1,68% da população Brasileira. O Estado do Amazonas possui 62 municípios, sendo que a maior concentração da população ocorre no Município de Manaus, capital do Estado.

Segundo a Secretaria de Estado de Planejamento o Estado do Amazonas apresenta inúmeras oportunidades para investimentos, constituindo-se como importante fronteira econômica pelas excepcionais condições que oferece, por exemplo o maior conjunto de benefícios fiscais existentes no Brasil; O polo industrial moderno, tecnologicamente avançado e com elevada escala de produção e em processo de maior integração via produção de componentes eletrônicos e de duas rodas; Amplas reservas minerais, especialmente do polo de gás e petróleo; Ambiente favorável para o ecoturismo, facilitado por ter uma das maior floresta tropical do mundo. Potencial para aproveitamento de produtos regionais como plantas medicinais, especiarias, oleaginosas, fruticultura tropical, pescado etc.

O cenário amazônico, por ser complexo é desafiador, sobretudo, direcionando as atenções para as necessidades da diversidade cultural do homem amazônico, visto que, no contexto atual da sociedade brasileira, tem-se uma demanda legítima por profissionais que exigem novos conhecimentos, saberes, competências e ideais.

De tal modo, favorecer a consciência crítica, técnica e política sobre o processo da formação histórica do povo manauara, é de maneira especial, oportunizar a leitura alicerçada nas reflexões

baseada numa perspectiva problematizadora e investigativa da própria formação do homem amazônico. Nessa perspectiva, o campo educacional tem seu destaque, visto que os desafios existentes perante a realidade social local constroem a base teórica para um processo contínuo de aprendizagem.

Assim sendo, com o objetivo de refletir e possibilitar o acesso ao conhecimento necessário a atuação do exercício pleno da docência na área de Ensino Religioso na Educação Básica, com base na visão que trabalha os aspectos socioculturais, especialmente, do fenômeno religioso que trata de diferentes questões circunstanciais das manifestações religiosas.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2010 p.34), ressalta que o processo de educar configura como um ato desafiador, conforme exposto no art. 5º das referidas Diretrizes:

O Direito à educação, entendido como um direito inalienável do ser humano constitui o fundamento maior dessas Diretrizes. A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais.

Observa-se que o acesso à educação e conhecimento é um dos direitos imprescindíveis que deve alcançar o ser humano em seus diversos aspectos, isso significa que a educação torna possível ao/a estudante ter acesso a bens sociais, tais como: trabalho, saúde, habitação e ainda à diferença.

É importante ressaltar que o direito a diferença corresponde a diversos aspectos humanos, que constituem a sociedade brasileira, ou seja, étnico, gênero, cor, raça, religião, entre outros. Além disso, a história e memória da população amazonense é marcada por diferentes povos e etnias, no qual se manifesta a cultura e a religião.

Desde modo, as pluralidades religiosas podem ser tanto estudadas empiricamente, quanto fenomenologicamente, porém

conhecer as distintas diferenças da religião, primeiramente nos aspectos de conhecer para conviver, em outras palavras, um dos principais alvos da educação é promover um aprendizado voltado para aprender a respeitar. Desde modo, os conhecimentos adquiridos sobre a cultura e do universo simbólico do homem amazônico, compete ressaltar, que esse tema é tão amplo que, antes de tudo, é preciso delimitá-lo. Ou seja, ao se pensar o Ensino Religioso que considere a regionalidade do homem amazônico, se destaca aqui o marco histórico proporcionado pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Ponto de partida do Currículo na Educação Nacional que deve ser sempre uma análise dialogada, codificada e decodificada da realidade local e coletiva das diferentes regiões do Brasil.

O Estado do Amazonas apresenta características peculiares, que precisam ser consideradas, principalmente, pelas comunidades ribeirinhas com diversas realidades e, modo de coexistir particular e plural. Conseqüentemente, conhecer essas realidades envolve desafios, sendo necessário reunir informações concretas sobre as particularidades das populações indígenas, ribeirinha, quilombolas e urbanas.

Desta feita, a realização deste trabalho, proporcionará melhor aprendizagem, portanto melhor desempenho das competências e habilidades por parte dos educandos, pois na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, pontua a importância da ação pedagógica para oferecer aos educandos uma melhor compreensão e apropriação dos conhecimentos sobre o fenômeno religioso, como um fenômeno humano que acompanha a história da humanidade.

Além disso, o Ensino Religioso articulado com os demais componentes curriculares, estuda as transformações pelas quais passam as sociedades humanas, por meio do tempo e do espaço, processo por meio do qual se manifesta as diferentes culturas religiosas, fenômeno pelo qual o ser humano organiza sua vida incomum, estruturando-se em grupos humanos.

Essa ação pedagógica das diferentes matrizes religiosas presente na cultura brasileira, todavia, é a essência da história do povo brasileiro, num processo dinâmico, diverso e plural, o qual não segue um desenvolvimento linear cronológico. Deste modo, compreender o fenômeno religioso é identificar e conhecer a ação dos sujeitos e, ainda assim, assimilar a forma como produzem os bens simbólicos materiais, e não materiais, bem como os conhecimentos e os valores, os quais são criados e transformados constantemente, a partir das necessidades específicas historicamente situadas.

Durante muito tempo, a sistematização por meio da vivência e experiências adquirida como professora e pesquisadora no Estado do Amazonas, proporcionou-me uma infinidade de desafios na área das Ciências da Religião, por sua vez, a necessidade de debruçar-me sobre a base epistemológica do Ensino Religioso, de modo geral, aqui tentaremos (des)construir alguns impasses cristalizados em torno desse componente curricular do Ensino Fundamental, especialmente, nas questões assumidas por uma educação libertária das ações de intolerâncias, preconceitos e discriminações, motivadas por questões de preferências religiosas.

Por outro lado, se busca propiciar a leitura e os conhecimentos de aspectos diferenciados do fenômeno religioso, é aproximar uma leitura sobre o simples movimento de equilíbrio do campo educacional e religioso, ou mesmo, de apreciações de fatos simbólicos materiais e não imateriais construídos coletivamente pelas distintas formas religiosas. Pensamos que é preciso procurar novos conceitos e novos modelos educativos, o qual acolham e adotem o (re)conhecimento das diferenças religiosas.

Essa disposição estratégica, teoricamente, é desenvolvida nas minhas atividades como Formadora Educacional na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, por ser qualificada na área de Teologia, Filosofia, Mestre e Doutora na área de Ciências da Religião e, pelo fato de entender que a formação continuada apropriada aos professores de Ensino Religioso, é uma necessidade

educacional, porque aponta para o abandono dos modelos de ensino catequético e proselitistas nas escolas pública.

A escolha do modelo de Ensino Religioso com base nas Ciências da Religião, promove ensino aprendizagem, a meu ver, o único modelo respaldado que sustenta uma autonomia epistemológica e pedagógica, promove conhecimento das questões filosóficas do fenômeno religioso. Na trilha dessas questões, a formação continuada de professores para o Ensino Religioso na rede pública do Amazonas, avança significativamente para uma educação que estuda as múltiplas formas de religiosidade/espiritualidade presente na contemporaneidade.

Nessa perspectiva, o ensino convida para um verdadeiro diálogo com o mundo plural de hoje, aqui tentamos apontar para a importância da educação cidadã, que aborda as questões da dignidade humana, orienta para o respeito as diferenças, promove habilidades e competências apropriado ao convívio com as diversas formas religiosas, ou seja, já que a dimensão religiosa faz parte da constituição cultural dos indivíduos e grupos sociais, essa conscientização sobre os diferentes horizontes das religiões poderá ser atendido, entretanto se vislumbra como algo secundário.

Para empreender a análise sobre o fenômeno religioso, no trabalho de formação de professores propomos um refinamento das questões de fundo da experiência e/ou expressões religiosas e um aprofundamento da exposição das tradições religiosas e suas correlações socioculturais. Embora, na atualidade compreendemos que o trabalho desenvolvido por muitos professores de Ensino Religioso, estão articulados pedagogicamente com os conteúdos básicos objetos do processo de ensino aprendizagem, isso significa que nas escolas de Manaus, os professores com habilidades, métodos e técnicas pedagógicas necessários para a construção e a reconstrução do conhecimento religioso, já desenvolvem atividades de ensino aprendizagem com base nas Ciências da Religião, visto que, no contexto atual da sociedade brasileira, tem-se uma demanda legítima por novos profissionais que exigem

novos conhecimentos, saberes, competências e ideais.

Neste sentido, o professor de Ensino Religioso deve conhecer as transformações que ocorrem no campo educacional. Para tanto, é necessário que ele esquematize suas aulas identifique os seguintes aspectos:

- a) Reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade e a complexidade das manifestações e experiências religiosas no contexto escolar e social;
- b) Compreender os diversos processos de aprendizagem nas diferentes etapas de desenvolvimento dos educandos, bem como, contribuir na busca de respostas aos seus questionamentos existenciais, no entendimento da sua(s) identidade(s) religiosa(s) e na convivência com as diferenças;
- c) Analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e na manutenção das suas respectivas realidades sociais, históricas, políticas e culturais;
- d) Compreender, respeitar e valorizar os princípios históricos, culturais, filosóficos, éticos, doutrinários e morais das diferentes matrizes religiosas (africana, indígena, oriental e ocidental);
- e) Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, as famílias e a comunidade, reconhecendo a pluralidade cultural destes contextos, assumindo a diversidade nos seus múltiplos aspectos;
- f) Interpretar o fenômeno religioso na diversidade cultural local e global, com diferentes leituras, através das Ciências da Religião, da Sociologia, da Psicologia, da Antropologia, da Filosofia, da História, da Geografia, das Artes, da Teologia, da Educação e outras áreas de conhecimento;
- g) Manusear as tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de

aprendizagens significativas e utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

- h) Aprofundar continuamente seus conhecimentos mantendo uma postura de professor pesquisador;
- i) Atuar com ética e compromisso, com vistas à constituição de uma sociedade justa, solidária e humana, que questiona e busca intervir nas fontes geradoras do sofrimento, da ignorância e da injustiça.

Esperamos que essas contribuições se tornem pautas nos planos de aulas e nas discussões dos modos de ver e dizer do Ensino Religioso nas escolas públicas. Portanto, talvez seja possível vislumbrar uma discussão em torno do Ensino Religioso como uma disciplina que defende um projeto de formação de uma cidadania plena, pautada em pressupostos educacionais, que possa semear novas ideias estimulando o desenvolvimento profissional dos educadores com uma visão epistemológica com ênfase aos fundamentos das ciências da religião e sua aplicação ao ensino religioso escolar.

Por fim, essas interferências que aqui se propõem não são oriundas de análise de uma cientista da religião, todavia, são de dados que se oferecem pelo esforço da análise sobre aprendizados educacionais, para se compreender as distintas formas de expressões religiosas presentes no contexto mundial, sobretudo, na região do Estado do Amazonas, suas práticas, seus contextos simbólicos, além do que, contribuir para a reflexão do sentido da religião no cotidiano da vida humana. Portanto, o estudo das ciências da religião pode oferecer um importante papel educacional, e, deste modo, o Ensino Religioso tem uma tarefa primordial de proporcionar aos alunos o conhecimento das tradições religiosas.



Foto: Comunidades indígenas do Alto Rio Negro - Amazonas
Fonte: Siqueira (2019)



Foto: Pajé na apresentação do ritual indígena



Fonte: Siqueira (2019)

Formação Continuada de Professores de Ensino Religioso – SEMED





Foto: Siqueira (2019)

Referências

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

_____. *Diretrizes da Educação Nacional*. Lei nº 9.394/96. Diário Oficial da União, 20/12/1996.

_____. *Emenda ao art. 33 da LDB 1996*. Lei nº 9.475/97. Diário oficial da união, 23/07/1997.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS. *Parecer 37/01*. Proposta do perfil do professor do ensino religioso. Manaus: CEE, 2001.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS. *Resolução 03/02*. Reconhece o curso superior de formação de professores de ensino religioso. Manaus: CEE, 2002.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO
AMAZONAS. *Resolução 108/01*. Perfil do professor do ensino
religioso. Manaus: CEE, 2001.

CRUZ, Eduardo. *Estatuto Epistemológico da ciência da religião*. In:
PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (org.). *Compêndio de
ciência da religião*. São Paulo: Paulinas, 2013, pp. 37-49.

PASSOS, João Décio; Usarski, Frank (org.). *Compêndio de ciência
da religião*. São Paulo: paulinas, 2013.

Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do brasil*.
São Paulo: 2ª edição, companhia das letras, 1995.

TEIXEIRA, Faustino. *A(s) ciência(s) da religião no brasil:
afirmação de uma área acadêmica*. São Paulo: Paulinas, 2001.

Superação da Intolerância no Espaço da Escola em Diálogo com a Laicidade

Marcos Vinicius de Freitas Reis
Sérgio Junqueira

Introdução

Nos últimos anos estamos assistindo movimentação de bancadas religiosas de confissões cristãs, que tem proposto projetos de lei, defendendo a escola sem partido, uso da bíblia nas escolas, ensino religioso doutrinário, evitar que temas como gênero e a lei 10639 sejam trabalhados nas escolas por entenderem serem algo “demoníaco”, e impedindo que as diferenças religiosas sejam trabalhadas no contexto escolar sem discriminação, preconceito ou outras formas de estigma.

A partir deste cenário é fundante que exista na escola um espaço para dialogarmos sobre as diferenças culturais do país em que está incluído o campo religioso, para tal o ensino religioso como disciplina escolar é um destes espaços que religioso deverá ser pautado pela pluralidade cultural e religiosa do Brasil. Retomando que a laicidade no país garante ao cidadão brasileiro o direito de ter ou não uma religião, uma vez escolhido ter alguma forma de contato com o sagrado, esta pode ser feita de inúmeras formas. Portanto, o professor precisar estar preparado para discutir com o aluno e com os outros setores da escola a influência destas multiplicidades de identidades religiosas estão presentes no cotidiano na vida das pessoas.

A Laicidade uma opção visando o respeito

A Laicidade é compreendida como um sistema que defende a exclusão da influência da religião no estado, na cultura e na educação. O Estado Laico compreende que este país opta por não assumir uma religião oficialmente visando à convivência entre religiões e credos com a perspectiva de combater o preconceito e a intolerância religiosa (GIUMBELLI, 2002). O Brasil desde 1891 assumiu não ter uma religião oficial, e com isso, no decorrer do tempo às constituições apresentou de forma cada vez mais clara a separação do Estado e da Igreja (GIUMBELLI, 2002)¹.

Compreender a construção da Laicidade no Brasil é preciso fazer memória deste país que em suas origens foi denominado de Terra de Santa Cruz, e como primeiro ato solene, celebrou-se uma missa. Isto revela que desde as origens da sociedade brasileira o catolicismo torna-se religião oficial. No regime imperial, a Constituição de 1824, conhecida como “Constituição da Mandioca”, ratificou o catolicismo como religião adotada como única do estado reconhecida oficialmente, mais permitindo que outras tradições religiosas fossem permitidas o seu culto doméstico, vedando ainda a construção de templos ou atos públicos (JUNQUEIRA, 2008).

Porém, com a adoção da República, a Constituição de separou de vez a Igreja Católica Romana do Estado, adotando pela primeira vez em termos constitucionais a laicidade. Nesta Constituição não há menção a Deus ou possíveis benefícios que o Estado deveria oferecer para o catolicismo ou qualquer outra tradição religiosa. (JUNQUEIRA, 2008).

Porém, a Constituição de 1934 há menção de Deus no

¹ A laicidade consiste na liberdade de culto e de ter ou não uma religião a partir de uma escolha do indivíduo. Não cabe as matrizes religiosas interferirem em assuntos públicos e não cabe as instâncias públicas interferirem em questões internas das religiões. O estado é neutro em matéria sobre religião, não concedendo privilégios a uma religião em detrimento da outra.

preâmbulo e se dá o reconhecimento para liberdade de culto, desde que não contrariasse a ordem pública e os bons costumes. A ideia de Getúlio Vargas, à frente da presidência do Brasil, constituía de ter o apoio da Igreja Católica para com o seu governo. Constituir boas relações com os bispos e padres consistia em legitimidade para as ações do Estado.

Com a implementação da ditadura denominada Estado Novo, o discurso de combate ao comunismo, secularização e outros inimigos da nação brasileira, o catolicismo ganha status “quase religião oficial”. Permaneceu o ensino religioso confessional, investimentos públicos em obras de caridade, realização com presença de políticos em atos religiosos católicos, a construção do Cristo Redentor, dentre outras ações. Apesar desta aproximação, a constituição de 1937 garantiria o livre exercício de cultos religiosos,

Com o fim do Estado Novo e o reinício do período democrático, a Constituição de 1946 trouxe inovações no tema. Ela estabeleceu a imunidade tributária, com relação aos impostos, para os “templos de qualquer culto”, desde que as rendas fossem aplicadas integralmente no País

De acordo com Junqueira (2008) A Constituição de 1967/69 reforçou a proibição do Estado subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos. Porém, há a previsão de colaboração entre Estado e as organizações religiosas, no interesse público, especialmente nos setores educacional, assistencial e hospitalar. Enfim, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi promulgada sob a proteção de Deus, como é possível verificar em seu preâmbulo.

Segundo Reis (2011) a cada eleição que ocorre no Brasil, o número de parlamentares católicos e evangélicos eleitos crescem. Tais políticos atuam defendendo a moralidades de suas confissões religiosas. Isto implica em dizer que contraria a laicidade do Brasil. Propõem benefícios para suas igrejas e não respeitando a igualdade de tratamento entre todas as matrizes religiosas. Não são raros os

momentos que há concessão de rádio e tv para evangélicos e católicos, defesa do ensino religioso confessional, investimento público em ações sociais das igrejas, combate ao aborto, casamento gay e do racismo religioso.

O Estado Brasileiro não pode, nem deve continuar considerar um Estado Laico, sem antes buscar defender todas as religiões, por meio do combate à intolerância religiosa por meio de ações que identificasse e combatesse intolerância na sociedade como um todo. Como se verifica a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural que no seu art. 4º, expressa: A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana e no art. 5º, estabelece que a diversidade cultural seja, “parte integrante dos direitos humanos, que são universais, indissociáveis e interdependentes” (UNESCO, 2002).

A partir deste percurso histórico sobre a presença da laicidade nas constituições adotadas pelo Brasil, percebemos relação com a questão dos direitos humanos. A partir dos anos 60, movimentos sociais intensificam a luta por melhorias da qualidade de vida e o respeito pelas diferenças gênero, raça, classe e ambiental. Nessas perspectivas é possível compreender se um cidadão é incluído ou excluído da sociedade a partir do fator religioso.

Assim, incorporar nas reflexões educacionais a variedade cultural presente na sociedade, entre essas a diversidade religiosa que provêm desta pluralidade cultural, é, ao mesmo tempo, necessária para a construção de uma escola democrática e, por isso, mais inclusiva, razão pela qual se faz necessário ao universo educativo escolar abrir-se para a convivência com as diferentes expressões culturais e estimular movimentos de afirmação da identidade cultural dos diferentes grupos existentes no Brasil. Para assim construir um convívio harmonioso entre essa multiplicidade cultural.

Diversidade Religiosa dialoga com o Respeito e a Tolerância

A busca pela relação com o sagrado está presente na vida dos seres humanos desde os tempos remotos. A preocupação dos homens em compreender as suas origens, os significados de suas atitudes, e o sentido da morte, encontra na religião explicações coerentes com seus anseios. Isto é, a relação com o mundo metafísico é algo comum entre as tradições religiosas. Essas vão desde as mais antigas sociedades mesopotâmica, europeu-célticas, asiáticas, afro-brasileiras, e culturas indígenas das Américas, ágrafas, panteístas, de tradição oral; seguindo das religiões politeístas durante a Antiguidade (na África: Egito; na Europa: Grécia, Roma, Escandinávia, Ibéria, Ilhas Britânicas e regiões eslavas; no Japão, com o Xintoísmo; na Índia, com o Hinduísmo; na América pré-colombiana: Asteca, Maia etc.); e depois por volta do último milênio A.C, constituíram-se as religiões monoteístas: o judaísmo e o cristianismo, seguindo do islamismo, bramanismo, o zoroastrismo, o sikhismo.

No parágrafo anterior nos referimos as diferentes formas de expressão do sagrado ao longo da história, em quase todas as elas, se encontram as seguintes características: crenças no sobrenatural, no Sagrado (Deus, Ser Supremo), os quais são evocados por meio de rituais ou celebrações, normas de vida, vivência comunitária, indumentárias, comidas, danças, festas, crenças, organização sócio-político, dentre outras características.

Em meio a diversidade, cada religião expressa de forma diferente suas linguagens, formas de celebrar, orações e de relacionarem-se com Alteridade e de simbolizar de formas diferentes esses fenômenos religiosos vivenciados pelos membros de cada cultura. Identificando tal pluralidade de formas religiosas, precisamos evitar formas de discriminação, estigmas, preconceitos ou qualquer ato de hierarquização entre as religiões.

Ao longo da História da Humanidade, a alteridade nem sempre foi respeitada. Guerras originaram por razões religiosas.

Problemas diplomáticos e embargos econômicos no contexto internacional são oriundos pelas diferenças culturais e religiosas, a exemplo da relação oriente e ocidente a partir da pauta terrorismo islâmico. A necessidade de respeitar a diversidade religiosa presente na humanidade foi afirmada ainda em 1948 pelo art. 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

De acordo com Reis (2011), os dados do IBGE vêm apresentando mudanças no campo religioso brasileiro. A cada década que passa tem queda do número de católicos, aumento do número de evangélicos e sem religião. Podemos dizer que o Brasil “não é mais um país católico, e sim um país de maioria de católicos”. Ou seja, falar em religiosidade no Brasil, e falar em pluralidade que coexistem entre si.

Segundo a Constituição Brasileira de 1988: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias” (BRASIL, 1988, art. 5º, VI). Na mesma constituição o art. 210, § 1º da Constituição, esclarece que “o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental” (BRASIL, 1988). E dentro desse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 1996, no art. 33, ratifica a posição da Constituição quanto à diversidade religiosa do Ensino religioso nas escolas brasileiras.

Com este conjunto de leis e normativas a defesa da diferença precisa ser pauta de políticas públicas por parte da sociedade brasileira. Não podemos admitir que formas de intolerâncias religiosas sejam motivadas por determinados grupos religiosos que veem a prática do outro como errada, diferente e anormal. O fundamentalismo religioso pode ocasionar mortes, conflitos armados, não aceitação o outro, e dificuldades da consolidação de um sistema democrático plural. Dito de outra forma: prisões ilegais, espancamentos, torturas, execução injustificada, negação de benefícios e de direitos e liberdades civis, agressões verbais,

ataques a templos religiosos, destruição da propriedade, expulsão de seus praticantes, incitamento ao ódio, constituem-se em flagrante intolerância religiosa e, pior, atingem diretamente a premissa inviolável do direito de culto manifesto na Constituição Federal de 1988.

No andar da carruagem da História, são inúmeros os exemplos de intolerância religiosas ocorridos. Um dos fatos mais marcantes foi a Santa Inquisição. Durante o período da Idade Média, estabeleceu uma implacável perseguição a todos aqueles que não se declaravam cristãos, foram mortos judeus, bruxos, e outras pessoas que professavam outras formas de relações com os sagrados, sendo taxados como hereges. O único modelo de religiosidade aceito era o catolicismo.

Outro grupo que sofreu muita perseguição religiosa foram os negros. Propagava-se muito nas colônias portuguesas e espanholas, que o negro, herege, pagão, não tinha alma, não era «filho de Deus», em última análise, não era nem mesmo um ser humano podendo, portanto, ser considerado que a função na sociedade era mão-de-obra escrava. Tal situação, pode ser caracterizada como racismo religioso.

No tocante a questão racial no Brasil, a religião cristã sempre tentou silenciar a cultura africana. A partir da cosmovisão eurocêntrica desqualifica, não reconhece e hierarquiza tudo o que é produzido em termos políticos, culturais e econômicos dos negros. Isto é, recorre a explicações religiosas para justificar ações de intolerância, discriminação e preconceito.

Além da escravidão, o pensamento religioso justificou no século XX o Holocausto, quando milhões de judeus, cigano, homossexual, deficiente físico e mental foram mortos em campos de concentração, exilados ou censurados, por não se adequarem ao ideário ariano de Adolf Hitler. É então que Goebbels apresenta o Nazismo como se fosse uma religião a ser respeitada - havia uma nova fé alemã a defender. No livro *Deutsche Gottschau*, Hauer defendia que a supremacia história e do povo da Alemanha.

Segundo Maues (1990) no Brasil, no contexto amazônico a intolerância religiosa também se fez presente na cultura africana e indígena. Os cultos afro-brasileiros mesclados com a pajelança foram perseguidos e criminalizados. Os jesuítas criaram a Santa Inquisição no Norte do Brasil para perseguir modelos de religiosidade ou modelos culturais que fossem diferentes da visão cristão europeia. Abominavam as práticas religiosas que preservavam o contato dividido com o boto, as aves, uso dos elementos da natureza para rituais de cura.

Conforme aponta Ivanir os Santos, o Brasil um país de maioria católica, a perseguição a terreiros de umbanda e candomblé persistem até os dias atuais. Segundo Ferreti a perseguição à prática religiosa de matriz africana provocou o surgimento do sincretismo religioso, instrumento pelo qual os negros, para disfarçar sua prática religiosa, adotaram para si elementos da fé católica e os mesclaram com sua própria religiosidade. Por exemplo, o Oxalá foi associado com Jesus Cristo, Iansã assemelhava com Santa Bárbara, Xangô em São Gerônimo, dentre outros exemplos.

São recorrentes as queixas de evangélicos, como um todo, e de pentecostais em particular, que reclamam que sofrem intolerância religiosa, seja pelas suas vestimentas, seja por serem criticados por darem o dízimo, ou até mesmo por professarem publicamente sua fé. No Estado do Amapá, os missionários da Assembleia de Deus que chegam em Macapá em 1906, foram presos por lideranças católicas e políticas locais na Fortaleza de São José. De acordo com Reis e Carvalho (2016), os assembleiano foram acusados de serem contra a fé católica e o trazer novas ideias que não estão de acordo com os costumes locais. Por intermédio do governador do Pará, os missionários foram soltos e retornaram a Belém do Pará de onde tinham vindo. No ano de 1917, outros missionários voltaram a Macapá e conseguiram fundar a primeira Igreja Assembleia de Deus de Macapá (na época a cidade de Macapá pertencia ao Pará).

De acordo com Said (2007) o ocidente sempre criou uma imagem negativa do oriente e a explicação religiosa ajudou nesta fundamentação teológica. A partir de uma visão subalternizada as práticas religiosas, culturais e políticas vivenciadas pelo Oriente Médio, África, Ásia eram vistas como atrasadas, exóticas e primitivas. Usavam a literatura, pintura, artes em geral para promover uma visão de mundo que o Oriente precisaria de uma intervenção do Ocidente para mudar suas práticas. Religiosidades islâmicas, judaicas, japonesas foram duramente criticadas como demoníacas por não seguirem os valores cristão católicos. Portanto, "converter" os outros, dizer a eles que suas crenças são equivocadas e que somente a crença no Deus único é correta é algo da gênese cristã.

Nesta sessão, citamos apenas alguns exemplos de como a intolerância religiosa está presente na história das mais variadas sociedades presentes no mundo. Muitas são as situações que ocasionaram conflitos diplomáticos, guerras ou outras formas de entendimento. Contudo, a fundamentação que explica a pluralidade das maneiras de exclusão e preconceito, e não aceitar a identidade e a cultura do outro.

A Intolerância Religiosa na Educação Brasileira

No contexto escolar, porém verifica-se que a prática da discriminação ao outro pela a partir da questão religiosa diariamente. As religiões de matrizes africanas são as mais atingidas

De acordo com Reis e Lopes (2017) As religiões de matriz africana, foram, ao longo do tempo, depreciadas e desqualificadas, consideradas como manifestações “primitivas” e “arcaicas”. O número de praticantes das religiões de matriz africana encontra-se muito subestimado nos censos demográficos. No Censo 2000, 6.859 habitantes se declararam adeptos de religiões afro-brasileiras, mas entidades representativas das religiões de matriz

africana afirmam que o número é 20 vezes maior. A promulgação da lei federal 10639 de 2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e determinou a inclusão, no currículo da educação básica pública e privada do país, da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, foi considerada uma grande conquista na luta contra o racismo e a intolerância religiosa nas escolas públicas, porém sua implementação enfrenta diversos obstáculos nos sistemas educacionais e no ambiente escolar.

Albuquerque e Reis (2016) detectaram que são os diretores, professores e pedagogo os resistentes para implementação da lei 10639. Em questionário aplicado a professores de ensino religioso, diretores e a coordenação pedagógica, muitos desses profissionais não sabiam o que era laicidade, fomentam ensino religioso catequético a luz do catolicismo ou protestantismo, e pouco trabalham aspectos da africanidade nas escolas. Muitos professores relataram que nos Projetos Políticos Pedagógico das escolas nem constam o ensino das religiões etno raciais.

Pires (2008) destaca que alunos de religiões de matriz africana são discriminados e, por isso, nas escolas, escondem seus colares e as marcas de iniciação na religião. O autor relata que nas escolas acontecem agressões físicas, brincadeira de mau gosto, dificuldades de socialização, pressão das famílias para que a africanidade não seja praticada no ambiente escolar. Há situações de demissão e afastamento de professores que querem desenvolver projetos sobre a cultura e religiosidade negra. As nossas escolas têm ajudado a reforçar estigmas e não o respeito aos direitos humanos.

O Estado é laico e deve assegurar, tanto nas escolas públicas, como na fiscalização das escolas privadas, o pleno respeito à liberdade religiosa e à dignidade da pessoa humana. A escola pública precisa ser neutra em matéria de religião na condução das suas atividades administrativas e pedagógicas. (Domingues 2009). A escola precisa ser um espaço para discutir como o fenômeno religioso está presente na sociedade brasileira, ora excluindo, ora

incluindo (Domingues 2009). Precisamos avançar na tese que assuntos relacionados a fé é responsabilidade das famílias e das igrejas e cabe a escola pensar a religião enquanto conhecimento científico.

Precisamos urgentemente repensarmos a formação dos nossos acadêmicos e implementar uma política forte de formação continuada para professores em exercício. Revisão da prática pedagógica com o objetivo de combater preconceito faz-se necessário. As escolas brasileiras precisam estar em consonância o que diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos já em 1948 considerou essencial compreender a diversidade para construir o respeito de todos na sociedade. A educação brasileira precisa refletir e respeitar a diversidade cultural e religiosa do Brasil como aponta a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (BRASIL, 1991).

Nossos sistemas de ensino público precisam implementar políticas educacionais em prol do respeito a diversidade. O multiculturalismo, ambiente democrático, saber lidar com o diferente, são orientações da Constituição de 1988, pela LDB 9394/96, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental – Pluralidade Cultural de 1997, pelo Plano Nacional de Educação de 2001, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, pelas Conferências Nacionais de Educação de 2008 e 2010 e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica de 2010. Dito de outra forma: a diversidade religiosa é um desses aspectos da diversidade cultural apontados pelos documentos oficiais e educacionais do Brasil, a qual deve ser trabalhada na educação, com vistas a formar cidadãos multiculturalistas e superar a discriminação, o preconceito, a exclusão e perseguição das religiões minoritárias presentes em nossa sociedade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estimula e avança na obrigatoriedade do ensino da diversidade cultural e religiosa nas escolas, com o objetivo de combater preconceitos e

fundamentalismo religiosos. O ensino da religião como conhecimento científico, feito através de um cientista da religião, faz-se necessária para ajudar a na mediação de conflitos para manter a laicidade, ajudar na construção de práticas pedagógicas que dialoguem com a radiografia cultural e religiosa na realidade que a escola está inserida.

O Ensino Religioso sempre foi um componente curricular problemático nas escolas brasileiras. O docente utiliza as aulas para ensinar dogmas religiosos ligados à sua religiosidade. Há poucos materiais didáticos para o professor de ensino religioso, carga horária baixa e pouca formação na ciência da religião.

Apesar de todos os problemas citados no parágrafo anterior, o Ensino Religioso é um espaço fundamental para compreender o fenômeno religioso. A partir da diversidade religiosa e cultural de um povo, pode-se compreender a multiplicidade de expressões religiosas coexistindo, e como elas influenciam na sociedade.

O processo de escolarização é raiz do homem moderno, pois este espaço institucionalizado tem sido o responsável pela formação sistemática das gerações, onde os professores interagindo com os estudantes outros atores escolares interferem na de alguma forma na formação dos indivíduos, esta ação é uma das chaves para a compreensão das transformações atuais da sociedade do trabalho. É evidente que o impacto do ensino sobre a sociedade não se limita às variáveis econômicas, pois a escolarização está mais do que nunca no coração do processo de renovação das funções socio técnicas, como também da distribuição e a partilha dos conhecimentos e competências entre os membros da sociedade, uma questão torna-se significativa não é raro O hoje os setores e sociais em que não se encontrem modos de socialização e de formação que reproduzem as formas e conteúdo da escolarização: aprendizagem por objetivos, abordagens por competências, por exemplo.

O professor na construção de um espaço pedagógico-religioso contribuindo com seus saberes, seus valores e suas competências

nesta complexa tarefa colaboram em um percurso de ensino-aprendizagem para promover uma releitura da diversidade social. Para tal exige-se um processo contínuo de construção do sujeito historicamente situado.

Nesta perspectiva o saber da experiência é o primeiro passo no movimento didático que propõe a mediar à construção da identidade dos futuros professores. No caso dos professores de Ensino Religioso que em quase todos os estados brasileiros este profissional é oriundo de outras áreas e que a sua formação inicial construiu saberes sobre o que é ser docente é agregado à experiência de terem sido alunos nos sistemas educacionais. Este conjunto de experiências dos professores em formação possibilita-os em orientar suas práticas como profissionais da educação integrando conteúdo e didática.

Os professores em contato com os saberes sobre a educação e sobre a pedagogia podem descobrir instrumentos que se interroguem e sustentem suas práticas, confrontando-as de tal forma que a reflexão e a prática a partir do estudo e da investigação sistemática por parte dos profissionais da educação que necessitaram olhar, ver e analisar os aspectos apresentados na tentativa de colaborar com a construção da identidade do professor de refletir na ação, sobre a ação e sobre a reflexão na ação - uma proposta metodológica para uma identidade necessária de professor.²

Neste contexto da escola são utilizados diferentes instrumentos (livros, cadernos, manuais, quadros e outros que em comum possuem o fato de serem artefatos transmissores da cultura escrita e de serem escritos, codificados, objetivando o discurso escolar que fundamentalmente escrito distinguindo-se de outras práticas de formação então em uso e que giram em torno do

² Para estruturar esta concepção é preciso iniciar pelo entendimento de conhecimento que não é reduzido a informação, mas de que estas serão classificadas, analisadas e contextualizadas, produzindo novas formas de conhecimento e reflexão.

contexto da oralidade e dos saberes locais, cotidianos, informais e de aprendizagem por ouvir-dizer e “ver-fazer” (TARDIF & LESSARD, 58).

Portanto, os saberes dos professores não podem ser esperados de todas as dimensões do ensino, pois é sempre o saber de alguém que trabalha alguma coisa no intuito de realizar um objetivo qualquer, o saber não flutua, o saber é social, embora sua existência dependa dos professores.

A posse e a utilização do saber sobre todo um sistema que vem garantir a sua legitimidade e orientar sua definição e aplicação na universidade e na administração escolar. Um professor nunca define sozinho e em si mesmo o seu próprio saber profissional, pois esse saber é produzido socialmente. Pois, a história das disciplinas escolares, dos programas escolares e as idéias das práticas pedagógicas do que os professores ensinam e a sua maneira de ensinar evoluem com o tempo e as mudanças sociais.

O reconhecimento da diversidade cultural, enquanto fenômeno de nosso tempo traz para o campo da educação, e principalmente da educação religiosa, uma série de questões e desafios, tais como o respeito à diversidade cultural e religiosa e o redimensionamento das práticas educativas, a fim de se adequar às recentes demandas por uma escola mais democrática e inclusiva. Para atuação responsável diante da diversidade cultural nacional é fundante que o docente tenha consciência do pensar e refletir sobre este contexto característico de uma sociedade como a brasileira criativa e não de mera reprodução de situações alheias aos cenários deste país (ALARCÃO, 41).

A compreensão e o respeito à diversidade é um passar de uma visão de valorar as visões diferenciadas como expressão de uma consciência magia para leitura de formas diferenciadas de construir o conhecimento, a relação entre os seres humanos e o espaço que nos cerca. Este processo de significações humanas acerca do mundo deu na relação com a natureza e com o sagrado marcando novos espaços e novas orientações que inferem no

cotidiano das sociedades.

Para os professores é necessário que conheça o conceito e o desenvolvimento das estruturas de significações como um todo, inclusive no campo religioso a fim de que compreenda os elementos e categorias básicas de linguagem de estruturas, buscando e enraizando o respeito à diversidade. Promovendo o diálogo pressupondo a relação em partes distintas, estabelecendo vínculos de participação no mundo para realçar o rosto deste docente. Para tal é indispensável que o professor seja alfabetizado nos diferentes códigos culturais nas diferentes estruturas de significações e desenvolva por meio destes códigos o diálogo e a capacidade de compreender e se aproximar de um panorama plurirreligioso.

Nesta perspectiva de reflexão podemos afirmar que a cultura principalmente nacional e religiosa que teriam funcionamento até então como elementos de unidade e integração na sociedade de classe passando por um forte processo de mudança. O Universo cultural exige que se repense a questão das identidades culturais, considerando a multiculturalidade das sociedades, marcadas pelo enfraquecimento de antigas referências culturais por influência de uma cultura globalizada e pela multiplicação de afirmações diárias. Portanto, no mundo contemporâneo o velho e o novo, o local e o global, o moderno e o tradicional, o universal e o particular coexistem produzindo uma heterogeneidade cultural ligada a um sujeito definido não mais por uma identidade unificada e estável, mas por identidades contraditórias.

Diante dessas transformações, a identidade cultural brasileira também se depara com progressivas mudanças e busca, na convivência com as diferentes expressões culturais e religiosas, estimular movimentos de afirmação da identidade cultural dos diferentes grupos existentes no país.

Assim, os desafios da reflexão contemporânea circundam uma situação irremediavelmente pluralista. A racionalização cedeu espaço à incredulidade em qualquer sistema teórico ou

filosófico, com pretensão de fornecer descrições ou explicações abrangentes e totalizantes do mundo e da vida, fato este que proporciona o surgimento de muitos processos de hibridização cultural. As várias linguagens, os diversos espaços de formação de diferentes influências culturais, vão constituindo sujeitos diferenciados, mestiços de inúmeras narrativas, marcadas pelo sincretismo de um mundo sem fronteiras e fortemente segregado entre os que usufruem dos direitos básicos da cidadania e os muitos excluídos, considerando as inúmeras possibilidades de exclusão.

É importante ressaltar que a preocupação com educação aberta à diversidade cultural não surge apenas por razões pedagógicas, mas por motivos sociais, políticos e ideológicos, pois cresceu a consciência nas últimas décadas da realidade brasileira formada por matrizes e matizes diferenciadas de cidadãos brasileiros que a partir de seus movimentos articulados (consciência negra, indígenas, movimentos feministas, sem terras, GLBTI, etc.), tendem ao seu reconhecimento e à valorização. Buscando assim, caminhos para incorporar a diversidade cultural no cotidiano escolar. Dito de outra forma: as aulas de ensino religioso podem ser momentos importantes para compreendemos a cultura daquela região. Temas com racismo, homofobia, segurança pública, religião e política, religião e mídia, religião e cultura, religião e arte, religião e economia, ecologia, podem ser temas usados pelo professor em sala de aula, que a partir do fenômeno religioso consegue compreender a realidade no qual a sociedade está inserida.

A diversidade cultural é um tema de especial relevância para inclusão das culturas discriminadas e para a construção de uma escola democrática. Mesmo ainda sendo uma questão ainda pouco trabalhada no ambiente escolar, pois os professores ainda não têm uma definição didática que o acomode na reflexão pedagógica.

A discussão desta diversidade cultural no cotidiano da sala de aula pode ser realizada no âmbito da cultura escolar, está

compreendida como um conjunto de teorias, idéias, princípios, normas, pautas, rituais, portanto formas de fazer e pensar sedimentadas ao longo do tempo em forma de tradições regulares compartilhadas pelos envolvidos e transmitidas de geração em geração. A cultura escolar seria uma síntese de algo que permanece e que dura algo as sucessivas reformas não conseguem aranzhar, que sobrevive às novidades e são sedimentadas com o tempo.

A cultura é um produto histórico e ocorre com certa autonomia para gerar formas de pensar e agir próprios que interfere no cotidiano das comunidades promovendo a identidade destes espaços. A resistência ou a fluência da discussão encontra-se neste campo de reflexão a cultura que permeia o cotidiano na escola, por sua vez está intimamente relacionado ao processo formador de nossos profissionais da educação.

Neste cenário encontra-se a cultura escolar que impõe aos alunos uma cultura codificada, formalizada, como uma verdadeira ruptura em relação ao universo do cotidiano. Já que a escola moderna assume um perfil de ambiente cultural e socialmente separado do universo ambiental, um ambiente formal rígido por exigências que têm muito pouco a ver, geralmente, com a realidade familiar e social. Neste contexto encontra-se a questão da formação dos professores que atuam neste espaço (TARDIF & LESSARD, 73).

O termo formação está utilizando quando nos referimos à educação, preparação, ensino com um corpo doutrinário. A formação não se limita a um campo especificamente profissional, esta noção se enche de tantos equívocos e aparece de tal modo pervertida pela utilização que dela se faz desde a generalização da educação permanente.

A educação é uma ação realizada a partir do exterior para contribuir para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. A formação quando nos referimos a ações com adultos uma vez que se tenta de uma ação que se destina à aquisição de saberes e de “saber-fazer” mais do que de “saber-se” que é mais formal quanto

à sua organização.

A partir destes aspectos do universo escolar é procuramos refletir a cultura religiosa que orientara a formação dos professores para atuarem no campo do ensino religioso, superando uma proposta de um Ensino Religiosa confessional construída ao longo de décadas promoveu um processo distorcido do estudo do universo religioso no espaço escolar. Já que a compreensão das diferentes manifestações religiosas na sociedade não simples de compreender e respeitar. O ensino do credo como repetição de um conjunto doutrinário aparentemente é muito simples, mas na realidade não é esta a função do espaço escolar na sociedade. Nosso desafio é compreender a base do religioso nos diferentes grupos que se organizam para assumir algum tipo de relação com o que transcende o ser humano, pois cada religião possui pontos de concepção próprios resultantes de um longo processo histórico e interpretativo das concepções de mundo que perpassar por seus líderes. Mas, há algo comum a todas humanizar o ser humano. Não é possível discutir os elementos religiosos apenas a partir de opiniões formadas empiricamente pelas pessoas após lerem textos religiosos ou outros textos referentes às comunidades e depois passam a fazer uma livre interpretação.

O diálogo sobre o universo religioso é interdisciplinar, ainda hoje existe uma organização dos grupos religiosos como ocidentais e orientais, tal proposição é homogeneizadora e não retrata as inferências dos grupos entre si, especialmente por que algumas como o cristianismo nascido no oriente foi profundamente ocidentalizada, assumindo paradigmas resultantes de um longo processo histórico-político-cultural. Especialmente por que é preciso perceber que o povo não faz teologia, o mais forte nas comunidades são os ritos e os mitos, as lideranças que por várias situações sistematizam e estruturam seus pontos teóricos.³

³ Neste percurso da compreensão do estudo do universo religioso um aspecto é importante ressaltar a religiosidade das comunidades que historicamente construiu uma realidade visível e outra invisível que foi sendo elaborado a partir

De fato os grupos religiosos promovem uma releitura do cotidiano, com ações próprias conseguem estabelecer estruturas que orientam a vida de seus seguidores, que promovem atividades que colaboram na convivência das pessoas, assim como em movimentos belicosos que assistimos ao longo da história. Existe algo a serem ressaltados, muito dos movimentos da expressão pragmática religiosa do povo surge a partir de experiências individuais e progressivamente são coletivizados. Estes movimentos surgem dentro e fora de religiões estruturadas, que com o tempo exige que seja compreendido, aceito ou mesmo combatido em nome do credo hierarquizado.

A organização deste processo religioso está intimamente relacionada ao espaço cultural, por exemplo, para os orientais não existe propriamente religião, pois esta é vida, vivência. Enquanto grupos como os romanos que compreendiam religião oriundo de pontífice, ou seja de ponte que permite a relação entre o mundo visível e invisível. Tal concepção demonstra claramente a secção entre o espaço racional e da fé é mesclado com o afetivo, permitindo ainda a separação entre corpo e alma. Estas cisões promoveram na história do continente europeu a execução de políticas de exclusão e morte, pois defenderam mesmo que era preciso sofrer no corpo para alcançar a liberdade do espírito. Justificando que religião como a necessidade da alma era algo que para chegar até o paraíso quase todas as ações eram válidas, até mesmo escravizar e matar. Já que o invisível, abstrato estava acima de nossa natureza “humana”.

A compreensão do discurso religioso nos permite olhar a história de uma família, um grupo, um estado. Este olhar não é

de nuances diferenciadas. O povo não faz teologia, ele é pragmático, as leituras religiosas são expressões que colaborar na compreensão de seu cotidiano, permitem agradecer e pedir sobre os fatos de suas vidas. O religioso é algo para impulsionar, animar ou justificar situação não compreendida, por este motivo que este fenômeno social tem sido utilizado politicamente para mover ou paralisar as populações.

para justificar, mas para ao menos não repetir novas atrocidades. Quando este processo de articular o universo religioso é iniciado, poderíamos elucubrar que é no momento em que este ser humano começa a fazer perguntas de sua existência, percebe que não está apenas para alimentar e procriar existe outras necessidades que serão estruturadas nos mitos e ritos, por exemplo, os de origem que são formas de respostas aos seus primeiros grandes questionamentos.

Considerações finais

Falar de Laicidade e Ensino Religioso é defender a necessidade do respeito das mais diversas expressões religiosas do Brasil.

Como mostramos no texto, a laicidade brasileira foi uma construção histórica reconhecida legalmente na constituição de 1891. E que desde que o Brasil foi colonizada a perseguição a grupos religiosos diferentes da matriz cristã católica era muito comum. Religiões de matrizes africanas e espíritas eram acusados de charlatões e curandeiros, e representantes do demônio em vida, e teve seus terreiros e templos invadidos e fechados, e seus líderes presos.

No tocante aos evangélicos sempre foram discriminados pelos católicos, e sua bandeira de luta sempre foi pela laicidade. A partir da segunda metade do século XX, impulsionado pelos pentecostais e neopentecostais, conseguem adentrar espaços na política, economia, educação, saúde, segurança e nas artes que até então era espaço monopolizados pelo catolicismo. Unindo a Igreja Católica intensificam o ataque a outras expressões religiosas.

Paralelo a este contexto, o ensino religioso é defendido por alguns segmentos na sociedade como espaço de pensar a necessidade de romper com formas de intolerância religiosa, racismo, fundamentalismo, e compreender a necessidade da valorização dos direitos humanos e das múltiplas práticas

culturais.

Para chegar a este entendimento a formação do profissional é fundamental. Pensar políticas públicas nas quais o professor, baseados no diálogo com o aluno, em um contexto escolar democrático, consiga mostrar para o seu alunado que o respeito a religião do outro é algo inviolável. Para isso, precisamos deixar ter como bandeira de luta e de trabalho a alteridade e as identidades construídas e reconstruídas cotidianamente no nosso Brasil.

Referenciais

ALARCÃO, I. Professores reflexivos. Em uma escola reflexiva. São Paulo, 2005.

ALBURQUERQUE, E. & REIS, M. Religião, Política e Educação: Concepções de Racismo Religioso dos Professores do Estado do Amapá. *Revista Fronteiras e Debates*. v. 3, n. 2, jul. /Dez. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: CNE, 2010.

GIUMBELLI, E. O Fim da Religião: *Dilemas da Liberdade Religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar/PRONEX, 2002.

GOVERNO BRASILEIRO. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília. Senado Federal, 1988.

GOVERNO BRASILEIRO. *Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (9394/96)*. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

JUNQUEIRA, S. História, legislação e fundamentos do Ensino. Curitiba: IBPEX, 2008.

MAUÉS, Raimundo Heraldo. A ilha encantada: Medicina e Xamanismo numa comunidade de pescadores. Belém: EDUFPA, 1990.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Conferência Nacional de Educação*. Brasília: MEC, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Conferência Nacional de Educação*. Brasília: MEC, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (Pluralidade Cultural)*. Brasília: MEC, 1997.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/ Brasil. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Brasília: UNESCO, 2002.

PIRES, A. A hora de rodar a baiana! Preservação das matrizes de origem africana na religiosidade brasileira contra a intolerância. *Revista África e Africanidades*, ano 1, n. 2, ago. 2008.

REIS, M. *Política e religião: o envolvimento dos católicos carismáticos na política brasileira*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, 2011.

REIS, M. V. F.; CARMO, A. T. O campo religioso amapaense: Uma análise a partir do Censo do IBGE de 2000 e 2010. *Observatório da Religião*, v. 2, p. 175-197, 2015.

REIS, M. V. F.; LOPES, T. Intolerância religiosa: um estudo sobre os casos de intolerância ocorridos no Terreiro de Candomblé Ilê Asé Ibi Olú Fonnim e com seus integrantes na vida social. *Revista Eletrônica Correlativo* v. 16, n. 1 - Junho de 2017.

REIS, M; CARVALHO, J. A Igreja Católica na Amazônia: Diversidade Religiosa e Intolerância. *Revista Observatório da Religião*. v 3, n. 1, 2016.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Editora Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, C.A.I.et al. (Org.) *Intolerância religiosa no Brasil: Relatório e Balanços*. Rio de Janeiro: Kliné, 2016

TARDIF, M; LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações*. Petrópolis: Vozes, 2005.

Ensino Religioso e a Ciência da Religião Aplicada

Rodrigo Oliveira dos Santos

Introdução

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.

(BRANDÃO, 2007, p.7)

Os primeiros registros da Ciência da Religião (CR) no Brasil datam da segunda metade do século XX, inicialmente ocupando o mesmo espaço que a Teologia, da qual vai se desvinculando gradativamente, mas não o suficiente como no contexto internacional, onde apresenta maior prestígio acadêmico-cultural e social.

Essa apreensão poderia até ser considerada de certa forma precipitada, principalmente por aqueles que se apropriaram do estudo sobre religiões no Brasil, espaço acadêmico e sociocultural fortemente marcado pela tradição judaico-cristã católica e nesse último século e início deste milênio sofre com o impacto político-simbólico do cristianismo evangélico.

Em outras palavras, as religiões cristãs sempre impactaram de diversas formas a esfera pública e social latino-americana, e no caso brasileiro esse aspecto é surpreendentemente significativo para a compreensão e interpretação das dinâmicas relacionais sócio-políticas e culturais, agindo por outro lado de alguma forma na produção e disseminação do conhecimento, especialmente no

campo educacional.

Nesse aspecto, pensar a CR aplicada ao campo educacional brasileiro, a princípio, é confrontar-se com a proposta educacional colonial, imperial e republicana que recentemente vem tentando afastar da esfera pública e social as determinações e influências religiosas, ora com sucesso, ora com ressalvas, pois como destaca o educador Carlos Rodrigues Brandão acima “ninguém escapa a educação”, neste caso, ninguém escapou da educação católica, presente e imposta, convivendo durante séculos no Brasil junto, até mesmo junto do poder secular.

O esforço empreendido na desconfessionalização da educação, especialmente no currículo da Educação Básica (EB), não está apenas restrito ao Ensino Religioso (ER), como muitos equivocadamente pensam. Esse aspecto está presente em outros componentes curriculares/áreas de conhecimento, sendo expostos por seus executores, onde provavelmente esses não foram confrontados e esclarecidos o suficiente para discernir e aplicar durante a sua formação inicial a separação entre o privado do público. Um grande exemplo disso pode ser observado nos curso de Pedagogia, onde muitas abordagens e intervenções pedagógicas, ora seja na gestão, ora na coordenação ainda são marcadas pelos recursos religiosos cristãos.

Não se vai muito longe, os próprios centros formadores acabam reproduzindo visões e comportamentos religiosos pessoais ou dominantes, evidenciando uma questão muito presente na CR: quem foram os formadores dos formadores desses professores? Qual a sua formação inicial? Quais as bases e abordagens epistemológicas consideradas na sua formação inicial, continuada e profissionalização? Quais e como foram suas experiências na EB?

Dessa forma, a CR cumpre um papel primordial para a educação formal, pública e laica com o estudo sobre religiões em toda sua abrangência, influência e determinações, considerando seu ideal de neutralidade, baseado no agnosticismo metodológico,

onde não se questionam as suas verdades nem qualidades, pois “do ponto de vista metodológico, religiões são “sistemas de sentido formalmente idênticos”. É especificadamente esse princípio metateórico que distingue a Ciência da Religião da Teologia” (USARSKI, 2006, p.126).

É esse princípio metateórico que tornam possível e pertinente no currículo escolar o ER transmutado a partir dos resultados das pesquisas desenvolvidas na CR, especialmente pela Ciência da Religião Aplicada (CRA), desdobramento prático e aplicado da disciplina para resolução de problemas e demandas da sociedade, em recente desenvolvimento no Brasil, mas que já conta com algumas produções teóricas no cenário internacional, especialmente o alemão.

Nesse sentido, a CRA é uma ramificação ou desdobramento dessa disciplina acadêmica, que tem nesse profissional da educação e no ER os seus resultados aplicados, a saber, da resolução e mediação de problemas antigos e ainda impactantes na sociedade, como a intolerância religiosa, fundamentalismos e conflitos religiosos e tantas outras formas de violências originadas e motivadas pela falta de conhecimento sistemático, crítico, ético e reflexivo sobre religiões.

A Ciência da Religião

A Ciência da Religião, em alemão Religionswissenschaft, é uma disciplina acadêmica surgida na segunda metade do século XIX com o indólogo e filólogo alemão Friedrich Max Müller (1823-1900), professor na Universidade de Oxford desde 1954 (GRESCHAT, 2005; USARSKI, 2006; 2013).

Friedrich Max Müller desenvolveu um papel central para essa nova disciplina que se estabeleceu no espaço acadêmico ao lado da Sociologia, Psicologia, Antropologia, Etnologia, História, dentre outras que compõem o leque das Ciências Humanas e Sociais, que foram fortemente marcadas epistemologicamente pelas Ciências

Naturais no século XIX, período de surgimento e institucionalização dessas Ciências.

Nesse aspecto, dentre o surgimento e institucionalização da disciplina ainda no século XIX, destacaram-se também de forma tão significativa quanto Müller nesse empreendimento, a partir de 1877, os professores holandeses Cornelius Petrus Tiele (1830-1902), na Universidade de Leiden e Pierre Daniël Chantepie de la Saussaye (1848-1920), na Universidade de Amsterdã, compondo a tríade formadora de pais da CR (USARSKI, 2006; COSTA; STERN, 2017).

Também, pode-se destacar, segundo Greschat (2005, p. 47), baseado na tese de livre-docência de Joachim Wach, que “desde cedo a Ciência da Religião estabeleceu-se sobre duas bases. Uma delas é a “história da religião”, a outra a “história comparada da religião”, a que alguns preferem chamar “Fenomenologia da Religião” e, outros, “Ciência Sistemática da Religião””.

A história da religião, ainda segundo o autor, aponta para uma abordagem específica, singular, longitudinal ou particular realizado dentro de uma religião, enquanto a história comparada da religião se detém a uma abordagem mais geral, plural e transversal de várias religiões a fim de estudar um traço comum, universal.

De uma forma ou de outra, o Cientista das Religiões está envolvido com ambas as abordagens na sua prática acadêmica e profissional, seja ela singular ou plural, pois

O objetivo da Ciência da Religião é fazer um inventário, o mais abrangente possível, de fatos reais do mundo religioso, um entendimento histórico do surgimento e desenvolvimento de religiões particulares, uma identificação e seus contatos mútuos, e a investigação de suas inter-relações com outras áreas da vida. A partir de um estudo de fenômenos religiosos concretos, o material é exposto a análise comparada. Isso leva ao entendimento das semelhanças e diferenças de religiões singulares a respeito de suas formas, conteúdos e práticas. O reconhecimento de traços comuns

do cientista da religião permite deduzir elementos que caracterizam a religião em geral, ou seja, como um fenômeno antropológico universal (USARSKI, 2006, p. 126-127).

A forma de lidar com esses fenômenos permite a abordagem das religiões nos diferentes espaços, inclusive os públicos, pois ao analisar as religiões como um fenômeno antropológico universal, ao mesmo tempo busca responder demandas específicas que nenhuma disciplina específica pode oferecer, em função da sua dupla estrutura em estudos históricos e sistemáticos das religiões (USARSKI, 2013, p. 52).

Nesse aspecto, “o status institucional da disciplina é, em parte, fruto de uma demanda pública no sentido da relevância prático-social da disciplina que, por sua vez, sanciona o apoio político e material da disciplina por órgãos públicos” (USARSKI, 2013, p. 51).

Essas demandas podem ser reconhecidas em diferentes setores e instituições públicas e privadas, pois como relacionei acima, quem escapa da educação, ou melhor, da religião?

Devidos a vários fatores que mudaram profundamente as relações e comportamentos humanos nesses últimos dois séculos de Ciências Humanas, a necessidade e urgência na atuação frente aos desafios e obstáculos que emergem a todo tempo, a demanda religiões continua se destacado.

Questões bioéticas, de gênero, étnico-racial, de diversidade sexual, ambiental, econômica, política, entre outras, estão fortemente ligadas às religiões, especialmente quando chega à educação e à escola, sendo o primeiro visto como um campo de definição e conflitos de políticas pelo Estado, legislador e responsável pela mesma, e o segundo como o espaço privilegiado para aplicação do que foi definido, normatizado, organizado e determinado pelo primeiro.

Nesses termos, a CR tem se destacado no Brasil com experiências de licenciaturas em CR que habilitam profissionalmente professores para ministrarem o ER, nos

mesmos termos legais previstos para as outras áreas/componentes curriculares da EB, produzindo ganhos significativos para a educação e a escola em termos de formação humana, ao lado dos outros componentes curriculares.

Recentemente, também se busca estabelecer discussões epistemológicas sobre o caráter mais prático ou aplicado da CR no Brasil, algo que vai se iniciar nesta década, principalmente com a publicação do Compêndio de Ciência da Religião (USARSKI; PASSOS et al., 2013).

Dessa forma, abaixo se busca discutir brevemente sobre esse caráter prático e aplicado da CR, relacionando com o contexto educacional, considerando as contribuições das licenciaturas em CR, que produzem um cenário favorável para o estudo sobre religiões nas escolas públicas.

Ciência da Religião Aplicada

A Ciência Prática da Religião (CPR) ou ainda para outros: Ciência da Religião Engajada ou Ciência da Religião Aplicada (CRA) já era algo que permeava o pensamento de Max Müller e de outros estudiosos das religiões que, ao mesmo tempo em que rejeitavam esse desdobramento da CR, defendiam que ele deveria ser executado por outros especialistas também das religiões (TWORUSCHKA, 2013).

De qualquer forma, esse desdobramento interno da disciplina, outrora constatado Müller vai ganhando corpo teórico-metodológico e atualmente tem como seu principal representante o professor Emérito do Departamento de CR da Universidade de Jena, na Alemanha, Udo Tworuschka (1949-).

Tworuschka (2013, p. 578) prefere utilizar o termo CPR para a distinção característica da ciência iluminista em pura e aplicada, ou seja, “a ciência pura é caracterizada pelo seu interesse exclusivo no conhecimento, ao passo que as ciências aplicadas estão interessadas em desenvolver normas, modelos e procedimentos

para uma “prática baseada na ciência””.

Dessa forma, a CPR ou CRA, termo que prefiro utilizar no texto, “se refere a um modelo de Ciência da Religião ilimitado, inter e transdisciplinar, que incentiva e promove uma ação orientada, crítica, comunicativa, político-social da Ciência da Religião” (TWORUSCHKA, 2013, p. 579).

Além disso, segundo o autor, a CPR “direciona a atenção do pesquisador para a percepção de indivíduos religiosos e seus modos específicos de percepção, bem como para a percepção de diversas religiões vivas no “mundo vivo”” [...], num constante aprendizado comunicativo, permitindo o diálogo entre diferentes experiências religiosas e, conseqüentemente, a compreensão de horizontes diferenciados.

Para isso, dialoga epistemologicamente com outras disciplinas das Ciências Humanas (Psicologia, Sociologia, História, Fenomenologia, Educação, Antropologia, Política, Geografia, Artes, Filosofia, Etnometodologia, entre outras), não somente, como outros campos de estudos, tendo em vista a sua aplicabilidade em realidades presentes e problemáticas, da qual intermedia processos diplomáticos e humanitários, no sentido de contribuir com realidades futuras melhores.

Em suma, para Tworuschka (2013, p. 579), a CPR como novo desdobramento da CR “são entre outras coisas pacificadores, humanizadores e conciliadores” que promovem ações úteis e utilizáveis respaldadas cientificamente e aplicadas a realidades diferenciadas, tornando-as mais viável e justificável para a sobrevivência humana”.

Dessa forma, a CPR vai se constituindo no espaço acadêmico, contando para isso, segundo o autor, com as contribuições teóricas de Gustav Mensching (1901-1978), Hans-Joachim Klimkeit (1939-1999), Mircea Eliade (1907-1986) e Wilfred Cantwell Smith (1916-2000).

Segundo Tworuschka, esses estudiosos contribuíram de várias formas para a CPA, mesmo que alguns estivessem

motivados religiosamente em seus trabalhos científicos, como Mensching e Eliade, por exemplo, quando “ambos tinham uma mensagem e desejavam mudar seus destinatários / receptores / beneficiários existencialmente por meio de seus trabalhos científicos religiosos” (TWORUSCHKA, 2013, p. 580).

Apesar disso, Mensching e Eliade contribuíram para a CPA de diversas formas, destacando através de seus estudos comparativos das religiões resultados práticos e aplicabilidade em termos de diálogo, tolerância e valores culturais, principalmente.

Mensching ganhou notoriedade na CPR, principalmente devido aos estudos das suas obras por seu discípulo e sucessor Klimkeit. Suas principais obras foram *Toleranz und Wahrheit in der Religion* (1955), *Der Irrtum in der Religion* (1969), *Gut und Böse im Glauben der Völker* (1941), assumiram a perspectiva prática da Religião Comparada, destacando a tolerância, crítica e ética nas religiões, respectivamente (TWORUSCHKA, 2013).

Eliade, segundo o autor (p. 582), desenvolveu um programa de estudos aplicados com base em um novo humanismo, uma hermenêutica criativa ou uma hermenêutica total, buscando decifrar e explicar o sentido da experiência do sagrado em diferentes tradições religiosas, especialmente as não europeias, como elemento educacional e unificador de valores culturais culminando no novo humanismo global.

Wilfred Cantwell Smith, ainda segundo Tworuschka (2013), reforça declaradamente que um dos objetivos centrais da CR que é o diálogo intercultural. Esse diálogo não pode ser mais impessoal, ou seja, de alguém ou sobre alguém, mas de alguém que observa, estuda, escuta, aprende e que fala com/sobre/para o outro de forma recíproca e respeitosa, demonstrando a aplicabilidade dessa disciplina, especialmente nos espaços escolares, pois

A Ciência da Religião pode desempenhar um papel educacional eminentemente em diálogo e, portanto, tem uma tarefa prática: educar os estudantes que podem realizar o papel de intermediários e intérpretes entre duas tradições religiosas. Isso

vale, até mesmo, para as instituições onde a Ciência da Religião é lecionada (TWORUSCHKA, 2013, p. 582).

A esse aspecto educacional, singular no mundo hodierno, vem ocorrendo no Brasil desde a década de 90 do século passado, com as Licenciaturas em CR, pois não temos conhecimento dessa experiência em outros lugares no mundo.

As licenciaturas em CR, em tese, são criadas com o objetivo de atender as demandas educacionais atuais do ER, pois até então as experiências praticadas nas escolas (confessional e interconfessional) eram incompatíveis com a laicidade do Estado e, conseqüentemente, implicadores dos princípios constitucionais. A essa compreensão, que aproxima CR, formação de professores e ER, só foi possível mediante a mobilização política de movimentos ligados ou não a religião e ao seu possível estudo na escola, ainda fortemente marcado por disputas e interesses de vários lados (SANTOS, 2017).

Mas o grande salto da CR como ciência de referência para a formação de professores e a sua aplicação nas escolas públicas só viera mesmo a acontecer nesse milênio, após alguns anos de licenciatura e muitos de pós-graduação, a ciência pura (CR) e aplicada (CPR ou CRA) da religião passam a ser compreendidas e defendidas epistemologicamente nos espaços acadêmicos e educacionais:

É somente a partir da década de 1990 que se retoma a perspectiva de área de formação docente de ER é Ciência da Religião. A consolidação dessa concepção dá-se a partir de 2006, no 9º Seminário Nacional de Capacitação Profissional para o Ensino Religioso, realizado pelo FONAPER em parceria com a PUCSP (PIEPER, 2017, p. 136).

Do referido Seminário, a primeira obra que reuniu várias conferências proferidas no evento, além de pesquisas sobre a CR, formação docente e ER foi Ensino religioso e formação docente: ciências da religião e ensino religioso em diálogo, organizada por Luzia Sena (2006).

Também podemos destacar as obras Ensino religioso: construção de uma proposta (2007), de João Décio Passos e Religião & educação: da ciência da religião ao ensino religioso (2010), de Afonso Maria Ligorio Soares, onde ambos confirmaram que a CR é a disciplina acadêmica que assegura base epistemológica para a formação desses professores e a sua aplicação o ER nas escolas públicas, rompendo assim com velhas práticas e modelos que colocavam em evidência a laicidade do Estado. Logo,

A compreensão da religião como objeto do ensino religioso, esta compreendida como o estudo das diferentes manifestações que interferem na formação da sociedade e que são estudadas pela Ciência da Religião no espaço acadêmico, subsidia a transposição didática para o cotidiano da sala de aula que favorecerá aos estudantes da educação básica a compreensão da cultura das diferentes comunidades que formam o país (JUNQUEIRA, 2013, p. 609).

Essas definições constatadas nas produções teórico-metodológicas, por um lado tem provocado ressonâncias positivas na educação. Um grande exemplo disso foi à aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), em 15/12/2017, pelo Ministério da Educação (MEC) e a referência a CR, não somente, como área de conhecimento notável para a prática do ER (BRASIL, 2017a, p. 434); enquanto por outro lado, no Brasil essa disciplina acadêmica e sua aplicação não vêm produzindo os resultados esperados como se observa no cenário internacional.

As implicações perpassam todos os espaços de atuação da CR e podem ser traduzidos de diversas formas, assim pontuadas por alguns trabalhos, que apontam certo desconhecimento, apropriação e discussão teórico-metodológica da própria disciplina, especialmente no contexto internacional; a quase ausência de professores formadores com graduação em CR (COSTA; STERN, 2017), o que possibilita, por exemplo, o forte caráter teológico identificado em pesquisas e avaliações de alguns

cursos de graduação e pós-graduação, por exemplo, (SANTOS, 2014).

Nesses termos, é preciso dispensar esforços no sentido de se conhecer melhor a história dessa área de conhecimento, apropriando-se dos seus aportes epistemológicos próprios desenvolvidos na sua estrutura interna em estudos histórico e sistemático, e não mais buscar na Teologia e nas subdisciplinas de outras áreas, pois o que temos observado é a dispersão ou diluição do estudo sobre religiões, implicando assim, na ausência de identidade e na falta de reconhecimento científico dessa disciplina no país.

Formação de Professores e Ensino Religioso

O diálogo estabelecido entre CR e CPR ou como preferimos chamar no Brasil de CRA à Educação torna possível e se refere ao próprio ER, que desde a última alteração (Lei nº 9.475/1997) no art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) assumiu no dispositivo legal a compreensão de área de conhecimento (BRASIL, 1998; 2010a; 2010b), e que com a aprovação do ER na BNCC (BRASIL, 2017a) espera-se a definição pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) se o mesmo receberá o tratamento de área de conhecimento ou de componente curricular das Ciências Humanas (BRASIL, 2017a; BRASIL, 2017b).

Essa definição ainda em suspensão pelo CNE ao ER na BNCC evidencia a distância entre CR e CRA que traduz a velha separação da ciência iluminista entre ciência pura e prática/aplicada, pois além do desconhecimento dessa disciplina acadêmica, assim como da sua aplicação, o que evidencia a sua relevância social para uma educação pública e laica, a CR ainda sofre impactos da sua irmã mais velha, a Teologia.

A CR nesses quase dois séculos de emancipação enquanto disciplina acadêmica, ainda está fortemente marcada pelos

interesses confessionais das Teologias cristãs, haja vista o processo histórico de formação sociocultural do país e também a imagem construída sobre a CR de que a mesma em seu estatuto científico induziria a perda da fé ou a descrença nos alunos.

Essa ilusão é facilmente desconstruída, pois os mesmos estão submetidos quase todos os dias ao estudo de outras ciências, que como tais não assumem os pressupostos da fé e crença religiosa, mas nem por isso deixam de tê-las.

A CR é um empreendimento empírico, alocada na Grande Área das Ciências Humanas, seguindo assim os princípios e pressupostos que competem a toda e qualquer ciência, o que não exclui também os seus limites.

Os fatos religiosos são estudados dentro dos limites observáveis e constatáveis na materialidade sociocultural, considerando suas influências, determinações e seus simbolismos, marcados pela diversidade de sentidos e significados.

As religiões e espiritualidades, assim como a negação de uma realidade sobre-humana é algo que está presente e que faz muita, para não dizer toda a diferença na vida/existência humana a marcando de diversas formas.

A relevância social dessa disciplina acadêmica estaria, dessa forma, associada em auxiliar os alunos a compreenderem a presença das religiões e espiritualidades, assim como a sua negação, de uma forma que não prescindisse a sua própria realidade, ou seja, a humana, para a qual os mesmos devem ser preparados e a encararem da melhor maneira possível.

A CR não nega os discursos e experiências sobre-humanos das religiões e espiritualidades, pelo contrário, ressaltam a partir daquilo que pode ser observado e constado como eles são importantes para os que neles acreditam. Por isso, cada discurso e experiência devem estar restritos aos mesmos, pois cada grupo é livre para expressar e viver a sua liberdade religiosa.

Dessa forma, a CR não se priva de mostrar quando esses limites são extrapolados ou são usados para outros fins que não

sejam humanos, como muitos erros do passado, que atravessaram várias religiões, ou melhor, uma interpretação ou compreensão equivocada, geralmente não refletida serviu de base para justificar e legitimar muitos crimes, violências e várias formas de discriminações que ainda hoje precisam ser combatidas na escola e na sociedade como um todo.

A CR é mais que uma alidade do Estado brasileiro, é uma parceira que vem crescendo na educação e na escola pública, auxiliando os alunos na sua formação integral e cidadã, assim como contribuindo sobremaneira no respeito das liberdades individuais e coletivas.

Entre nós, licenciados em CR no Brasil não há hesitações de que a CR seja a área de conhecimento das Ciências Humanas que assegura o ER como componente curricular na EB.

Um grande passo foi dado com a aprovação do ER na BNCC, assim compreendida como “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da EB [...]” (BRASIL, 2017a, p. 7), orientada nos princípios éticos, políticos e estéticos que objetivam a formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 1996).

Para isso, a BNCC estabeleceu seu foco no desenvolvimento de competências gerais e específicas para cada área/componente curricular, somado ao compromisso com a educação integral e ao pacto de cooperação para igualdade, diversidade e equidade entre os entes federados, visando, dessa forma, uma educação em direitos humanos, aliada a justiça social e a preservação ambiental.

Nesse sentido, o ER é parte integrante desse processo e possui os seguintes objetivos:

- a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos;

-
- b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos;
 - c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideais, de acordo com a Constituição Federal;
 - d) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania (BRASIL, 2017a, p. 434).

É bom ressaltar um aspecto já anunciado e que às vezes não aparece nas discussões educacionais sobre o ER, quem é o profissional devidamente habilitado para desenvolver as competências específicas propostas para esse componente curricular.

Esse profissional, comprometido com uma educação social e laica não é mais um representante de uma confissão religiosa, nem aquele que foge aos requisitos previstos para os profissionais da educação previstos no art. 62 da LDB (BRASIL, 1996). Ele é o Cientista das Religiões, um profissional legalmente licenciado em CR, como formação teórico-metodológica e pedagógica (SANTOS; SEIBT, 2014; SANTOS, 2014).

Esse profissional, durante a sua formação inicial em CR e não em Teologia, um especialista da sua própria confissão, é orientado de forma não normativa ao estudo histórico e sistemático das religiões empiricamente, o que não exclui espiritualidades, filosofias de vida seculares ou não, considerando suas diferentes manifestações e contextos socioculturais, assim como seus efeitos produzidos. Nesse processo, o cientista das religiões não toma partido, pois adota o ideal da neutralidade, sem questionar a “verdade” ou “qualidade” das religiões (USARSKI, 2006).

Dessa forma, o licenciado em CR é o profissional devidamente qualificado para isso, que viabiliza a CRA na escola, através do ER, que conforme consta na BNCC possui as seguintes

competências específicas:

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios;
3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão do valor da vida;
4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver;
5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente;
6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura da paz (BRASIL, 2017a, p. 434).

Essas competências mobilizam conhecimentos concretos sobre as religiões e não para as religiões que precisam ser previamente adequados ao nível cognitivo dos alunos (SANTOS, 2018b) e resultem em práticas e atitudes socioemocionais para “resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2017a, p. 8).

E com certeza as religiões demandam essa necessidade e o Estado quando assegura a permanência desse profissional na educação, contribui socialmente para isso, tendo em vista os casos de intolerância religiosa, conflitos religiosos e posturas discriminatórias produzidas historicamente e que vem sendo retroalimentadas em vários espaços públicos.

Recentemente o MEC estabeleceu uma Subcomissão para

assessorar a Comissão instituída no âmbito da Câmara de Educação Superior (CES), por meio da Portaria nº CNE/CES nº 3, de 01/03/2018, para analisar a necessidade de estabelecer Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Ciência da Religião¹.

Nesse sentido, o MEC/CNE e Conselho Pleno (CP), apresentaram o Texto referência para a Audiência Pública sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação em Ciência da Religião – Minuta de Parecer e Projeto de Resolução, em 18/09/2018, em Brasília.

Após isso, em 28/12/2018 foi homologado o Parecer CP nº 12² e a Resolução MEC/CNE nº 05³ que definem as DCN para o curso de graduação em CR.

Segundo a referida Resolução em seu “Art. 2º O curso de licenciatura em Ciências da Religião constitui-se como habilitação em nível de formação inicial para o exercício da docência do Ensino Religioso na Educação Básica”, reconhecendo assim, a CR como disciplina de referência para a formação inicial de professores de ER no Brasil, algo que já vinha ocorrendo em vários Estados desde 1996.

É bom destacar também outros aspectos relevantes da Resolução, que prezam pela formação humana a partir dessa ciência, retificando todo empreendimento confessional nas escolas públicas:

Art. 6º O curso de licenciatura em Ciências da Religião, respeitada a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, estrutura-se nos seguintes núcleos: I - Núcleo de formação geral, que articulará: [...] c) Formação inclusiva, assegurada pelo estudo das relações entre educação e diversidade, direitos humanos e cidadania, educação ambiental, educação

¹ Subcomissão estabelecida pela Portaria CNE/CES nº 6, de 26/04/2018. Publicada no Boletim de Serviço nº 18, de 11/05/2018, pp. 18 e 19.

² Parecer homologado pela Portaria nº 1.403, publicada no D.O.U. de 28/12/2018.

³ Publicada no D.O.U. em 31/12/2018, edição 250, seção 1, p. 64.

especial, relações étnicas e raciais, de gênero, de geração e de classes sociais, língua brasileira de sinais (LIBRAS), em conformidade com o § 2º do artigo 13 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015. II - Núcleo de formação específica, que articulará: a) Formação específica em Ciências da Religião, assegurada por meio da/do: 1. Fundamentação histórica e epistemológica da área de Ciências da Religião; 2. Apropriação dos aspectos estruturantes das matrizes, tradições e movimentos religiosos de origens africanas, indígenas, asiáticas, orientais e ocidentais, considerados em sua multiplicidade de elementos (linguagem religiosa, símbolos, ritos, espaços, territórios, mitos, divindade (s), crenças, doutrinas, textos orais e escritos, ideias sobre existência e imortalidade, princípios e valores éticos); 3. Estudo e pesquisa de correntes filosóficas e movimentos socioculturais não religiosos; 4. Estudo sistemático das religiões, o que inclui abordagens comparativas, classificatórias e reflexivas, as quais visam a interface com temáticas transversais à sociedade e à cultura, tais como: religião e sociedade, religião e política, religião e economia, religião e mídia, religião e ciência, religião e arte, religião e violência, religião e sexualidade, religião e natureza, dentre outros; 5. Desenvolvimento e aplicação dos conhecimentos específicos das Ciências da Religião em espaços formais e não formais de ensino, na construção de processos de aprendizagem crítica e transdisciplinar sobre os fenômenos religiosos, a fim de subsidiar o diálogo inter-religioso, a interculturalidade, os direitos humanos e da cultura da paz. b) Formação específica em Ensino Religioso, assegurada por meio da: 1. Apropriação dos fundamentos históricos, epistemológicos e metodológicos do Ensino Religioso de natureza não confessional e não proselitista, necessários à sua docência em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica; [...] (BRASIL, 2018b, p. 2-3).

Além desses dois núcleos: da formação geral e da formação específica, há um terceiro: o de estudos integradores, que destaca o enriquecimento curricular por meio de várias atividades de

caráter científico e cultural; práticas; mobilidade estudantil e de comunicação e expressão.

Nisso posto, apesar das recentes mudanças que alcançam a educação, a escola e seus pares, o MEC pela primeira vez tratou o ER e o seu profissional como os demais, atendendo os dispositivos, princípios e pressupostos legais que regem o sistema educacional brasileiro.

Mas isso não significa que as inconsistências e divergências deixem ou parem de existir, pois a ausência de licenciaturas em CR na maioria dos Estados é uma realidade, sem contar dos problemas presentes em várias legislações estaduais, entretanto, é visível a concretização desse avanço fundamental na área de formação e a na sua aplicação com a publicação da BNCC e da referida Resolução.

Considerações

Nesse aspecto, o legado social promovido pelo cientista das religiões na educação e na escola, que tem o ER, principalmente, como seu campo de atuação profissional, pode ser muito bem inserido e aproveitado no campo educacional de uma forma mais ampla.

Têm sido notórias várias experiências nas escolas, aonde CRA vem assegurando e tornando o ER um componente curricular que promove impacto social e humano (SANTOS, 2018a).

Esse impacto, só pode ser assegurado quando observados os dispositivos legais que exigem a formação devida na área de atuação profissional, sem a qual não há o que se esperar, pois isso é uma exigência primordial para todo e quaisquer profissionais.

A CR é uma área de conhecimento como as demais, possuindo objeto, teoria e métodos próprios, o que não a impede de utilizar e compartilhar de outros. A esse aspecto, não a torna menos importante, não a impede de ter seu devido espaço

acadêmico e aplicado, como o seu desdobramento em CRA.

Toda ciência produz conhecimentos indispensáveis à sociedade. Esses são oriundos de recursos públicos, em sua maioria, e como tal precisam produzir resultados que possam também ser aproveitados em benefícios da mesma.

Nesse sentido, isso é constatado em nível nacional, mesmo que sejam em poucos Estados, onde a CR é adotada como ciência de referência, que dispõe de epistemologias e abordagens próprias, atendendo, nesse aspecto, o estudo cientificamente sobre religiões nas escolas públicas.

As religiões como objeto dessa disciplina acadêmica não são um dado estranho nem ausente na realidade como um todo, pelo contrário, ainda continuam ocupando espaços privilegiados em toda e quaisquer elaborações humanas.

Dessa forma, compreender essa dinâmica criada pelas religiões, ou seja, pelos humanos, é mais do que explicar como as coisas são ou como poderiam ser, é explicar porque as coisas continuam do jeito que estão.

Referencias

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Lei nº 9.394. *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Sancionada em 20 de dezembro de 1996. Publicada no Diário Oficial da União, em 23 de dezembro de 1996.

_____. Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997. Brasília, 1997. Publicada no Diário Oficial da União, em 23 de julho de 1997.

_____. *Resolução nº 02*, de 07 de abril de 1998. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, 2008. Publicada no D.O.U., de 15/04/1998, Seção I, p. 31.

_____. *Resolução nº 04*, de 13 de julho de 2010. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares

Nacionais a Educação Básica. Brasília, 2010a. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824.

_____. *Resolução nº 07*, de 14 de dezembro de 2010. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de Nove Anos. Brasília, 2010b. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34.

_____. *Parecer CNE/CP nº 15/2017*. Anexo: base nacional curricular comum: base é base. Brasília: MEC, 2017a. Parecer homologado pela Portaria nº 1.570, publicada no D.O.U., de 21/12/2017, Seção 1, p. 146.

_____. *Resolução nº 2*, de 22 de dezembro de 2017b. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Institui e orienta a implantação da BNCC. Brasília: MEC, 2017b. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de dezembro de 2017, Seção 1, p. 146.

BRASIL. *Parecer CNE/CP nº 12*. Brasília: MEC. Parecer homologado pela Portaria nº 1.403, publicada no D.O.U., de 28/12/2018, seção 1, p. 131.

_____. *Resolução nº 05*. Institui as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de licenciatura em ciências da religião. Brasília: MEC, publicada no D.O.U., de 31/12/2018, edição 250, seção 1, p. 64.

COSTA, M. O.; STERN, F. L. Metodologias desenvolvidas pela genealogia intelectual da ciência da religião. In: *Sacrilegens – Revista dos alunos do programa de pós-graduação em ciência da religião – UFJF*, v. 14, n. 1, p. 70-89, jan.-jun./2017. Disponível em: [HTTP://WWW.UFJF.BR/SACRILEGENS/FILES/2017/12/14-1-6.PDF](http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2017/12/14-1-6.pdf). Acesso 12 de 2017.

GRESCHAT, Hans-Jürgen. *O que é ciência da religião*. São Paulo: Paulinas, 2005.

JUNQUEIRA, S. R. A. Ciência da religião aplicada ao ensino religioso. In: PASSOS, J. D.; USARSKI, F. (org.). *Compêndio de ciência da religião*. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013, p. 615-626.

PASSOS, J. D. *Ensino religioso: construção de uma proposta*. São

-
- Paulo: Paulinas, 2007.
- PIEPER, F. Ciência(s) da(s) religião(ões). In: BRANDENBURG, L. E.; JUNQUEIRA, S. R. A.; KLEIN, R. (orgs.). *Compêndio de ensino religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017, p. 131-139.
- SANTOS, R. O. *As abordagens da morte no currículo de formação inicial de professores de ensino religioso no Pará*. Mestrado em Educação. Belém-PA: UFPA, 2014.
- _____. Movimento institucional das pessoas favoráveis e contrárias ao ensino religioso. In: BRANDENBURG, L. E.; JUNQUEIRA, S. R. A.; KLEIN, R. (orgs.). *Compêndio de ensino religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017, p. 50-62.
- _____. Ciência da religião aplicada ao ensino religioso. STERN, Fábio L.; COSTA, Matheus Oliva da (Orgs.). *Ciência da religião aplicada: ensaios pela autonomia e aplicação profissional [recurso eletrônico]*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018a, 216 p, p. 161-181.
- _____. Ciência da Religião e transposição didática: compreensão e impacto no ensino religioso. PLURA, *Revista de Estudos de Religião*, v. 9, n. 1, pp. 30-55, 2018b.
- SENA, L. (orga.). *Ensino religioso e formação docente: ciências da religião e ensino religioso em diálogo*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- SOARES, A. M. L. *Religião & educação: da ciência da religião ao ensino religioso*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- STERN, Fábio L.; COSTA, Matheus Oliva da (Orgs.). *Ciência da religião aplicada: ensaios pela autonomia e aplicação profissional [recurso eletrônico]*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, 216 p.
- TWORUSCHKA, U. Ciência prática da religião. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (orgs.). *Compêndio de ciência da religião*. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013, p. 577-588.
- USARSKI, F. *Constituintes da ciência da religião: cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- _____. História da ciência da religião. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (orgs.). *Compêndio de ciência da religião*. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013, p. 51-61.
-



Na Região Amazônica o Desenvolvimento do Ensino Religioso

Marcos Vinicius de Freitas Reis
Sérgio Junqueira

Percebemos que nos últimos anos a região Norte vem crescendo de forma significativa os trabalhos acadêmicos sobre a temática sobre religião e religiosidades sobre o contexto amazônico e do Brasil. Em quase todos os estados da região amazônica a partir dos anos 2010 foi criado grupos de pesquisas, eventos, cursos de formação continuada, projetos de extensão, projetos de pesquisa, disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação em torno do tema da questão da religião.

Este aumento quantitativo e qualitativo das produções acadêmicas em universidades públicas e privadas acreditamos pela expansão que estas instituições de ensino superior vivenciaram nos últimos anos. Foram concursados professores renomados e início de carreira que têm por preocupação de suas pesquisas o tema da religião.

Podemos perceber mudanças substâncias no panorama religioso da Região Norte. Não diferente com a que vem ocorrendo a nível nacional, a região amazônica vem pluralizando sua oferta de tradições religiosas. Temos a queda do número de católicos, e o aumento dos evangélicos e dos sem religião. Detectamos também presença significativa das religiões africanas, religiões indígenas, espíritas, ateus, agnósticos, tradições esotéricas e outras formas de religiosidade.

Ao olhar para as questões políticas, sociais, econômicas,

culturais, artísticas, educacionais, midiáticas, dentre outras a presença do fator religioso é significativa. Não raros os momentos instituições religiosas apoiam candidatos a cargos políticos. A influência da cultura indígena e africana no dia a dia das pessoas é notório. Temos expansão dos meios de comunicação chefiados por lideranças religiosas. Em suma: conhecer a identidade amazônica necessariamente precisa conhecer o seu perfil religioso.

A partir desta realidade, o presente texto buscará trazer informações atualizadas sobre a realidade das iniciativas das universidades da região norte na consolidação dos estudos de religião. Mais do que trazer discussão teórica de autores renomados, a nossa intenção é mostrar a construção de um campo de conhecimento em andamento. Para isso, mostraremos tabelas, folders de eventos, lista de produções bibliográficas dentre outros materiais produzidos pelos trabalhos acadêmicos dos alunos e docentes.

Expansão dos Estudos de Religião na Região Norte

De início considero ser necessário tecer algumas informações sobre os estudos pioneiros que abarcaram em suas pesquisas a temática da religiosidade amazônica. Em linhas gerais, parece-me haver um consenso entre os pesquisadores no que tange ao “tripé genealógico” do estudo das religiões na Amazônia, nesse sentido podemos elencar as observações apontadas por, Eduardo Galvão em sua obra *Santos e Visagens*, Raymundo Heraldo Maués em *A Ilha Encantada* e Aldrin Figueiredo em *A cidade dos encantados*, como sendo pesquisas “pioneiras” neste campo.

Influenciados por um grupo de estudiosos oriundos das escolas da Universidade de São Paulo- USP e Universidade de Brasília- UNB, que germinaram o debate da produção científica abordando a temática religiosa no campo acadêmico brasileiro. Estando estes mergulhados na influência dos estudos marxistas, marca da segunda fase da historiografia das religiões. E o

consequente avanço da teologia da libertação na América Latina e, sobretudo o seu olhar no campo investigativo, assim como também a contribuição dos brasilianistas que traçaram novos caminhos interpretativos para pesquisa em Religião.

A partir deste quadro, é visível o consequente fortalecimento no campo acadêmico de graduações, programas de pós-graduação, organizações, fóruns, revistas e grupo de estudos no centro-sul do país, a exemplo da *Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR)*, periódicos em áreas interdisciplinares do conhecimento científico, a exemplo da revista, *Sociedade de Teologia e Ciência da Religião (Soter)*, *Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER)*, *GT História da Religião e das Religiosidades, por meio da Associação Nacional de História (Anpuh)*, ambos visando a produção e o debate entorno da religião e religiosidade no Brasil.

Porém, percebe-se que o debate envolto da pesquisa em Religião, já vinha sendo travado por sociólogos, antropólogos, historiadores e psicanalistas, que buscavam compreender o universo religioso como um fato social, a exemplo do Émile Durkheim em sua obra, *Formas elementares da vida religiosa*, aponta que o homem é um ser essencialmente religioso. Portanto, a presença do religioso e das diversas manifestações religiosas irão coexistir na sociedade. Como também as contribuições de Pierre Bourdieu, envolvendo o trabalho religioso e do antropólogo americano Clifford Geertz em seus escritos sobre religião e cultura.

Logo, percebe-se que pensar o estudo e pesquisa em religião na região norte através do espectro da secularização, navegara o estudioso em águas inquietas, pois, como nos adverte o antropólogo paraense Raymundo Maués, é imprescindível para entender o cotidiano amazônico passar pelo seu fazer religioso, pois na vida do caboclo amazônico a fronteira entre os limites do público e o privado no campo religioso não é algo bem estabelecido.

A problemática do estudo da religião na Amazônia sobre o

viés da secularização nem sempre irá calçar nossos questionamentos. Pois, na realidade amazônica a religião desempenha um papel significativo no cotidiano desta sociedade.

O campo do conhecimento historiográfico vislumbra uma abertura do espaço para o estudo da religião e religiosidade, a partir da perspectiva da História Cultural, tendo Roger Chartier, Peter

Burke, Jaques Le Goff, Jatahy Passavento e Ronaldo Vainfas, como “desbravadores” que desenvolveram suas pesquisas dentro das problemáticas apresentadas pela análise histórica e cultural da sociedade, assim, possibilitando entender a problemática da História das Religiões.

Ao olharmos a organização do espaço acadêmico da região norte, voltado para o estudo das religiões e religiosidades no contexto amazônico, percebe-se um “boom” entre os anos finais da década de 1990 e a primeira década dos anos 2000, onde programas de graduação, pós-graduação e grupos de pesquisas multiplicaram-se no ambiente acadêmico da região norte.

A exemplo disso, destacamos a criação do Curso de Ciências da Religião na Universidade Estadual do Pará-UEPA em 1999, e a Universidade do Estado do Amazonas-UEA em 2014, posteriormente o Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião (PPGCR) em 2010, vislumbrando atender as demandas ofertadas pela sociedade no que tange a formação de profissionais qualificados para ministrar aulas de ensino religioso não confessional na educação básica (ensino fundamental do 6º ao 9º ano).

Além dos programas de graduação e pós-graduação, verifica-se a disseminação de associações e grupos de estudos, a exemplo sessão norte da Associação Brasileira de História das Religiões-ABHR, o grupo de estudos da Universidade Estadual do Pará-UEPA, intitulado “*Grupo de Pesquisa Religião e Cultura*” delegada a coordenação aos professores Douglas Rodrigues da Conceição e Manoel Ribeiro de Moraes Júnior, o grupo de *estudos Religião e Mística*, coordenados pelos professores Josias da Costa Júnior e

Manoel Ribeiro de Moraes Júnior e o grupo e o grupo de estudos *Religiões de Matriz Africana na Amazônia*, coordenado pela professora Taissa Tavernard de Luca.

A exemplo da Universidade Estadual do Pará-UEAP, percebemos esse movimento em toda região norte, onde a Universidade Federal do Tocantins-UFT, instaurou o grupo de Pesquisa *História e Religião*, na coordenação do professor Vasni de Almeida e o grupo *Religiosidades e Festas*, onde a professora Mírian Aparecida Tesserolli é líder, a Universidade Federal do Maranhão-UFMA em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão-UEMA o *Grupo de Pesquisa Religiao e Cultura Popular – GPMINA* tendo com coordenadores (as) professores doutores Sergio Figueiredo Ferretti (Dep. de Sociologia e Antropologia da UFMA) – Coordenador), Maria Rocha Ferretti (Dep. De Ciências Sociais da UEMA) – Subcoordenadora) e do prof. MS José Antônio Ribeiro de Carvalho (DCS-UEMA).

A Universidade Federal do Amapá-UNIFAP e o Centro de Estudos, Político, Religião e Sociedade-CEPRES, na liderança dos professores Marcos Vinicius de Freitas Reis e Andrius Estavam Noronha, a Universidade Federal do Amazonas e os Grupo de Pesquisa em Religião, Cultura e Imaginário (OIKOUMENE), coordenado pela professora Marilina Conceição, e o Núcleo de Estudos ‘Afro Indígenas’ (NEAINC), sob a coordenação da professora Renilda Costa. O Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade da Universidade Federal do Acre – NERSUFAC, onde o Professor Carlos Paula de Moraes e coordenador do NERSUFAC.

Contudo, o evento que tem se consolidado como ponto de encontro de diálogo entre os pesquisadores e alunos que versão sobre o tema da religião são os eventos nacionais e regionais da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR). O GT Religiões na Amazônia já está na sua terceira edição coordenado pelos Professores Marcos Vinicius de Freitas Reis (UNIFAP) e pelo Prof. Diego Omar Silveira no congresso nacional da ABHR.

No ano de 2018 o referido evento ocorreu nas dependências da Universidade Federal de Santa Catarina e contou com apresentação de 19 trabalhos de diversos estados. Abaixo a Tabela 1 com a relação dos títulos dos trabalhos, autores e instituições que são sendo desenvolvidos as pesquisas:

Título da Apresentação	Nome	Categoria (Comunicação Oral ou Pôster)
O desafio da laicidade: experiências formativas no curso de Ciências da Religião (PARFOR) da Universidade do Estado do Amazonas	Diego Omar da Silveira (UEA) e Victor Leandro da Silva (UEA)	Comunicação
Mapeamento das produções acadêmicas sobre Ensino Religioso na Região Norte do Brasil	Maria Lourdes Sanches Vulcão (APERAP) e Marcos Vinicius de Freitas Reis (UNIFAP)	Comunicação
A religião entre os estudantes do CESP/UEA: resultados de um <i>survey</i>	Cristian Sicsú da Glória (UEA)	Comunicação
As redes de socialidade entre jovens numa igreja pentecostal na cidade de Macapá: conversão, disputas e espaços de encontros.	Cleiton de Jesus Rocha (UNIFAP)	Comunicação
Uma análise da programação das rádios católica São José e da Evangélica Boas Novas FM	Taissa Barros Lobato (UNIFAP)	Pôster
As Escolas Radiofônicas do Movimento de Educação de Base (MEB) Sistema Parintins	Euler Conceição Tavares (UEA)	Pôster

Cerâmicas Icoaraciense: A Tradição Como Guarda do Mistério Amazônico. Notações Etnográficas	Manoel Ribeiro de Moraes Junior (UEPA) e Rosiane Barbosa Ferreira (UEPA)	Comunicação
A diversidade religiosa na comunidade de Ponta Alegre e o ritual do Tucandeira	Sheila Nunes da Silva (SEMED- Manaus) e Adelle Carvalho Lago	Comunicação
A emergência da identidade amazônica através da reescritura bíblica ou a sacralidade ribeirinha	Daniela dos Santos Brandão (UEPA)	Comunicação
La colonización religiosa del Amazonas: el caso de los israelitas del nuevo pacto universal en la triple frontera	Lucía Eufemia Meneses Lucumí (Universidad Nacional de Colombia)	Comunicação
“A chave para o Paraíso”: o fenômeno da conversão ao Islã entre mulheres no estado do Pará	Heloisa Maria Paes de Souza (UFPA)	Comunicação
Relações de Poder no Marabaixo no Amapá	Jessica Vanessa dos Santos Fernandes (UNIFAP)	Pôster
Missões Franciscanas na Amazônia Amapaense contemporânea: um diálogo historiográfico possível?	José Gaudêncio da Silva (UNIFAP)	Pôster
Dom José Afonso e o Dogma de Maria Imaculada na Amazônia	Renata do Socorro Machado de Jesus (UFPA)	Comunicação
Práticas criminalizadas: as religiões afro-brasileiras na cidade de Parintins, Amazonas.	Adriano Magalhães Tenório (UEA) e Clarice Bianchezzi (UEA)	Comunicação

O novenário de São Sebastião num Terreiro de Tambor de Mina em Manaus (Amazonas): história e concepção	Gláucio da Gama Fernandes (UEA) e Izis de Castro Rodrigues (UEA)	Comunicação
A Religiosidade dos Mórmons e sua presença na Amazônia	Nancy Pereira da Silva (UEA)	Comunicação
Religião, política e sociedade: a atuação política e social da Assembleia de Deus no estado do Amapá.	Arielson do Carmo (UNIPAP/UFPel)	Comunicação
História de vida/ história da Igreja: subsídios para a história da Igreja Evangélica Carcerária de Parintins a partir da trajetória do seu fundador	Alain Martins Pereira (UEA)	Pôster

Tabela: Lista dos trabalhos apresentados 16º Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR): Política, Religião e Diversidades: Educação e Espaço Público no GT Religiões de Amazônia.

Fonte: Site do evento 16º Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR): Política, Religião e Diversidades: Educação e Espaço Público no GT Religiões de Amazônia.

No ano de 2017 a Região Norte realiza o I Encontro Regional da ABHR. O evento foi realizado na cidade de Parintins no Estado do Amazonas sob a coordenação do Prof. Diego Omar Silveira. Um dos objetivos da organização deste evento consistiu em reunir pesquisadores que versam das mais variadas temáticas sobre religião, e que pudessem se encontrar, dialogar e possivelmente organizar trabalhos em conjuntos.

Por se tratar do primeiro evento para pensar a realidade das religiões e religiosidades no contexto amazônico, a comissão organizadora achou oportuno que as mesas redondas, mini cursos, oficinas e atividades artísticas refletissem sobre a laicidade na

Amazônia e compreender a radiografia do complexo e plural campo religioso da região Norte.

Ensino Religioso em Universidade Públicas da Amazônia

Como vimos na sessão anterior, à produção sobre estudos de religião sobre a Amazônia aumentou significativamente. Uma das evidências disto foi à realização de eventos pelas universidades públicas. Destacamos na Região Norte o trabalho desenvolvido pela Universidade Federal do Amapá. Desde 2013 com a criação do grupo de pesquisa CEPRES, têm promovido eventos científicos, rodas de conversas, palestras, mesas redondas, projetos de pesquisa, projetos de extensão e cursos à distância.

O grupo CEPRES tem priorizado algumas discussões no tocante a questão das religiões e religiosidade. O debate tem torno do Estado Laico e a Intolerância Religiosa motivado os pesquisadores deste grupo a pensarem os desafios e perspectivas da laicidade no contexto amazônico no Estado do Amapá.

A partir da questão da laicidade a discussão em torno do componente curricular ensino religioso naturalmente apareceu como preocupação dos pesquisadores. Na tentativa da defesa de um ensino religioso laico, plural, desprovido de confessionalidade e proselitismo religioso, em 2015 foi realizado com o apoio da Especialização Gênero e Diversidade na Escola a palestra intitulada “Desafios e Perspectivas para o Ensino Religioso no Brasil no contexto do Estado Laico e das políticas públicas da Educação”, ministrada pelo Prof. Dr. Sérgio Junqueira.

Em 2016 o grupo CEPRES realizou o primeiro evento do grupo. Percebendo o aumento do racismo, discriminação, preconceito e estigmas para com negros, quilombola, gays, mulheres, índios, povos tradicionais e adeptos das religiões de matrizes africanas, o evento teve por objetivo refletir como o fator religioso contribui para aumentar ou diminuir a intolerância para com estes grupos. Abaixo o cartaz do evento:

Em 2018 foi realizado o II Encontro Científico do CEPRES que trouxe como tema principal a discussão em torno do ensino religioso. A razão da escolha deu-se em função da possibilidade do Estado do Amapá aderir ao ensino religioso confessional e promover a doutrina católica e evangélica nas escolas. Outra questão foi à necessidade de aproximação das atividades do grupo com os professores da rede municipal, estadual e privada. Visando a implementação da especialização em Ciência da Religião visando à formação destes profissionais, o grupo intensificou tal discussão.

A temática sobre religião e educação tem estimulado outros estados a promoverem tal discussão. A Associação dos Cientistas da Religião do Pará – ACREPA realizou em 2017 encontro estadual com professores de ensino religioso para discutir as possíveis mudanças nas habilidades, competências e conteúdo do componente ensino religioso. A discussão foi estimulado em função da implementação da Base Nacional Comum Curriculum BNCC.

No Estado do Amazonas a preocupação acerca do ensino religioso levou os pesquisadores a refletirem sobre os rumos deste componente curricular nas escolas públicas e privadas deste Estado.

Os Estados do Acre, Rondônia, Roraima e Tocantins tem organizado eventos e grupos de pesquisa em torno da temática da religião mais não focado no ensino religioso.

Considerações

Percebemos ao longo do nosso texto que as iniciativas acadêmicas no debate sobre as religiões religiosidade tem crescido quantitativamente e qualitativamente sobre o contexto amazônico. Isto deve-se a expansão das universidades públicas e privadas que contrato pesquisadores que preocupados com este tema implantaram em suas universidades cursos, eventos, projetos

de pesquisa e extensão e outras iniciativas para compreender a pluralidade religiosa na Região Norte.

Podemos observa que as discussões em torno do catolicismo, religiões africanas e indígenas, estado laico e ensino religioso tem sido o carro chefe das discussões. Preocupados com o respeito à diversidade religiosa e cultural da Amazônia, as universidade tem discutido como o fator religioso tem contribuído para a inclusão e exclusão das pessoas a partir do fator religioso.

Referências

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; PACHECO, Agenor Sarraf (Orgs). *Uwakürü: dicionário analítico*. Rio Branco: Nepan, 2016.

ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa; FARO, Mayra Cristina Silva. Saberes de Cura: um estudo sobre a pajelança cabocla e mulheres Pajés na Amazônia. *Revista Brasileira de História das Religiões: ANPUH*, ano v, n. 13, maio. 2012, ISSN 1983-2850.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Quilombos e novas etnias*. Manaus: UEA, 2011. 196p.

AMAPÁ. Conselho Estadual de Educação. *Resolução n. 14*, de 15/03/2006. Dispõe sobre a oferta do Ensino Religioso no nível Fundamental do sistema educacional do Estado do Amapá. Diário Oficial do Estado [do] Amapá. Macapá, 26 mar. 2006.

AMAPÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú*. Macapá: SEMA. 2007.

ANJOS, Rafael Sanzio A. dos. Cartografia e cultura: territórios dos remanescentes de Quilombo no Brasil. *Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 3. 2004 Coimbra-Portugal. Anais... Coimbra: UC, 2004. p. 30.

ARRUTI. José Mauricio. Quilombos. In: PINHO, Osmundo [org.]. *Raça: Perspectivas Antropológicas*. São Paulo: ABA / Unicamp / EDUFBA, 2008.

-
- BRASIL. Ministério Da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2010.
- CONCONE, Maria Helena Villas Bôas. Cura e Visão de Mundo. In: MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela Mocambira (Orgs.). *Pajelança e Religiões Africanas na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2008.
- COSTA, V. Marisa; SILVEIRA H. Rosa; SOMMER, H. Luis. Estudos culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*. Maio/Jun/Jul/Ago. n.23, 2003.
- CUNHA JR., Henrique. *Metodologia Afrodescendente de Pesquisa*. Texto de trabalho da disciplina de Etnia, gênero e educação na perspectiva dos Afrodescendentes, 2006. (Mimeo)
- DEMETRIO, Aguida M. V. A cura: pelas mãos ou pela fé? Técnica e a fé nas manifestações culturais na zona rural de Manaus-AM. *Revista Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN*, Natal, v. 17, n.1, jan./jun. 2016, ISSN 1982-5560.
- DENZIN, Noeman K.; LINCOLN, Yvanna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2006.
- FACUNDES, F. da S.; GIBSON. V. M. *Recursos naturais e diagnóstico ambiental da APA do Rio Curiaú- Macapá*: UNIFAP, 2000- (Trabalho de conclusão de curso). 58 p. 2000.
- FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *Ensino Religioso: perspectivas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *O Ensino Religioso no Brasil: tendências, conquistas e perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas*. 2. Ed. São Paulo: Nacional/Brasília: INL, 1976.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. *Revista Aletria: alteridades em questão*. Belo Horizonte, POSLIT/CEL,
-

-
- Faculdade de Letras da UFMG, v. 06, n. 09, dez/2002, p. 38-47.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- JUNQUEIRA, S. História, legislação e fundamentos do Ensino. Curitiba: IBPEX, 2008.
- JUNQUEIRA, Sérgio Rogério (Org.). *Ensino Religioso e sua relação pedagógica*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- JUNQUEIRA, Sérgio Rogério (Org.). *Ensino Religioso no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2015.
- JUNQUEIRA, Sérgio Rogério. *História, legislação e fundamentos do Ensino Religioso*. Curitiba: IBPEX, 20
- JUNQUEIRA, Sérgio Rogério. *Mapa da produção científica do Ensino Religioso: no período de 1995 a 2010*. Curitiba: SIBI/PUCPR, 2013.
- LAVILLE, Cristian; DIONNE, Jean. A Pesquisa Científica Hoje. In: LAVILLE, C.; DIONNE, J. *A construção do saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. Olhar Ontológico. In: MAUÉS, Raymundo Heraldo;
- LUNA, Sergio Vasconcelos de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução, elementos para uma Análise Metodológica*. 1ª - edição. São Paulo: EDUC. 2007.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *A Ilha Encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores*. Belém: UFPA, 1990.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. São Paulo: Estudos Avançados - *Dossiê: Amazônia Brasileira I*, v. 19, n. 53, p. 259-274, Jan./Abr. 2005.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela Macambira. Pajelança e Encantaria Amazônica. In: PRANDI, Reginaldo (Org). *Encantaria Brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados*. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.
-

Ministério da Educação. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. *Parecer CNE/CEB nº 16/2012*. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de novembro de 2012, Seção 1, p. 26.

NERY, Vanda Cunha Albieri. Rezas, Crenças, Simpatias e Benzeções: costumes e tradições do ritual de cura pela fé. *Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom*, n. 6. 2006, Uberlândia. Anais... Uberlândia: Centro Universitário do Triângulo, 2006. p. 1.

NUNES, Georgina Helena Lima. Educação Quilombola. In: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD. 2010. 260p.

OLIVEIRA, David Eduardo de. *Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente*. Fortaleza: LCR, 2003.

OLIVEIRA, Lilian Blanck de et al. (Org.). *Ensino Religioso: no Ensino Fundamental*. São Paulo: Cortez, 2007.

PACHECO, Agenor Sarraf. *Cosmologias Afroindígenas na Amazônia Marajoara*. São Paulo: Projeto História, n. 44, p.197-226, jun. 2012.

PACHECO, Agenor Sarraf. *En el corazón de la Amazonia: identidade, saberes e religiosidade no regime das águas*. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Estudos Pós-graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

PACHECO, Agenor Sarraf. Encantarias Afroindígenas na Amazônia Marajoara: Narrativas, Práticas de Cura e (In)tolerâncias religiosas. *Horizonte-Dossiê: Biodiversidade, Política, Religião*, Belo Horizonte, v. 8, n. 17, p. 88-108, abr./jun. 2010.

PACHECO, Agenor Sarraf. Religiosidade afroindígena e natureza na Amazônia. Belo Horizonte: *Horizonte-Dossiê: Religião, Biodiversidade e Território*, v. 11, n. 30, p.476-508, Jun.

2013.

PASSOS, D. João. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.

PRANDI, Reginaldo. *A dança dos caboclos: uma síntese do Brasil segundo os terreiros afro-brasileiros*. In: MAUÉS, Raymundo Heraldo; VILLACORTA, Gisela Mocambira (Org). *Pajelança e Religiões Africanas na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2008.

PRANDI, Reginaldo. *As religiões afro-brasileiras e seus seguidores*. Porto Alegre: Cívitas-Revista de ciências sociais, n. 1, jun. 2003.

REIS, João José. *Curiaú: a resistência de um povo*. Macapá: Secretaria do Estado de Meio Ambiente, 2004.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

REIS, M. *Política e religião: o envolvimento dos católicos carismáticos na política brasileira*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, 2011

REIS, M. V. F.; CARMO, A. T. *O campo religioso amapaense: Uma análise a partir do Censo do IBGE de 2000 e 2010*. *Observatório da Religião*, v. 2, p. 175-197, 2015.

REIS, M. V. F.; LOPES, T. *Intolerância religiosa: um estudo sobre os casos de intolerância ocorridos no Terreiro de Candomblé Ilê Asé Ibi Olú Fonnim e com seus integrantes na vida social*. *Revista Eletrônica Correlativo* v. 16, n. 1 - Junho de 2017.

REIS, M; CARVALHO, J. *A Igreja Católica na Amazônia: Diversidade Religiosa e Intolerância*. *Revista Observatório da Religião*. v 3, n. 1, 2106

SANTOS, Rodrigo Oliveira dos. *O Ensino Religioso no Amapá*. In: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério A. (Org.). *Ensino Religioso no Brasil*. Santa Catarina: Insular, 2015.

SENA, Luzia (Org.). *Ensino Religioso e a formação docente: Ciências da Religião e Ensino Religioso em diálogo*. São Paulo: Paulinas, 2006.

SILVA, Sebastião M. *Curiaú: sua vida, sua história*. Macapá: Valcan, 2000.

TRINDADE, Deilson do Carmo. As benzedeadas do Amazônas: a atualidade da cura popular na cidade de Parintins. In: *Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação*, 7., 2012, Palmas. Anais... Palmas: IFTO, 2012. p. 3.

VIDEIRA, Piedade Lino. *Batuques, folias e ladainhas: a cultura do quilombo do Cria-ú em Macapá e sua educação*. Fortaleza: UFC, 2013.

VILLACORTA, Gisela Mocambira (Org). *Pajelança e Religiões Africanas na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2008.

VULCÃO. *Ensino religioso no Amapá: uma disciplina em construção (2006-2011)*. 2016.137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2016.

Ensino Religioso e sua Aplicabilidade Contemporânea: como Deve Ser o Perfil de um Professor que Trabalha com essa Disciplina

Elaine Costa Honorato

O histórico da disciplina Ensino Religioso no Brasil traz uma trajetória de muitas fases no âmbito educacional. Um dos estágios que representa um marco histórico desse componente curricular de ensino é o de *resistência* mediante aos assombramentos que persistem em retirar seu funcionamento nas escolas. E, uma das razões que sustentam essa ameaça, é a preocupação do posicionamento profissional de quem está trabalhando com essa disciplina.

Devido os problemas apresentados na própria trajetória histórica da disciplina Ensino Religioso é de extrema necessidade que exista um perfil específico para um desenvolvimento educacional deste componente curricular de ensino. Dessa forma, tomamos aqui, algumas fases percorridas para atender essa necessidade na educação contemporânea.

Primeiramente notamos que passamos pela ausência de uma formação específica para a aplicabilidade do Ensino Religioso por muito tempo, e em seguida, refletimos não somente na formação específica, mas passamos a discutir a qualidade dessa formação acadêmica para a aplicabilidades de seus conteúdos. Posteriormente, após uma parcela significativa de profissionais da educação entenderem a importância dessa formação acadêmica,

algumas universidades, secretarias estaduais e municipais, conselhos de educação entre outros órgãos públicos, começaram a investir em cursos de capacitação, projetos de formações específico nível minicursos, especialização e hoje, alguns estados, ofertam a graduação.

Entretanto, embora exista um reconhecimento e até mesmo uma preocupação da importância de uma formação acadêmica específica de qualidade para se trabalhar o Ensino Religioso, é impossível não destacar a situação de que essa formação é uma prática em processo, pois ainda encontramos estados que não conseguiram firmar uma formação gradual necessária para a prática pedagógica do Ensino Religioso nas escolas.

Embora nem todos os estados estejam ofertando uma capacitação gradual para a aplicabilidade do Ensino Religioso, podemos afirmar um grande avanço para se trabalhar a disciplina. Hoje, contamos com a presença da área “Ciência da Religião” num documento oficial de Base Nacional para todas as escolas do nosso país.

Nesse sentido, é possível notar um progresso pelo fato de que antes não tínhamos nada que nos desse um norte central e conseqüentemente o Ensino Religioso era apagado no campo educacional; e com a presença da disciplina Ensino Religioso na BNCC, além de encontrar conteúdos que possam conduzir uma prática pedagógica, é possível que cada município e Estado brasileiro organizem os seus currículos, projetos de ensino e conteúdo de forma centralizada tendo como referência a “Ciência da Religião”. O que se considera aqui como o ponto chave e condutor de um perfil adequado para a prática pedagógica dessa disciplina.

De acordo com essa referência de conteúdos estabelecidos para a aplicabilidade do Ensino Religioso nas escolas por meio da BNCC, com os esforços demandado de alguns órgãos públicos para conduzir um trabalho de qualidade mediante a formações específicas seja imediatista ou gradual e, as mudanças que a

disciplina Ensino Religioso sofreu durante todo processo de luta para sua permanência enquanto disciplina curricular, um questionamento provocativo toma o objetivo central deste texto. Questiona-se no sentido de que, não adianta ter todo esse leque de progresso assistencial para o Ensino Religioso e o despertar de sua importância na sociedade, se não tivermos um profissional que se enquadre no perfil da disciplina. Dessa forma, lance-se a seguinte questão: diante de nossa proposta constitucional de vivermos em um país fundamentado numa teoria laica, nossa “realidade” contemporânea: *“Como deve ser o perfil do professor de Ensino Religioso?”*

Essa pergunta é bastante interessante porque não é um questionamento comum para as outras disciplinas curriculares, mas está sempre presente na disciplina Ensino Religioso. Dificilmente se questiona como deve ser o perfil de um professor de artes, língua portuguesa, geografia... E, isso acontece, justamente pelo fato do Ensino Religioso ainda ser visto como uma disciplina que corre grandes riscos de ser utilizado como um espaço de catequização, ou seja, a disciplina Ensino Religioso causa aversão. E, dessa forma, o perfil do professor é o fio condutor para esse posicionamento não existir.

Diante disso, essa é uma pergunta comum para a disciplina Ensino Religioso e ao mesmo tempo de relevância para a área da educação, pois o perfil do professor de Ensino Religioso é o que irá trazer resultados de um trabalho de qualidade ou implantar no contexto educacional mais intolerância religiosa e fanatismo, o que fere a proposta da Lei de Diretrizes de Base Nacional ao pregar que a aplicabilidade do Ensino Religioso deva ser conduzida respeitando a diversidade cultural religioso presente no ambiente escolar. Para isso, entende-se que um Ensino Religioso que atenda o contexto atualizado brasileiro, busca contribuir com as necessidades que vai além de conteúdos prescritos, precisa de profissionais preparados e desprendidos de suas crenças intrínsecas, particulares.

Outra questão importante para ser refletida e que contribui para o perfil do professor de Ensino Religioso no Brasil, é compreender o real sentido da praticidade desse componente curricular nas escolas a partir de uma proposta multicultural; que, uma vez reconhecido, torna ainda mais viável a exigência de um perfil adequado para conduzir e se posicionar em sala de aula:

Qual é a relevância educacional da disciplina Ensino Religioso para além de sua obrigatoriedade?

Diante dessas duas perguntas expressadas com intuito reflexivo sobre o perfil do profissional de quem trabalha com o Ensino Religioso e o real sentido dessa disciplina nas escolas, convida-se professores, coordenadores de escola, diretores, gestores de órgãos educacionais, pesquisadores da área da educação a procurarem identificar e, tornar público o real propósito do Ensino Religioso, não somente o que enxergamos como obrigatoriedade, mas o que a disciplina Ensino Religioso representa para a educação do nosso país.

Ao enxergar o real propósito da disciplina Ensino Religioso para além da obrigatoriedade como componente curricular, passamos a entender que a disciplina tem uma função fundamental para a sociedade e, obter essa clareza, aumentamos cada vez mais a negação do caráter facultativo da disciplina.

A BNCC, documento de Base Nacional Comum Curricular, apresenta o Ensino Religioso como uma disciplina que busca atender objetivos que necessitam de um perfil específico, vejamos tais objetivos, a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos; b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos; c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida,

exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal; d) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania. (BRASIL, 2018, p.436). De acordo com os objetivos apresentados pela BNCC, é possível destacar que a proposta organizada para a disciplina Ensino Religioso busca conduzir um trabalho que ensina os alunos a respeitarem diversas culturas e religiões a partir de seus próprios contextos. Tomamos como exemplo, o primeiro objetivo da base: “proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos”.

Diante do princípio desse objetivo, é notável que o perfil do professor deve em primeiro lugar ser desprendido de qualquer fé particular pautada num fanatismo religioso, caso o professor (a) tenha essa conduta, não conseguirá atender a proposta da BNCC, bem como o prescrito normativo da LDB.

A proposta da BNCC e da LDB é ter um profissional que consiga proporcionar momentos em que exista a oportunidade dos alunos conseguirem olhar o outro, enxergarem e entenderem a religião do outro, ou seja, um profissional que seja capaz de conduzir um trabalho que tem como pauta de reflexões sobre “intolerância religiosa”, liberdade de manifestação de fé, concepções e pluralismo de ideias.

Contudo, destaca-se, que a proposta sugerida pela BNCC traz conteúdos de grande relevância para dentro da escola e um valor imensurável devido tantas questões que enxergamos se fazer presente na sala de aula e na nossa sociedade como um todo. Tomamos como exemplo o índice de suicídio na faixa etária escolar, bullying de diversas formas, violências física e psicológica entre outras questões graves que terrorizam o ambiente escolar e que a disciplina Ensino Religioso pode ser a chave para conduzir um trabalho em que estabeleça uma parceria de avanços sociais e educacionais. Porém, para que isso seja possível, é preciso que o

professor de Ensino Religioso tenha um perfil multiculturalista.

Essa contribuição educacional e social apresentada pelo Ensino Religioso, é uma linha de estudo escolar contemporânea, ou seja, um ensino que corresponda o contexto atual em que vivemos, alternativas que acompanhe a realidade do educando. Dessa forma, é preciso garantir uma formação que proporcione um entendimento sobre religiões, em seus diversos aspectos: ritos, símbolos, história, doutrina ... Mas acima de tudo, é preciso pensar numa formação que se preocupe com a compreensão e aceitação das religiosidades, que mostre a importância da neutralidade – profissionalismo para a aplicabilidade de um Ensino Religioso multicultural.

Nesse seguimento, identifica-se o perfil do professor de Ensino Religioso contemporâneo partindo de um perfil profissional de um professor de matemática, que deve não somente ter os conhecimentos fundamentais essenciais para conduzir a disciplina como cálculo mental, raciocínio lógico entre outras especificidades. No caso, tratando de conteúdos muitas vezes complexos, é preciso ter ainda, uma didática aplicada que favoreça o entendimento dos conteúdos sem trauma, sem dificuldade e, na disciplina Ensino Religioso, isso não é diferente.

O Ensino Religioso, exige do professor uma neutralidade que muitos pesquisadores da área acreditam não existir. Entretanto, essa neutralidade está pautada em lei quando no artigo 33º da LDB, alterado pela Lei 9475/97, em que se assegura o respeito a diversidade Cultural e Religioso presente em sala de aula, veda qualquer forma de expressão proselitista.

Como podemos perceber, a proposta da BNCC bem como a Lei de Diretrizes e Base Nacional, exige que o professor trabalhe conhecimentos religiosos numa perspectiva cultural. Entretanto, estudar religião é ter acesso a diversas manifestação de fé que, o professor tendo a sua, não poderá invalidar as propostas religiosas existentes na escola e no mundo. Portanto, a clássica frase de que religião, política e futebol não se discute, não é cabível na

disciplina Ensino Religioso, uma vez que esses temas centrais: religião, política e até mesmo futebol, são práticas sociais que estão relacionadas a religião, como dizia Durkheim, “A religião é o espelho da sociedade”. Entretanto, esses conteúdos que permeiam na essência da religião, seja símbolos sagrados, histórias comparadas das religiões, manifestação de fé a cultura da religião e das religiosidades, exigem do profissional que está na frente desse trabalho um perfil que desassocia totalmente sua “verdade última”, ou seja, o que se tem como crença, manifestação de fé de forma particular, não se deve interferir na missão docente. Nesse sentido, a Ciência da Religião entra em cena educacional e cumpri um papel importante, pois enfatiza a necessidade do distanciamento que todo professor de Ensino Religioso deve manter quando entra em sala de aula.

Tomar a Ciência da Religião como referência para a aplicabilidade do Ensino Religioso é entender que essa disciplina além de assumir um caráter científico (estudos de fenômenos religiosos, cultura, símbolos, textos sagrados, entre outros elementos religiosos) conseqüentemente estabelece uma respeitabilidade para a disciplina Ensino Religioso no âmbito educacional. Entretanto, é preciso ter professores que tenham clareza do que de fato seja a Ciência da Religião.

A Ciência da Religião é uma área de conhecimento que faz ciência sobre a religião, mantém seus objetos de estudo no campo empírico que para serem identificados de forma correta, é preciso ter um conhecimento sobre a área que somente após uma formação acadêmica e específica em Ciência da Religião é possível localizá-los.

Dessa forma, ressalta-se que para a disciplina Ensino Religioso ser vista como um componente curricular que agrega ao currículo, promovendo conhecimentos fundamentais para a sociedade e não ser uma disciplina que se sustento com um discurso da obrigatoriedade, é preciso se apropriar dos conhecimentos da Ciência da Religião.

Nesse sentido, entende-se que a Ciência da Religião assumi um papel de não apenas reagir aos problemas enfrentados nas escolas como a aplicabilidade de um Ensino Religioso de maneira errônea que contribui com a intolerância religioso no âmbito escolar, mas sim, uma Ciência prática que se mantém num processo de resoluções de problemas apresentado pela educação e até mesmo pela sociedade. Para isso é preciso que o professor de Ensino Religioso enxergue a capacidade que a área tem em atender os problemas enfrentados na escola e, compreenda a Ciência da Religião como referência fundamental para se trabalhar diversas temáticas que favorece aos estudantes da educação básica o conhecimento cultural e religioso do Brasil. A visto disso, o perfil do professor em Ciência da Religião deve atender alguns critérios como:

- Reconhecer a necessidade de se ter uma formação acadêmica e específica em Ciência da Religião para que sua aplicabilidade seja pautada em conteúdo que tenham relevância educacional e social.
- Reconhecer que sua “verdade última” deve ser mantida fora do seu âmbito profissional. E que é possível praticar essa neutralidade.
- Ter a consciência da importância do seu papel enquanto educador e buscar promover multiculturalismo por meio de conteúdos que ampliam o conhecimento dos alunos sobre as culturas religiosas presentes no mundo.
- Manter a criticidade sobre a função da disciplina Ensino Religioso nas escolas e defender o componente curricular como provedor de mudanças educacionais. Ter a consciência da disciplina Ensino Religioso não pela obrigatoriedade e sim pela cientificidade.
- Identificar as manifestações de fé presente no seu ambiente de trabalho e a partir disso estabelecer relações uma com as outras com o intuito de promover respeito entre os praticantes e as religiões.

-
- Promover a paz nos discursos educacionais e mostrar que a religião em si pode ser algo positivo, porém, uma vez que não se reconhece os perigos do fanatismo religioso, a religião pode destruir vidas.

Essas são algumas características que devem fazer parte do perfil de um professor de Ensino Religioso, pois com esses traços, é possível atender o real objetivo desse componente curricular de ensino e promover mais avanços dessa disciplina.

Nesse sentido, destaca-se mais uma vez a Ciência da Religião como a formação que conduzirá o perfil necessário para atender nossa educação contemporânea. Que reconhece a importância da neutralidade de fé e que reconhece a disciplina como atividade científica com clareza educativa e relevância ética, social e educacional.

Referenciais

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases*. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Segunda versão revista. Brasília, disponível em: "<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>" <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> 2018

CORTELLA, Mario Sergio. "Educação, Ensino Religioso e Formação Docente". In SENA, Luzia (org.). *Ensino Religioso e formação docente: Ciências da Religião e Ensino Religioso em diálogo*. São Paulo: Paulinas, 2007.

GRESCHAT, HANS – JURGEN. USARSKI, FRANK. *O que é Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2005.

PASSOS, JOÃO DÉCIO. USARSKI, FRANK: *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013.

PASSOS, João Décio. *Ensino religioso: construção de uma proposta*. São Paulo, Paulinas, 2007.



A pluralidade religiosa e os desafios na educação escolar: escuta e diálogo no contexto do Ensino Religioso

Rosângela da Silva Siqueira

Introdução

A convivência entre diferentes grupos sociais diz respeito à dinâmica do pluralismo cultural existente na sociedade, seus processos aceitativos de normas estabelecidas resulta da compreensão e enfrentamento da realidade, pelo qual o indivíduo interage e percebe as ações humanas e constrói o mundo social. Considerando um dos aspectos que entram na composição das diferentes formas de religião a abordagem se dá a partir do pensamento de Max Weber e de Durkheim, visto que a religião se define “pelo conjunto de relações que a circundam”, em distinção entre interno e externo, subjetivo e objetivo. Deste modo a religião, ela se evidencia na relação com as esferas sociais, principalmente se confirma com amplo sentido em diferentes culturas.

Para Mircea Eliade (1986) profícuo estudioso das ciências das religiões, o que caracteriza esse amplo conjunto de diferenças dentre as distintas formas de religião são as “hierofonias” ele destaca também os elementos simbólicos que remetem à categoria crucial do “Sagrado” (em maiúsculo, como entende o autor). Assim, com base no pensando dos autores, vale ressaltar que a educação que permita refletir a pluralidade religiosa para um

aprendizado significativo, se ocuparia em descrever a experiência religiosa a partir de dentro, ou seja, consiste em observar as interfaces do Sagrado e seus significados. Porém a percepção de sentidos é moldada pelos sentidos subjetivos, atribuídos a uma experiência objetivamente vivida, contudo, cabe lembrar o que é considerado Sagrado em uma cultura pode não ser em outra.

Analisando a complexidade da pluralidade religiosa brasileira com os aspectos que devem ser observados na educação escolar, é consenso entre profissionais da área educacional que o desafio incide nas contradições do componente curricular de Ensino Religioso, uma vez que o mesmo é de matrícula facultativa e também é posto como parte integrante a formação básica do cidadão.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2010 p.34), ressalta que o processo de educar se configura como um ato desafiador, conforme exposto no art. 5º das referidas Diretrizes:

O Direito à educação, entendido como um direito inalienável do ser humano constitui o fundamento maior dessas Diretrizes. A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais.

Observa-se que o acesso à educação e conhecimento é um dos direitos imprescindíveis que deve alcançar o ser humano em seus diversos aspectos, isso significa que a educação torna possível ao/a estudante ter acesso a bens sociais, tais como: trabalho, saúde, habitação e ainda à diferença.

É importante ressaltar que o direito a diferença corresponde a diversos aspectos humanos, que constituem a sociedade brasileira, ou seja, étnico, gênero, cor, raça, religião, entre outros. Além disso, a história e memória da população brasileira é marcada por diferentes povos e etnias, no qual se manifesta a cultura e a religião.

Para Hock (2010, p 30) a religião manifesta-se “não somente em nossa linguagem cotidiana, ela é também considerada como um dado estabelecido no direito e na legislação”, logo a religião é uma realidade social, consistir em comunicação, criando realidades e ganha forma real por meio de atos sociais.

Conforme Lucchesi (2016, p. 11) este autor destaca que, independentemente da forma como a religião é olhada, “ela está aí, nos gestos, expressões culturais, narrativas, guerras, cultos, festas, folclores, morais impostas ou propostas”, de tal modo, se ela aí está, há objeto de estudo que sugere diferentes modos de cosmovisões de mundo.

Desde modo, as diferentes formas religiosas podem ser estudadas empiricamente, quanto fenomenologicamente, porém conhecer as distintas diferenças da religião, primeiramente nos aspectos de conhecer para conviver, em outras palavras, um dos principais alvos da educação é promover um aprendizado voltado para aprender a respeitar e conviver com os outros, requerendo habilidades da compreensão, pois os indivíduos na sua vertente social têm uma relação de interação e dependência com o outro.

Além disso, implica no diálogo entre os diferentes indivíduos, em que os mesmos sejam capazes de se colocar no lugar do outro, na concepção de vários teóricos da filosofia, sociologia e antropologia, chamam a atenção para a necessidade de que se considere a especificidade da “alteridade” que é o oposto de “identidade” na sua forma individual, pois na influência mútua entre diferentes culturas se percebe que o conhecimento da nossa cultura, passa de maneira inevitável, pelo processo de conhecimento das outras culturas.

O diálogo com as culturas autóctones é um exemplo para superar um modelo de escolarização que por vezes foi hegemônica, estimulou o etnocentrismo que não gerou o protagonismo das diferentes etnias indígenas. Os movimentos indígenas das últimas décadas no Brasil, em vários aspectos tem clamado por respeito à sua alteridade, seja no campo religioso, seja na educação exigindo

que oficialmente seus idiomas sejam incluídos em sua educação básica como forma de preservar seus patrimônios culturais.

Existem aproximadamente 750 comunidades ao longo do rio Negro, onde habitam mais de 40 mil indígenas, de famílias linguísticas Tukano, Aruak, Maku, Yanomami, dentre outros. Compete observar que nossa viagem é realizada no núcleo cultural indígena denominado CIPIA, comunidade de 6 famílias com aproximadamente 40 índios de diferentes etnias, entre adultos e crianças.

Ressaltamos que há uma belíssima sinfonia na pujança do ritual apresentado aos visitantes.



Visita na Comunidade Indígena no Alto rio negro/ Amazonas
Foto: SIQUEIRA, Rosângela



FOTO: SIQUEIRA, Rosângela



FOTO: SIQUEIRA, Rosângela

A comunidade da etnia indígena Dessana TuKana, está localizada à margem direita do rio Negro, fazendo o trajeto de barco é cerca de 20min, em uma área chamada Puranga Conquista, na trajetória até a comunidade é possível contemplar as aves, botos e um céu azul que compõem as maravilhas da Amazônia.

Nesse encontro com a cultura indígena, os visitantes recebem explicações de como é o dia-a-dia na tribo de seus rituais, danças, cantos e sons instrumentais criados por eles mesmo, aprendendo um pouco sobre o modo de vida dos nativos que vivem na floresta Amazônica.



Visita na Comunidade Indígena no Alto rio negro/ Amazonas
Foto: SIQUEIRA, Rosângela

Destacamos que a tribo constantemente recebe os turistas visitantes da região, na visita eles são convidados a conhecer um

pouco da cultura local – culinária, crenças, costumes e o artesanato sedo que o artesanato é a principal fonte de renda deles.



Culinária Indígena no Alto rio negro/Amazonas
Foto: SØRENSEN, Per



Visita na Comunidade Indígena no Alto rio negro/Amazonas
Foto: SØRENSEN, Per.



Visita na Comunidade Indígena no Alto rio negro/Amazonas
Foto: SØRENSEN, Per.

No que tange às culturas indígena, é importante apreendê-la dentro do princípio da diversidade, já que os diferentes grupos étnicos desenharam modelos diferenciados de cultura. De tal modo, se deve reconhecer que somos uma cultura possível entre tantas outras, mas não a única, portanto nessa composição, o papel da educação tem função primordial de proporcionar um aprendizado que possibilite aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser, quatro vias do saber que constituem pontos de interligação entre diferentes formas culturais.

Conforme Delors (2003), adverte que os quatro pilares fundamentais da educação, “envolvem o desafio da inclusão de grupos distintos e a convivência entre eles”, sobretudo, porque nos níveis sociais e culturais, muitas vezes, tal convívio é marcado pelo preconceito e pela discriminação.

Nessa linha de pensamento, analisar as influências educacionais voltada a visão da pluralidade cultural religiosa no

âmbito escolar, nos remete ao pensamento de Ribeiro (1995, p.23), que chama a atenção as características marcantes da sociedade brasileira, a partir das diferentes formas culturais “subjacente à uniformidade cultural brasileira, esconde-se uma profunda distância social, gerada pelo tipo de estratificação que o próprio processo de formação nacional produziu”, nessa relação da junção da cultura indígena, africana e europeia, as diferenças de sociabilidade provocaram uma longa distância social e econômica entre os menos favorecidos.

De tal modo, o papel social da educação escolar é determinante, pois o trabalho pedagógico, especialmente, para os alunos das classes menos favorecidas deve oportunizar que os mesmos possam ter um projeto de futuro que vislumbre uma vida digna. Para tanto, os educadores necessariamente precisam ter convicção e reconhecer os contrastes existentes no ambiente escolar no qual atuam, possibilitando um lugar democrático que leve à superação de conflitos, de ações preconceituosas e, conseqüentemente, atendam os pilares da educação inclusiva, ética e laica.

As inquietações acerca da pluralidade cultural religiosa trazida pelos alunos, fazem parte da tarefa da educação, segundo Freire (1986, p.46) chama atenção para:

“É preciso desenvolver diálogos e consciências libertadoras por meio do encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mudo o transformam e, transformando-o o humanizam para humanização de todos”.

Desta forma, pensando nas ações pedagógicas que trazem no seu bojo as interações socioculturais que influenciam e transformam a coletividade escolar e, que permitem conhecimento das diferentes formas de manifestações do Sagrado, primeira questão que se apresenta trata-se de analisar o fenômeno religioso em suas manifestações sociais e culturais, sob o olhar das muitas formas e áreas do conhecimento, ou seja, múltiplas leituras de um fenômeno comum na história da humanidade.

É importante ressaltar que as reflexões sobre a valorização que diferem grupos sociais que convivem no mesmo espaço físico, implica em convergências e alteridades, assim sendo, sugere maneiras de compreender semelhanças, resistências e abrangências das diversas culturas religiosas.

Fundamentação teórica

A análise trata-se de pesquisa bibliográfica, para a qual se recorre a autores que tenham se ocupado com as temáticas da religião em foco com a educação escolar. Espera-se contribuir com as análises sobre o pluralismo religioso, característicos da sociedade brasileira e, os impactos motivados pelo componente de Ensino Religioso dentro das instituições de ensino público, fundamentando a problemática sobre as diferenças culturais religiosas e, a educação para a convivência respeitosa e pacífica.

Apresentação do ritual



Fonte: Comunidade indígena no Amazonas – Alto rio Negro
Foto: SØRENSEN, Per.

Nesse aspecto, aprofundamos o olhar sobre o pluralismo religioso atualmente existente na sociedade brasileira, o qual é permitido por meio do direito ao conhecimento que são planejados pedagogicamente como conteúdo do currículo escolar, sobretudo, do componente de Ensino Religioso que possibilita abordar assuntos como cidadania e o princípios da liberdade religiosa por meio da laicidade do estado, a convivência com o diferente, a tolerância e o respeito as diferenças de cultura e percepção de mundo, ou seja, das formas de crê no Sagrado.

Cabe ressaltar que ao longo da história dos povos que originaram os traços da cultura e o Ethos comportamentais da sociedade brasileira, sua convivência nem sempre foi tranquila, principalmente, para os povos de etnias africanas e indígenas. Uma vez que muitos deixaram seu modo de viver tradicional, até mesmo proibidos de ensinar suas tradições religiosas, pois esses povos sofreram grandes mudanças por meio da aculturação do branco.



Foto: SØRENSEN, Per.

É importante destacar, que a religião como referência emblemática apresenta-se como um esforço coletivo em manter viva a memória de determinada população, contribui para a ressignificação e reelaboração dos saberes sobre a compreensão de diferentes visões e manifestações religiosas como categorias historicamente instaladas na história da humanidade.

A questão da pluralidade religiosa em um ambiente escolar é desafiadora, gera um grande conflito no ensino e aprendizagem, principalmente quando o/a aluno não está preparado para lidar com este fenômeno nas diferentes culturas, pois a coexistência do fenômeno religioso sendo com o pensamento de Geertz (2008), afirma que por ser a religião formada por sistemas simbólicos estruturado e estruturante, precisa-se toma-las como ponto de partida para ampliar a percepção no processo de identificação e aceitação.

A educação escolar, com foco na pluralidade religiosa enfrenta esta batalha todos os dias, e muitos professores não conseguem conciliar toda essa versatilidade. O professor precisa saber orientar, avaliar e elaborar propostas, isto é, interpretar e reconstruir o conhecimento, transpor os saberes específicos de sua área de conhecimento respeitando e valorizando as diferenças, a liberdade e a pluralidade, socializando conhecimentos e valores, garantindo a todos uma aprendizagem significativa. É preciso fazer no ambiente educativo um lugar acolhedor e inclusivo, rompendo todo e qualquer paradigma que tenta provocar a exclusão dos conhecimentos e tradições religiosas das diferentes populações étnicas.

Considerações Finais

A pluralidade cultural religiosa pode admitir sentido de sobrevivência, estímulo e resiliência, desde que seja valorizada e legitimada tanto no meio individual como no coletivo. Assim sendo, deve oportunizar o conhecimento, que é tratado, na escola,

por meio dos conteúdos das disciplinas em que concorrem tanto os fatores ditos externos, como aqueles determinados pelo regime da família, quanto as características sociais e culturais do público escolar, além dos específicos do sistema como os níveis de ensino, entre outros.

Além desses fatores, estão os aspectos históricos e geográficos que apresentam um panorama desigual com relação ao acolhimento dos direitos do indivíduo enquanto cidadão. A escola é um espaço privilegiado de socialização de conhecimentos, se apresenta como a segunda casa dos alunos e, sempre estar de portas abertas para todos os tipos de pessoas, de diversas religiões, culturas e etnias.

De tal modo, é importante lembrar que nosso país sofreu e, ainda sofre, influências culturais desde a chegada dos portugueses, os diversos costumes, a linguagem materna e as formas de expressões religiosas estão presentes na sociedade, sobretudo, na comunidade escolar e vão compondo o pluralismo cultural nos espaços educacionais. Portanto, mesmo sem perceber, os alunos participam direta e indiretamente das diferentes maneiras de ser que convivem no mesmo espaço escolar, observando e absorvendo nos seus entendimentos que existem princípios e valores que deve ser respeitado.

Compete lembrar que atualmente as diversas crenças, costumes, estilos de vida existentes na sociedade se misturam, oferecendo um vasto repertório para o ensino aprendizagem dos alunos, de maneira especial esses fatores fornecem informações que colaboram para o pensamento crítico reflexivo dos alunos, é extremamente importante que os mesmos, averiguem e constatem que a sociedade brasileira é complexa, que todos sempre têm a aprender um com o outro.

Enfim, o preconceito a e discriminação, mesmo que de forma involuntária, revela uma cultura excludente, sem respeito e sem paz, deste modo os estudos sobre o pluralismo religioso oportunizar o acesso de conhecimentos que devem ser trabalhados

como conteúdo na disciplina específica de Ensino Religioso, bem como de forma interdisciplinar, aproximando-se dos fatores externos, como aqueles determinados pelo cotidiano do ambiente escolar, do regime das famílias, sobretudo, dos aspectos característico de cada grupo social, mesmo porque à valorização dessas características étnicas e culturais que convivem no território nacional, possibilitará a leitura crítica e reflexiva das futuras gerações.

Referências

BONI, V.; QUARESMA, S. J., *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. *Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9(nove) anos*. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção I.

CANDAU, M.V. *Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios*. In CANDAU, M. V. (Org). *Cultura(s) e educação: entre o crítico e pós-crítico*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DELORS, Jacques (Coord.). *Os quatro pilares da educação*. In: *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez, p. 89-102. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GEERTZ, Clifford. *A Religião como Sistema Cultural*. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2008.

HOCK, Klaus. *Introdução à Ciência da Religião*. São Paulo: Loyola, 2010.

LUCCHESI, Marco. *Saudades do paraíso*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1997.

MIRCEIA, Eliade. *O sagrado e o profano* [tradução Rogério

Fernandes]. – São Paulo: Martins Fontes, 1986.

RIBEIRO, Darci. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. SP. 2ª ed. Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Maria José Albuquerque da. BRANDIM, Maria Rejane Lima. Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural. In: *Revista Diversa*, nº 1. Jan./jun. 2008. p. 51-66. Disponível em: <http://www.fit.br/home/link/texto/Multiculturalismo.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.



Visita Técnica nos Espaços Sagrados

Taciane Jaluska

Sérgio Rogério Azevedo Junqueira

O fenômeno religioso é uma realidade que se apresenta no espaço-tempo do cotidiano e que nos permite estudá-lo à luz das ciências humanas. Enquanto conceito-chave, o sagrado torna esse estudo operacional porque perpassa as várias instâncias do fenômeno religioso. Para cada posição no espaço sagrado convergem valores afetivos específicos atribuídos pelo ser humano religioso, o que transforma o espaço sagrado num palco privilegiado das práticas religiosas, sendo esse um espaço próprio da intuição e que distingue o sagrado do profano.

Nesse contexto é importante discutirmos a questão do Ensino Religioso no contexto de um pluralismo que cada vez mais é consolidado como uma realidade social urbana fruto da dinâmica cultural globalizada, em que localizamos a implosão dos grandes paradigmas e a fragmentação do conhecimento. No plano das instituições religiosas representa a relatividade dos discursos no que tange às respostas ao mundo em constante mutação.

Uma das vantagens em realizar visitas técnicas nos espaços sagrados é permitir a aproximação dos estudantes dos espaços religiosos concretos para observar como as manifestações religiosas são organizadas, como estão dispostos os símbolos, espaços para os ritos, o poder das autoridades religiosas, enfim, na visita é possível visualizar da melhor forma como são materializadas as diferentes teologias das tradições favorecendo desta forma uma melhor compreensão da diversidade religiosa e cultural existente no país. Essa compreensão permite o

aprendizado por meio da convivência com o diferente e a perda de alguns temores do que não é conhecido, desconstruindo assim, preconceitos anteriormente estabelecidos e facilitando a vivência em uma sociedade plural.

É importante ressaltar que o espaço sagrado apresenta marcas distintivas da religião, conferindo-lhe singularidades peculiares aos mundos religiosos, sendo que os símbolos religiosos cumprem o papel de objetivação na construção do mundo religioso, sendo que representam em termos culturais épocas, períodos distintos da humanidade, nos diferentes modos de ser e viver do homem. Desse modo os símbolos trazem à tona também a possibilidade de rememorarmos elementos de nossa criação humana. Há certos símbolos que permanecem inalterados durante muitos e muitos anos ao passo que existem aqueles que passam a simbolizar especificamente uma época distinta.

Podemos dizer também que os símbolos são os vestígios que, no processo de humanização, o ser humano vai deixando no tempo como resultado das transformações que ele vai imprimindo no mundo transformando-o em suas marcas, pois só ele entre todos os animais cria, produz cultura. Tal como a natureza onde vivemos e de quem somos parte, também a cultura não é exterior a nós. A diferença está em que o “mundo da natureza” nos antecede, enquanto o “mundo da cultura” necessita de nós para ser criado, para que ele, agindo como um criador sobre os seus criadores, nos recrie a cada instante como seres humanos. Isto é, como seres de vida capazes de emergirem dela e darem a ela os seus nomes. A cultura e sua dimensão simbólica são geradas de acordo com as possibilidades e necessidades de cada grupo social. Desse modo, as trocas simbólicas, por exemplo, de valores, costumes, tradições são singulares a certos grupos sociais mesmo dentro de uma mesma sociedade.

Neste cenário existem diversas formas de viver o sagrado nos dias atuais em afinidades com as ideologias emergentes, assim podemos olhar para o ressurgimento dos religiosos de duas

maneiras, de acordo com o vínculo institucional trabalhado pelas novas formas de viver a experiência religiosa e a partir de duas tendências explicativas que facilitam a compreensão da complexidade do campo religioso contemporâneo. A religiosidade que se funda, atualmente, na sociedade contemporânea é marcada pela heterogeneidade, sincretismo e incompletude. Pode-se optar também para a religiosidade que tem sido vivenciada em locais, rituais, eventos, mediada por elementos tidos como seculares, mas agora capazes de inspirar experiências religiosas.

Desta forma o espaço sagrado, permite um esquema no qual os diversos elementos religiosos podem ser postos em relações mútuas. Há, por assim dizer, a espacialização daquilo que não é de natureza espacial e suas distinções e rupturas permanecem neste quadro como essencialmente qualitativas. O espaço sagrado é estrutural, pois o ser humano religioso define suas hierarquias qualitativas reveladoras de suas práticas religiosas, ao passo que o profano é apenas funcional. Na espacialidade das representações simbólicas, o espaço sagrado é apresentado no plano da linguagem na medida em que as percepções religiosas são conformadas a partir da sensibilidade nas formas tempo e espaço. Nesse sentido as coisas religiosas da expressão empírica são configuradas como formas da intuição explicitadas em um processo de desenvolvimento rumo às representações. Trata-se da saída do mundo das sensações e da entrada no mundo da intuição, que através do espaço, tempo e número compõe a síntese lógica da linguagem.

Para o desenvolvimento da identidade religiosa condiciona-se a uma determinada temporalidade e espacialidade perpassando o reconhecimento institucional da religião, porém o conceito de pertença permite um reconhecimento não necessariamente institucional da opção religiosa. A identidade religiosa refere-se a uma imagem institucional necessária; e demonstra a materialidade da religião e a representação pela qual o indivíduo e o grupo se identificam. Todavia, ao destacarmos a identidade religiosa

também estamos diante de uma construção que remete à materialidade histórica, à memória coletiva, à espacialidade da própria revelação religiosa processada em determinada cultura. Porém, para a espacialização no mundo coloca-se o espaço de representação como parte de uma classificação na qual teríamos três categorias distintas:

- a) o espaço mítico: como modalidade do espaço antropológico, é, na abordagem fenomenológica, uma restrição ao vivido. A visão mítica do espaço é a reprodução de algo que em si mesmo não é espacial.
- b) o espaço geométrico: abstrai totalmente a heterogeneidade da própria natureza e nos apresenta um espaço homogêneo abstrato ideal
- c) o espaço de representação: edificado pela religião laica da política. Também é visto como consagração do poder político e, neste sentido, o espaço de representação substituiria o espaço sagrado devido às crises de base das instituições religiosas.

O espaço urbano contemporâneo caracteriza-se por uma maior densidade de espaços de representação de intuições religiosas, expressas na paisagem pelo templo, pelo santuário, e por estruturas de gestão e ação social das religiões. O templo representa o marco do espaço construído e de significação simbólica dado à presença do sagrado. O sagrado representa a separação e o caráter de inviolabilidade. Ante o sagrado, como representação, o homem religioso exercita os ditames da fé e o clero exerce o poder da investidura sacra. A fim de garantir o caráter sacro, fonte do poder simbólico, as religiões normatizam a manipulação e o acesso aos espaços sagrados.

A discussão sobre o espaço está intimamente relacionada com a compreensão de cultura e que por sua vez encontra diferentes acepções. Escolhemos a explicação mais singular para quem o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele

mesmo teceu. Teia essa que, segundo ele, precisa ser analisada, interpretada no sentido de procurar os múltiplos significados que ela comporta. Neste sentido, sua interpretação permite desvendá-la em termos dos componentes desses significados. Pois, a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível.

No processo criativo humano a cultura tanto pode ser perpetuada como recriada, pois a cultura tem o poder de enraizamento do sujeito em modos de vida, em modos do ser que o sujeita às práticas, comportamentos: sua alimentação, vestuário, linguagem. A importância do que cada aspecto da cultura tem para o grupo social e o indivíduo nele inserido acha-se estritamente vinculado ao significado que a cultura tem para eles, eis o seu sentido mais profundo.

Com esta perspectiva o Ensino Religioso assume no currículo a leitura da interferência do fenômeno religioso na sociedade e um dos temas que nos permite compreender esta relação é a do espaço, ou melhor o espaço sagrado, a partir do qual podemos ampliar para a questão das construções (ocupação) do universo simbólico, dos ritos, das festas, do símbolo e outros elementos decorrentes. Portanto, ressaltando o Ensino Religioso que estuda esse fenômeno e as manifestações do sagrado presente em nossa sociedade compreendendo que o espaço sagrado permite um esquema no qual os diversos elementos religiosos podem ser postos em relações múltiplas, a socialização das experiências advindas dos estudantes e suas famílias torna-se uma importante fonte na construção do conhecimento.

Neste sentido, aprofundar os estudos sobre os Espaços Sagrados é importante, pois apresenta significados e simbolismos particulares a cada cultura ou tradição religiosa, mística ou filosófica. São lugares em que as pessoas se encontram consigo mesmo (Imanente), com seu próximo e com o Transcendente.

Elucidam as práticas ritualísticas e são carregados de conhecimentos elementares que permeiam outros conteúdos da área de Ensino Religioso, como espiritualidades, os símbolos religiosos e os textos sagrados. De fato, os lugares sagrados simbolicamente são a materialização de onde o sagrado se manifesta, pois estes espaços construídos são de significação simbólica da presença do sagrado e é a instância da experiência com as tradições religiosas, expressas na paisagem dos templos, santuários, casa de oração, mesquita, sinagoga, ente outros.

Compreendendo a importância do espaço sagrado como fonte primária de conhecimento podemos vê-lo em uma esfera maior do conhecimento, não apenas religioso, mas cultural, no âmbito patrimonial. O conjunto de objetos que uma sociedade herda de seus descendentes para possuí-los efetivamente e fazer o uso que mais lhe convenha, esse legado chama-se patrimônio. Um patrimônio é essencialmente histórico, de modo que seu significado sofre interpretação constante em função de realidades socioculturais específicas do presente. Assim os patrimônios culturais são bens ou manifestações selecionadas por apresentarem qualidades consideradas passíveis de serem preservadas enquanto outros, que não contem tais qualidades são excluídos.

O patrimônio e o turismo sempre caminharam juntos, pois tanto um quanto o outro são característicos das sociedades industriais, ou seja, o turismo moderno surgiu com as viagens dos aristocratas em busca de elementos culturais do passado e o patrimônio de fato surgiu com a preocupação de preservar esses elementos culturais para o futuro. Existe uma prática denominada de turismo cultural que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelas comunidades cujo foco é centrado nos diferentes patrimônios existentes, assim, o turismo cultural não se restringe a visitas a museus ou a sítios históricos, mas sim engloba todas as manifestações culturais de uma localidade: o artesanato, os rituais religiosos, o folclore, os eventos,

entre outros.

Apesar de apresentar o desejo pela cultura como elemento chave motivacional deste tipo de turismo, o turismo cultural pode ser segmentado internamente também, em função dos atrativos. Assim, dentro de suas variadas segmentações está localizado o turismo religioso, motivado pela fé ou pela curiosidade de conhecer outra cultura religiosa, onde o turista promove visitas a igrejas, santuários e outros lugares que possuam algo que faça referência ao sagrado. Esse tipo de turismo tem características que coincidem com as do turismo cultural, pois os eventos religiosos constituem-se em expressões culturais em uma realidade histórico-cultural expressiva e representativa de determinada região e envolvem visitas a locais considerados patrimônios culturais ou participações em eventos sociais de forte apelo cultural, porém, o que define esse tipo de turismo é a motivação da viagem que deixa de ser exclusivamente cultural e passa a ser também religiosa.

Os turistas religiosos geralmente empreendem outras atividades nos locais de destino como compras e lazer, já os turistas peregrinos, embora não deixem de usufruir de equipamentos turísticos como os demais, costumam dedicar-se integralmente à atividade religiosa na viagem. O uso do patrimônio pelo turismo também possibilitou diversificar a leitura dos bens culturais, pois um monumento pode ser para algumas pessoas, além de patrimônio cultural, um local de culto, para outras um monumento de valor estético elevado e para turistas um símbolo representativo do local visitado que permite certo ar de distinção e de respeitabilidade.

A partir do século XVII, com o surgimento do *Grand Tour*, a cultura passa a ser elemento chave na motivação de viagem, tornando essa atividade em precursora do turismo cultural atual e responsável direta pela preservação em massa do patrimônio cultural, principalmente o europeu. O escritor alemão Goethe, em seu livro *Viagem à Itália*, já cita esse tipo de turismo e, inclusive,

fica espantado com a quantidade de estrangeiros hospedados em Roma. Naquela época, não havia instrumentos que marcassem com precisão o trânsito de visitantes nas cidades, o próprio termo 'turismo' não era ainda utilizado, e a melhor maneira de suprir a ausência de estatísticas, é utilizando a literatura de viagens do período para mensurar o grau de relevância da atividade. Um fator importante nessas viagens era o objetivo de conhecer o outro, ou seja, novas identidades para então, ter o total reconhecimento da própria identidade. Esse impacto de diversidade cultural que já acontecia nesse período, é muito utilizado hoje para estudos sociológicos do turismo como elementos motivacionais para as viagens.

Se no século XVII era necessário recorrer a literatura de viagens para obter as informações da época, o século XIX traz uma novidade: a literatura romântica. Este tipo de literatura foi fundamental para propagar o patrimônio histórico de várias localidades. Inúmeras obras foram escritas inspiradas em monumentos e que despertava, no leitor, um grande desejo em conhecê-las. Se esses locais já eram pouco conhecidos e já tinham certo valor econômico, com a propagação da literatura romântica eles passam a ser objetos de veneração. Do mesmo modo que as literaturas de viagem e os romances históricos, as expedições científicas, como a realizada por Napoleão no Egito, despertavam o desejo pelo conhecimento.

Nesse contexto é importante ressaltar a figura de um pedagogo francês chamado Célestin Freinet, nascido em 15 de outubro de 1896 em um vilarejo em Gars, no sul da França que, notando o desinteresse dos seus alunos nas aulas dentro de sala, resolveu mudar seu método de ensino e levá-los a lugares abertos, próximos da natureza, para verificar qual seria a resposta dos alunos à mudança no aprendizado, surgindo, assim, o conceito de aula-passeio. Ao retornar para sala de aula ele percebia uma maior interação sobre o conhecimento que obtiveram por meio do ambiente e, a partir de sua observação, foi possível desenvolver

diversas práticas educativas para que ocorresse uma melhora na aprendizagem dos alunos, sempre envolvendo o espaço como incentivador da aprendizagem.

Como crítico da escola tradicional, era contra o autoritarismo, pois para ele as crianças deveriam fazer descobertas interessantes a partir de suas próprias vivências. Com sua atitude, Freinet desconstrói o método de ensino tradicional centrado na figura do professor como transmissor de conhecimentos e no ensino enciclopédico como único meio de aprendizado. Assim, propõe uma educação mais ativa e participativa, onde o aluno e seu meio ambiente tornam-se protagonistas na ação educativa e o professor torna-se mediador desse aprendizado. Ou seja, para que o aluno se eduque não precisa engolir todas as matérias que lhe são apresentadas mais ou menos atraentes: precisa agir por si mesmo; precisa criar.

Compreendendo que uma aula passeio é uma organização coletiva, uma atividade que proporciona aos alunos a capacidade de realizar uma pesquisa a partir de sua própria reflexão, o professor nesse processo torna-se um estimulador, mas a criação deverá partir da criança. Deve-se ressaltar que a primeira etapa para que a aula passeio aconteça deve ser o planejamento, integrando e articulando outras áreas do conhecimento e a segunda etapa objetiva o envolvimento com as demais disciplinas interligando o conhecimento, o que será mais interessante aos alunos.

A ideia proposta por Freinet é bem interessante para que os envolvidos na área de educação percebam a real finalidade de se explorar o espaço integrado ao conteúdo, tecendo um elo entre indivíduo e ambiente, englobando a necessidade dos seres humanos utilizarem o ambiente como conhecimento, mas ao mesmo tempo respeitando-o. Essas atividades extraclasse contribuem para que os indivíduos tenham o contato direto com o ambiente valorizando não só um trabalho voltado ao coletivo, mas também a uma formação autônoma, sendo que os próprios

envolvidos nesse processo estarão contribuindo para um conhecimento diferenciado.

Atualmente, muito tem se discutido a respeito da qualidade da educação na formação do sujeito, base para sua inserção na sociedade, com o objetivo de criar mudanças na metodologia de ensino, que, principalmente na atualidade, deve formar o sujeito para viver em uma sociedade multicultural, tornando-o capaz não somente de perceber o diferente, mas também de conviver e respeitá-lo.

Para que isso ocorra, uma atividade muito difundida é o do turismo pedagógico ou turismo educacional, prática que atualiza os conceitos propostos por Freinet e suas aulas-passeio para a realização do estudo do meio. Por envolver diversas áreas do conhecimento e ser dinâmica vem sendo considerada como um instrumento importante na aprendizagem, uma vez que pode ser um diferencial na vida escolar dos educandos.

O turismo educacional consiste em envolver o homem com o espaço seja ele, (físico, geográfico, ecológico, etc.) proporcionando uma nova visão sobre os conteúdos abordados em sala. Pela óptica da inovação na área da educação, aos poucos o turismo educacional vem ganhando espaço no âmbito escolar, incentivando novas oportunidades de conhecimento. Os alunos muitas vezes necessitam de novas realidades de exploração, sendo necessária à inovação para que a aprendizagem se torne algo espontâneo, partindo do pressuposto de que o espaço é um incentivador de exploração aos alunos. O turismo proporciona aos discentes novas realidades de aprendizagens, tornando muitas vezes uma construção de conhecimento mais ampla e rica, englobando o espaço como fator diferenciado no processo da aprendizagem.

A partir deste contexto a proposta de complementar as aulas de Ensino Religioso com visitas a lugares sagrados como Cemitérios, Mesquitas, Templo Hari Krishna, Sinagogas, Terreiros, Casas da Benção, Templo Budista, Templo Batista, Capelas e Catedrais evidencia a importância desses espaços na

construção de um cidadão pleno, consciente do meio onde vive e da diversidade religiosa existente, o que facilita o despertar crítico do aluno, bem diferente dos ideais de educação de décadas atrás, centrados apenas entre os muros da escola. A visão tradicional de que o professor deveria ser apenas responsável por transmitir conhecimentos didáticos perdeu a força perante os novos desafios de um mundo globalizado, que exige a formação de um sujeito dinâmico e consciente do que acontece ao seu redor e no mundo.

Em vista disso, é importante inserir a temática do turismo educacional na formação do professor, já que este torna-se o interlocutor do patrimônio cultural para seus alunos e possibilita a construção de uma identidade coletiva que resguarde esse patrimônio por meio de um ensino escolar crítico e interdisciplinar.

Para isso faz-se necessário todo um planejamento da atividade, pois se entende que somente o olhar não traz o conhecimento do real e por isso a necessidade de definir os objetivos da prática de campo. Alguns pontos destacados para a reflexão são: Quais os objetivos dessa atividade? O que é importante destacar? Quais os conteúdos que pretendo abordar neste trabalho de campo? Desta forma diagnosticar a relevância da proposta para os professores que atuam na disciplina de Ensino Religioso, bem como pensar na possibilidade dessa prática de visitação ser realizada antes com os professores para seu melhor preparo e formação.

A prática proposta oportuniza os professores de conhecer o lugar sagrado, aprofundando seu conhecimento referente àquela tradição religiosa e coletar dados para ampliar os conteúdos a serem trabalhados com os estudantes em sala de aula. Para tal faz-se necessário algumas etapas iniciais como: Analisar quais são os Lugares Sagrados que fazem parte da região; definir os locais a serem visitados; como sugestão dar preferência aos lugares sagrados que ainda sofram algum tipo de preconceito e nem sempre são bem vistos pela sociedade; contato antecipado com a

liderança religiosa, para explicar a finalidade do momento e ressaltar que não deve caracterizar e nem constituir um momento em que os professores participem de cultos, rituais ou de qualquer outro tipo de manifestação ou contato com o Sagrado, bem como verificar se existe alguma restrição para a visita ao Lugar Sagrado.

Para a conversa com a liderança religiosa é possível sugerir um roteiro que definia tempo de duração entre a palestra da liderança, abertura para perguntas e espaço para análise do espaço. Alguns pontos que deveriam ser desenvolvidos pelos palestrantes: como está organizada a tradição religiosa em sua: filosofia, fundamentos, estruturas, rituais, simbologias, textos sagrados e concepção de vida e morte.

Após a finalização é sugerida uma avaliação para diagnosticar a relevância da formação contendo os seguintes itens: Título do trabalho, introdução (local de realização, data, objetivo do estudo, breve descrição/histórico, local). Desenvolvimento (comentário sobre a pesquisa realizada, documentos, imagens, etc.) conclusão e consideração pessoal sobre o conhecimento adquirido e referência.

A partir do que discutimos propomos uma estrutura para os ROTEIROS PEDAGÓGICOS às visitas aos lugares sagrados, inicialmente é importante definir o público-alvo definindo o ano escolar dos estudantes que participarão desta atividade, número de alunos (faixa etária), os professores, os guias que orientaram o trabalho. Para tal é importante a organização de um planejamento que indique cada etapa como os estudantes serão motivados a participarem da atividade, como o local será selecionado, quais as disciplinas estarão envolvidas para contribuir na compreensão dos elementos que serão explorados, qual a carga horária de todo este projeto. Será importante especificar a comunicação com os responsáveis pelos alunos, pois implica deslocamento para fora da escola, assim como os objetivos propostos para esta ação, além dos custos envolvidos.

As atividades de aplicação serão ministradas antes e depois,

também será realizada uma reunião com os pais juntamente com os alunos para pautar os objetivos em relação à atividade, e as regras para que o deslocamento proporcione uma boa vivência a todos. Para tal é fundamental definir bem o local para que seja explorado, assim como quantas horas estão envolvidas.

É importante também explicitar as finalidades educativas definindo com clareza o objetivo geral e os objetivos específicos da atividade. Em seguida a temática abordada, que, no caso específico do Ensino Religioso pode ser a questão dos símbolos, dos ritos, da organização religiosa ou outra temática vinculada ao programa. Posteriormente a justificativa: Por ser algo inovador na área da educação, aos poucos o turismo educacional, também chamado de turismo pedagógico, vem ganhando espaço no âmbito escolar, incentivando a todos a terem novas oportunidades de conhecimento.

É possível observar que algumas instituições de ensino buscam cada vez mais um diferencial para que na aprendizagem ocorra um elo entre teoria e prática, assim este novo método torna-se importante instrumento para sanar esse problema tão corriqueiro da escola. Promover um ensino interdisciplinar implica superar as metodologias anteriores de ensino, fragmentadas, em prol de uma educação mais articulada, envolvida com a realidade local e global, ou seja, mais atuante e permanente.

No contexto de ensino, os alunos muitas vezes necessitam de novas realidades de exploração, sendo necessária à inovação para que a aprendizagem se torne algo espontâneo, partindo do pressuposto que o espaço/meio é um incentivador para exploração dos alunos. Esta forma de trabalhar os conteúdos pode torná-los mais divertidos e prazerosos para ambas as partes, mas todo esse processo exige dos pedagogos, uma reestruturação dos métodos aplicados em sala, para alcançar como resultado final o ensino de qualidade. Além disso, estimula o desenvolvimento do relacionamento interpessoal, tendo como principais

características, desenvolver no indivíduo não só os aspectos cognitivos, mas também emocionais, afetivos, sociais e culturais.

As práticas voltadas ao turismo pedagógico necessitam da sistematização do conteúdo antes e depois de explorar o meio, reforçando e observando o avanço da turma envolvida, atendendo as necessidades dos alunos em qualquer etapa deste processo. As atividades que serão desenvolvidas em sala, antes da aplicação, com relação à prévia explanação do conteúdo, além de orientações para o comportamento dos participantes, com relação à visita que será realizada são importantes para que aos discentes lhes sejam possibilitados novos conhecimentos sobre a temática em questão. A partir do conhecimento prévio que constará no planejamento, será utilizada uma linguagem simples e lúdica podendo ser realizada uma discussão prévia no local mesmo, ao final do lanche, quando o assunto ainda está “fresco” na cabeça dos participantes com relação às percepções que tiveram com a atividade. Com essa discussão prévia já se pode notar os impactos que a atividade causou nos participantes. Depois, em sala, serão desenvolvidas outras novas atividades, por exemplo, cartazes recreativos com relação à visita, contação de histórias com fantoches, criação de maquetes, entre outras atividades lúdicas que estimulem a criatividade e possibilitem a fixação dos conteúdos anteriormente trabalhados.

É importante ressaltar que jamais deve-se estimular a criança a levar um caderno para fazer anotações para um futuro relatório, porque ela fica preocupada em escrever as informações e a atividade perde toda a finalidade de percepção sensorial que deveria ter. Ao final é importante explicitar os resultados esperados com a execução da atividade tanto em ganhos cognitivos quanto afetivos, para a vivência na comunidade.

Conclui-se que é de suma importância que a diversidade cultural seja inserida dentro do âmbito escolar, para refletir em uma escola mais democrática e inclusiva. A escola nesse sentido poderá contribuir, para que ocorra um trabalho voltado às

diferenças existentes em uma determinada sociedade. Os pedagogos através de seus saberes podem contribuir para formar indivíduos capazes de refletirem sobre essa diversidade e de repensar a palavra respeito entre os diferentes grupos sociais.

Nesse sentido, a interculturalidade, ou seja, as diferentes culturas existentes dentro de uma sociedade, é uma importante fonte do conhecimento para nossos alunos. O Brasil que conta com uma multiplicidade de culturas, com diferentes costumes, hábitos, religiões, propicia vários caminhos para se utilizar do turismo pedagógico nas diferentes áreas do conhecimento e, por isso, é importante desenvolver estratégias para sua prática, pois torna-se o fio condutor desta união.

Assim, percebe-se a necessidade cada vez maior de estabelecer canais de comunicação e reflexões que motivem as escolas a inserirem esta atividade nos seus projetos pedagógicos, pois o turismo educacional pode auxiliar na proposta de ensino mais democrático e plural, favorecendo encontros que estimulem a reflexão dos alunos e promovam o conhecimento do meio sociocultural onde vivem, algo significativo em termos pedagógicos, objetivando assim uma experiência que irá aproximar o aprendizado teórico, da vida.

Somente uma instituição que transmita, por meio da teoria e da prática, toda a diversidade cultural e as mais diversas concepções de mundo, pode ser considerada uma instituição autônoma, uma vez que autonomia não significa isolamento, mas sim abertura, possibilidade do estabelecimento de um diálogo intercultural, interdisciplinar, sendo o turismo educacional, um importante instrumento para o acesso às informações *in loco*, utilizando-se dos mais variados patrimônios locais disponíveis na sociedade.

Referenciais

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora

-
- Guanabara Koogan, 1989.
- FILHO, S. F. G. *Espaço Sagrado: estudos em geografia da religião*. 2ª Ed. Curitiba: Ibpex, 2012
- LARAIA, R. *Cultura: um conceito antropológico*, 21ª edição. Zahar: Rio de Janeiro, 2007.
- NIZER, C.; SANTOS, E. Ensino Religioso: perspectivas para o trabalho como área de conhecimento. In: *XI Educere*. Curitiba: PUCPR, 2013.
- JALUSKA, T. Turismo Educacional/Pedagógico: orientações para a atividade. In. *Caderno de Estudos e Pesquisas do Turismo*, v. 6, n. 9, 2017, 217-234.
- JALUSKA, T. JUNQUEIRA, S. Paisagem urbana educa para a diversidade. In: *Caminhos*, v. 15, n. 2, 2017, 279-298.
- SCREMIN, J.; JUNQUEIRA, S. Aprendizado diferenciado: turismo pedagógico no âmbito escolar. In. *Caderno de Estudos e Pesquisas do Turismo*, v. 1, n. 1, 2012, 26-42.

Sagrado na Sala de Aula

Edile Maria Fracaro Rodrigues

A compreensão do ser humano que busca respostas para a sua existência em diferentes formas de crer ou a opção de não crença levanta possibilidades para investigar a maneira de pensar e o modo de agir que podem orientar, e até mesmo condicionar e determinar, a concepção de mundo, compreensão da vida e noção de transcendência do ser humano. Por isso, para compreender uma sociedade é necessário entender as influências de inúmeras organizações, inclusive as religiosas, para uma completa caracterização social.

A compreensão do Ensino Religioso a partir do conhecimento religioso, conforme estabelecido pela BNCC (2017), precisa ocorrer a partir da organização da educação e da relação da religião na sociedade. Sendo assim, a valorização da diversidade cultural presente na sociedade brasileira, além dos novos desafios e olhares para a complexidade desse componente curricular, requer práticas que valorizem a expressão dessa diversidade em sala de aula. A reflexão sobre a diversidade cultural e religiosa e os diferentes sentidos derivantes dessa diversidade é necessária para compreender a sociedade partir de uma leitura da dinâmica sociorreligiosa. Como ver o diferente e aprender, com este, a conviver em harmonia? Como abordar a questão da diversidade cultural e religiosa em sala de aula?

A dimensão do Sagrado, compreendida a partir do processo histórico da humanidade, permite a reflexão e a proposição do Ensino Religioso (ER) não como Ensino de uma Religião ou das Religiões na Escola, mas sim uma disciplina centrada na antropologia religiosa, cujo limiar entre o que é cultural e o que é

fenômeno religioso é tênue. O presente capítulo busca refletir sobre a “leitura religiosa” do cotidiano, sobre as imagens, expressões, os espaços e os gestos que remetem à dimensão do Sagrado e, assim, à dimensão do outro e apresenta uma atividade desenvolvida na disciplina de Cultura Religiosa da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Dinamismo da diversidade cultural e religiosa

Toda cultura é singular, geograficamente ou socialmente localizada, objeto de expressão discursiva em uma língua dada, fator de identificação dos grupos e dos indivíduos e de diferenciação diante dos outros.

Mas também toda cultura é uma totalidade complexa, feita de normas, de hábitos, de repertórios de ação e de representação, adquirida pelo ser humano enquanto partícipe de uma sociedade. Para a compreensão de uma sociedade, segundo Benedict (2013, p. 42), é preciso entender as “principais motivações emocionais e intelectuais dessa sociedade”. Para a autora, “as culturas são mais do que a soma dos traços que as compõem”, pois apesar de saber tudo sobre um determinado processo, pode-se não compreender nada do contexto no qual esse processo está inserido.

Assim, ao longo do tempo, cada civilização buscou estabelecer sua identidade por meio de um conjunto de valores e de comportamentos que as diferenciasse dos demais, tanto no patrimônio material, expressando-se nas vestimentas, nas obras de arte, na arquitetura, quanto no patrimônio imaterial, por meio da culinária, da religião, das lendas e mitos, do artesanato e da conduta individual do indivíduo em sociedade. Essa materialização forma o patrimônio de uma comunidade e, efetivamente, é o conjunto de bens que uma pessoa ou uma entidade possui. Ou seja, tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo ser humano, com suas características únicas e particulares, pode ser considerado patrimônio de uma

comunidade.

Para Pierre Lévy (1990, p. 20)

É impossível separar o humano de seu ambiente material, assim como dos signos e das imagens por meio dos quais ele atribui sentido à vida e ao mundo. Da mesma forma, não podemos separar o mundo material – e menos ainda sua parte artificial – das ideias por meio das quais os objetos técnicos são concebidos e utilizados, nem dos humanos que os inventam, produzem e utilizam. [...] mesmo supondo que realmente existam três entidades – técnica, cultura e sociedade –, em vez de enfatizar o impacto das tecnologias, poderíamos igualmente pensar que as tecnologias são produtos de uma sociedade e de uma cultura. Mas a distinção traçada entre cultura (a dinâmica das representações), sociedade (as pessoas, seus laços, suas trocas, suas relações de força) e técnica (artefatos eficazes) só pode ser conceitual.

O dinamismo da cultura leva à consideração de que o comportamento coletivo é também o comportamento de indivíduos. Para Benedict (2013, p. 171), “na realidade, a sociedade e o indivíduo não são antagonistas. A cultura fornece a matéria-prima com a qual o indivíduo faz a sua vida”.

A ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos.

O Patrimônio Cultural como um todo, abrange uma infinidade de bens: objetos, artefatos, inscrições, culinária, danças, obras de arte, documentos, monumentos, edificações, teatros, museus, entre muitos outros e que cada um deles receberá um acréscimo de outros valores como histórico, artístico, etnográfico, arqueológico, paisagístico, etc., de acordo com as suas características individuais. Sua função primordial era de reforçar a noção de cidadania e instruir a nação. Assim, os monumentos seriam a materialização da identidade nacional francesa, sendo assim, todos os cidadãos que residiam naquele território.

As imagens materializadas em objetos, construções e

representações são o resultado da cultura inserida no contexto de uma determinada sociedade é um elemento de identidade que fornece para o indivíduo uma visão de mundo, seus valores morais e o estilo de vida que irá diferenciá-lo dos demais em um mundo pela diversidade.

As culturas são produzidas pelos grupos sociais ao longo das suas histórias, na construção de suas formas de subsistência, na organização da vida social e política, nas suas relações com o meio e com outros grupos e na produção de conhecimentos, entre outros fatores. A diferença entre culturas é fruto da singularidade desses processos em cada grupo social.

A partir da busca da compreensão de si mesmo e do mundo, em relação aos fatos desconhecidos, o ser humano, nos mais diversos cantos do planeta, estruturou a religião e assim indicou significados ao seu caminhar (RODRIGUES et al, 2015). Considerar o aspecto instintivo do ser humano para com a religião é considerar as manifestações observadas através dos tempos, em todas as diversas culturas. E como uma das atividades que possibilita ao ser humano conhecer-se, construir e significar suas experiências, a religiosidade, enquanto experiência, é objeto de investigação científica, pois a experiência humana pode ser investigada (BENKÖ, 1981, p. 14).

A visão de mundo do ser humano no início de sua história era uma visão orgânica, que compreendia quase que exclusivamente a interdependência entre os fenômenos materiais e transcendentais. A descoberta da transcendência garante a continuidade da vida e o medo da morte é solucionado pelos ritos, pela magia, pelos mitos (TRENTI, 1999, p. 34-35). Nesse contexto, o conhecimento, então, poderia ser entendido como entrelaçamento de razão e fé, e o transcendente era o centro da organização social. Posteriormente, a leitura do mundo passou a ser antropocêntrica, colocando o ser humano numa nova perspectiva.

Ao contemplar a linha do tempo da história da humanidade, compreende-se e identificam-se os diferentes fatos religiosos que

se manifestam no desenvolvimento do ser humano. O desenho (símbolo), por exemplo, tinha um caráter de magia (proteção e sorte), que se caracterizava pelos gestos que demonstravam a tentativa de dominar o inexplicável e buscar uma intervenção milagrosa. Dessa forma, a pintura de figuras de animais nas cavernas não era apenas expressão artística.

Como fenômeno universal, a diversidade religiosa traz a combinação de práticas religiosas provenientes das diferentes religiões, buscando formas não institucionais de vivenciar as questões profundas do ser. A religiosidade é vivida em contextos sociais e individuais e cada religião busca oferecer uma orientação global que dê sentido a tudo que cerca o ser humano.

Favorecer, pois, diferentes leituras, especialmente em uma cultura com base em presenças, realidades e conceitos, é considerar todo signo visual ou sonoro para perceber o potencial informativo enquanto faz referência a um objeto. Acrescentar à comunicação oral e escrita à imensa riqueza de uma comunicação por meio de imagens e sons é significativo para a presente geração.

Sala de aula: o encontro dos diversos mediado pelo conhecimento

Na primeira década de terceiro milênio, Edgar Morin em “Os sete saberes necessários à educação do futuro” sistematiza um conjunto de reflexões que servem como ponto de partida para repensar a educação do século XXI. As reflexões de Morin trazem inquietações para a educação e a formação docente, pois ao se falar da educação do futuro, faz-se necessário refletir sobre competências e habilidades necessárias para tal momento, bem como os desafios que as oportunidades e dilemas que tais mudanças trazem no seu bojo.

Na educação do futuro, para Morin (2000), deve ser levada em conta a complexidade humana. A complexidade humana não poderia ser compreendida dissociada dos elementos que a constituem: todo desenvolvimento verdadeiramente humano

significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana (2000, p. 55).

Para o autor, o humano é compreendido a partir da unidade na diversidade e da diversidade na unidade, pois há uma unidade no múltiplo e uma multiplicidade no que é uno. Nas palavras de Morin, precisamos ir além da compreensão intelectual desse humano, pois “compreender inclui, necessariamente, um processo de empatia, de identificação e de projeção. Sempre intersubjetiva, a compreensão pede abertura, simpatia e generosidade” (MORIN, 2000, p.94-95).

E qual seria, então, a pauta de uma educação para o futuro? Sacristán (2015, 12) afirma que inevitavelmente, educamos para o futuro, mas não para “um” futuro determinado, que vá muito além do tempo de nossas vidas e das de nossos filhos. Refletirmos sobre como deveria ser o porvir é uma forma de projetar nossa visão de mundo desejável. As ações que podemos empreender para consegui-lo não podem alcançar o tempo distante que virá, mas somente o tempo de nossas vivências. O tempo futuro diante de nós corresponderá àqueles que tenham de vivê-lo como presente, e esses o abordarão com a bagagem que lhes tenham dado.

A educação escolar pode ser entendida como ciência prática que tem o processo de ensino-aprendizagem como objeto de investigação. E nesse processo a interação consigo e com o outro é mediada pelo conhecimento. Na concepção de educação de Tardif (2002, p. 151) está a ação que o ser humano exerce voluntária e conscientemente sobre si mesmo ou sobre outro ser humano a fim de se formar ou de formá-lo em função de certas representações de sua própria ação e da natureza, dos modos e das consequências dessa ação.

Pensando numa formação integral, proposta pela BNCC (2017, p. 59), vê-se que o compromisso da escola é:

propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e

princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade.

A educação integral do ser envolve o desenvolvimento harmonioso de todos os canais de relação do ser humano com o mundo, pois não tem como objetivo apenas capacitar o indivíduo para entender o funcionamento do mundo, mas também resolver problemas de ordem prática presentes no cotidiano do existir humano.

Em meio a conteúdos formais, o espaço escolar pode ser um espaço de superação de preconceito e de um processo de ensino e aprendizagem homogeneizado. A diversidade humana está posta desde os primórdios da humanidade, mas somente a partir do final do século XX é que a sociedade se dá conta desta especificidade. Como espaço de desenvolvimento de um sistema de ensino interconectado com os problemas da sociedade atual, desenvolve, ou deveria desenvolver a valorização de diferentes grupos sociais, políticos, econômicos, étnicos, religiosos etc., possibilitando a reflexão de questões que contemplem as diferenças, ou seja, a diversidade na e da sociedade que compõe o espaço escolar.

Como local da aprendizagem, o espaço escolar pode trabalhar as regras do espaço público democrático, buscando a superação de todo e qualquer tipo de discriminação e exclusão social, valorizando cada indivíduo e todos os grupos que compõem a sociedade brasileira, garantindo o exercício da cidadania e o direito da expressão religiosa e o diálogo intercultural e inter-religioso.

A religiosidade é uma das atividades em que o ser humano pode se conhecer, construir e interpretar suas experiências. No centro dessa discussão está o ER, e com isso a religião no espaço escolar como um tipo de conhecimento humano, “que responde as questões existenciais do ser humano e reflete sobre a sua dimensão

religiosa. É o mesmo ser humano que pensa, sente e vive a experiência religiosa” (JUNQUEIRA et al, 2017, p. 21).

A abordagem pedagógica do conhecimento religioso exige o entendimento e a reflexão do espaço escolar. Na BNCC (2017) são estabelecidas as competências e habilidades do Ensino Religioso, bem como o seu objeto de estudo, que é o conhecimento religioso. Todos os períodos históricos brasileiros mantiveram a regulamentação do ER, segundo a visão da época, o que contribuiu para que esse componente curricular passasse por diferentes formas de viabilização e de expressão.

Assim, a compreensão do Ensino Religioso a partir do objeto de estudo proposto pela BNCC, o conhecimento religioso, precisa ocorrer a partir da organização da educação escolar e da relação da religião na sociedade e da valorização da diversidade cultural e religiosa presente na sociedade brasileira.

O estabelecido pela BNCC (2017, p. 434) sobre o conhecimento religioso é que

O conhecimento religioso, objeto da área de Ensino Religioso, é produzido no âmbito das diferentes áreas do conhecimento científico das Ciências Humanas e Sociais, notadamente da (s) Ciência (s) da (s) Religião (ões). Essas Ciências investigam a manifestação dos fenômenos religiosos em diferentes culturas e sociedades enquanto um dos bens simbólicos resultantes da busca humana por respostas aos enigmas do mundo, da vida e da morte. De modo singular, complexo e diverso, esses fenômenos alicerçaram distintos sentidos e significados de vida e diversas ideias de divindade (s), em torno dos quais se organizaram cosmovisões, linguagens, saberes, crenças, mitologias, narrativas, textos, símbolos, ritos, doutrinas, tradições, movimentos, práticas e princípios éticos e morais. Os fenômenos religiosos em suas múltiplas manifestações são parte integrante do substrato cultural da humanidade. Cabe ao Ensino Religioso tratar os conhecimentos religiosos a partir de pressupostos éticos e científicos, sem privilégio de nenhuma crença ou convicção. Isso implica abordar esses conhecimentos com base nas diversas culturas e tradições religiosas, sem desconsiderar a existência de filosofias seculares de vida.

Vê-se no texto da BNCC a expressão “conhecimentos religiosos”, o que supõe o convívio interdisciplinar, não só das diferentes áreas do conhecimento, mas os conhecimentos dentro da própria área do Ensino Religioso e reforça-se que “os fenômenos religiosos em suas múltiplas manifestações são parte integrante do substrato cultural da humanidade”.

Passos afirma (2011, p. 69) que ao reconhecer a existência do conhecimento religioso, parte-se de sua legitimidade antropológica e política, além de um discurso de natureza epistemológica que pressupõe:

- a) Uma abordagem singular da experiência religiosa, como dado que mostra uma constante, para além das diversidades de experiências de cada tradição religiosa em específico;
- b) Um discurso que afirma a autenticidade da religião, como fenômeno que oferece uma visão e um posicionamento para os sujeitos religiosos;
- c) A afirmação de uma função legítima para a religião no conjunto maior da vida individual e social;
- d) A descrição de vivências religiosas a partir dos processos que as constituem como interiorização e exteriorização de determinados conteúdos;
- e) A possibilidade de sistematização das representações e práticas religiosas, do ponto de vista conceitual;
- f) A afirmação de um modo simbólico de ver e comunicar a realidade, distinto de outras formas de ver e descrever a realidade verificáveis empiricamente.

Para o autor, não há distância ou oposição entre o conhecimento religioso e conhecimento racional e afirma que o conhecimento religioso é “composto como negociação complexa entre indivíduos e disposto em uma temporalidade capaz de

amadurecer e produzir consensos” (PASSOS, 2011, p. 79), compondo uma visão de realidade.

O olhar do conhecimento religioso pode contribuir para a superação de uma realidade segmentada, “pois faz parte da vida humana e mostra-se como um dado desde que que nossa consciência emergiu como distintivo da espécie homo na longa escalada da hominização (PASSOS, 2011, p. 70).

O Brasil, rico em sua diversidade de origem, construída por várias etnias, culturas e religiões, permite a convivência de uma diversidade de manifestações. “Enquanto patrimônio da humanidade, o conhecimento religioso pode proporcionar ao estudante do ER oportunidades de aprendizagem que compreendam os movimentos específicos das diversas culturas [...]” (RODRIGUES et al, 2015, p 97).

Entende-se aqui que os autores não se referem ao conhecimento religioso dogmático e infalível, mas a partir da compreensão dos objetivos para o ER estabelecidos pela BNCC (2017, p. 434), que torna aplicável tal conhecimento em sala de aula:

- a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos;
- b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos;
- c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal;
- d) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania.

E com a compreensão dos modos de organização das várias sociedades, depreende-se a constituição de conhecimentos

religiosos e sua contextualização espacial e temporal. No espaço escolar, a formação do indivíduo, enquanto cidadão, ultrapassa as expectativas do professor/a, de forma que o/a estudante assuma suas atitudes cotidianas, que vão além dos direitos e deveres, em prol dos interesses sociais.

O Ensino Religioso também possibilita a ampliação dos recursos didáticos com base em abordagens artísticas das expressões religiosas como música, dança, pintura, escultura, teatro, literatura, cinema, fotografia e arte digital. Também é possível refletir “sobre os princípios religiosos e as questões sobre as quais se debruçam os direitos humanos, como as relações étnicas, de gênero, das mulheres, das crianças, dos idosos e da vida no campo, dentre outras (KLUCK, 2017, p.142).

Existem ainda outros desafios a serem superados. Para criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos estudantes é preciso que o/a docente compreenda com razoável profundidade, e com a necessária adequação à situação escolar, os conteúdos das áreas do conhecimento que serão objeto de sua atuação didática, os contextos em que se inscrevem e as temáticas transversais ao currículo.

Para Costella (2004, p. 97), é preciso distinguir o objeto de estudo em cada espaço em que é compreendido. Dessa forma, o que é objeto de fé para as igrejas, é objeto de estudo para o espaço escolar. “Isto supõe a distinção entre fé/crença e religião, entre o ato subjetivo de crer e o fato objetivo que o expressa. Essa condição implica na superação da identificação entre religião e igreja, salientando sua função social e o seu potencial de humanização das culturas”. E no espaço escolar, ao mediar o processo de construção e significação dos saberes, o/a professor/a deve balizar sua prática pelo diálogo e pelo debate.

E as 6 competências específicas de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental estabelecidas pela BNCC são as seguintes:

-
1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
 2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.
 3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.
 4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.
 5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.
 6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

Na relação entre competências e conhecimentos, há que se considerar que a constituição da maioria das competências objetivadas na educação básica atravessa as tradicionais fronteiras disciplinares e exige um trabalho integrado entre professores das diferentes disciplinas ou áreas afins. Decorre daí a necessidade de repensar a perspectiva metodológica, propiciando situações de aprendizagem focadas em situações-problema ou no desenvolvimento de projetos que possibilitem a interação dos diferentes conhecimentos, que podem estar organizados em áreas ou disciplinas, conforme o desenho curricular da escola. Situações escolares de ensino e aprendizagem são situações comunicativas, nas quais estudantes e professores coparticipam, concorrendo com influência igualmente decisiva para o êxito do processo.

Pode-se afirmar, com grande margem de certeza, que o/a estudante aprende melhor quando toma parte de forma direta na construção do conhecimento que adquire e as propostas de ensino estão integradas levando em consideração as experiências vividas,

relacionadas à realidade de forma que não se apresentem como matérias de um currículo estanque. Pressupõe-se, assim, que o conhecimento religioso articulado às experiências vividas pelos estudantes pode se constituir em um conhecimento pertinente para compreensão do processo histórico da humanidade.

Em relação ao desenvolvimento das 6 competências do Ensino Religioso, vê-se claramente a importância do diálogo com outros conhecimentos (científicos, filosóficos, estéticos e ético) o/a professor/a pode valer-se das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural dos/as estudantes.

Necessita-se, assim, valorizar todo o conhecimento que os diferentes grupos trazem para a sala de aula, enriquecendo muito mais o ensino e a aprendizagem, para o desenvolvimento de cidadãos com postura crítica diante dos problemas sociais e engajamento na resolução dos mesmos.

Sagrado como construção de sentido

O Sagrado é fonte de leitura. As imagens, os símbolos, os gestos e os espaços são os elementos que constituem essa leitura. O Clique do Sagrado¹ é uma atividade desenvolvida no ambiente universitário que favorece essa leitura, fomentando o diálogo inter-religioso e a tolerância a toda e qualquer religião, contribuindo assim para formar cidadãos abertos para a diversidade cultural e religiosa.

O ambiente universitário é um ambiente rico em diversidade

¹ Resultados do Clique do sagrado já foram publicados nos anais do VIII Seminário Nacional- Religião e Sociedade: O Espaço do Sagrado no Século XXI, NUPPER (Núcleo Paranaense de Pesquisa em Religião), de novembro de 2015; comunicação no Fórum de boas práticas do PUCPR em 2015 e artigo na Revista Paralellus (JUNQUEIRA E RODRIGUES, Diversidade do Sagrado: em cliques. Paralellus, Recife, v. 8, n. 18, mai./ago. 2017, p. 341-358. Disponível em <http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/1015>. Acesso em março de 2015).

e pode proporcionar aos estudantes um espaço de interação e convivência entre pessoas de diferentes origens, costumes e crenças religiosas fazendo com que cada um possa ampliar suas visões de mundo, compartilhando democraticamente o mesmo espaço.

Tendo como baliza que no processo educacional, habitualmente, o que se faz é uma análise do produto, da resposta, Rodrigues et al (2015, p. 115) apontam que o conhecimento não é somente resultado, não é somente produto, não é somente resposta, mas considerar o processo da construção do conhecimento também é importante.

Para os autores, há uma articulação intrínseca entre as áreas de conhecimento, “pois se referem às noções e conceitos essenciais sobre fenômenos, processos, sistemas e operações, que contribuem para a constituição de saberes, conhecimentos, valores e práticas sociais indispensáveis ao exercício de uma vida de cidadania plena”. (RODRIGUES, et al, 2015, p. 115). A leitura e interpretação da realidade a partir dessa interpretação possibilitam a participação do cidadão na sociedade de forma autônoma.

A prática em questão, Clique do Sagrado, tem por objetivo sensibilizar o estudante da disciplina de Cultura Religiosa da PUCPR em relação ao Sagrado, a sua espacialidade, sua dimensão cultural, bem como desenvolver uma relação de respeito com o outro e o seu Sagrado, pois os estudantes têm oportunidade de refletir a respeito de temas ligados às humanidades e a religiosidade é um desses temas.

Para Santos Neto (2004, p. 145), um dos grandes desafios do professor de Cultura Religiosa é a sensibilização da comunidade acadêmica para a relevância da disciplina no *currículo* regular de cada curso, tarefa que deve acompanhar o professor desde o primeiro até o último dia de aula. A importância da disciplina será afirmada e confirmada através de sua inserção no contexto e dinâmica pedagógica de cada curso, à medida que se fizer presente nas atividades interdisciplinares.

Klering (2011, p. 130), ao falar da disciplina de Cultura Religiosa num contexto de educação integral,

Ela tem uma possibilidade transdisciplinar latente ainda pouco explorada, mas que a vocaciona para ser sempre mais um espaço integralizador da educação. A disciplina de Cultura Religiosa é a oportunidade formal pela qual o ideário institucional, fundamentado nessa missão, chega a todos os alunos. Nas Instituições de Ensino Superior não confessionais, normalmente, não existe uma disciplina correspondente, deixando uma sequela na formação dos seus alunos.

O autor ainda aponta a importância desta disciplina, “por sua origem interdisciplinar, por se desenvolver no âmbito da cultura e da religião e se concretizar no espaço acadêmico da educação”.

A atividade “Clique do Sagrado” aqui apresentada vem sendo desenvolvida desde 2015 e mais 4000 estudantes já participaram dessa proposta. Algumas imagens estão disponíveis no blog “Clique do Sagrado”². A atividade consiste em fotografar, utilizando celular ou câmera fotográfica, uma cena do cotidiano ou espaço que remeta a uma dimensão religiosa/espiritual, com a intencionalidade de estabelecer uma sensibilidade de estudantes em diferentes cursos de graduação da instituição do ensino superior, na disciplina de Cultura Religiosa, sobre a diversidade cultural e religiosa. Além da imagem era necessário inserir um comentário sobre o que a cena representava, qual a motivação para a foto e algo relacionado a um dos textos de apoio e outros trabalhados em sala de aula.

O convívio com o diferente como fonte de aprendizagem, pelo viés da interculturalidade, é a premissa dessa atividade, pois entende-se que é pela ação do ser humano que vislumbra o espaço da religião, as representações, as expressões e percepções do discurso religioso e do pensamento religioso que o diálogo se

² Disponível em <http://umcliquedodosagrado.blogspot.com/search?updated-max=2016-04-03T16:32:00-07:00>. Acesso em maio de 2019.

estabelece.

Para Costella (2004, p. 97), é preciso distinguir o objeto de estudo em cada espaço em que é compreendido. Dessa forma, o que é objeto de fé para as igrejas, é objeto de estudo para o espaço escolar. “Isto supõe a distinção entre fé/crença e religião, entre o ato subjetivo de crer e o fato objetivo que o expressa. Essa condição implica na superação da identificação entre religião e igreja, salientando sua função social e o seu potencial de humanização das culturas”. E no espaço escolar, ao mediar o processo de construção e significação dos saberes, o/a professor/a deve balizar sua prática pelo diálogo e pelo debate.

A reflexão sobre a diversidade cultural e religiosa para reler a dinâmica sociorreligiosa é essencial para a compreensão da sociedade. Para Aragão (2017, p. 19), o Ensino Religioso “está assumindo essa responsabilidade de oportunizar o acesso aos saberes e conhecimentos produzidos pelas diferentes tradições espirituais e cosmovisões religiosas enquanto patrimônios da história humana”.

A proposta do “Clique do Sagrado” procura colaborar para a sistematização do conhecimento apresentando em sala de aula e, simultaneamente, a sensibilização para uma leitura social das manifestações religiosas integrando o cotidiano e as tecnologias educacionais que permanecem na ação docente.

Para Rodrigues (2017, p. 207), o cotidiano “está permeado de situações que envolvem desafios cognitivos, sociais e emocionais. Frente a esses desafios, são mobilizados saberes que decorrem da aprendizagem, um processo significativo e complexo que envolve o indivíduo na sua totalidade”. E ainda aponta que

A experiência religiosa está, inicialmente, relacionada às experiências religiosas da família, mas a qualidade das relações comunitárias, seja na família ou em outros grupos sociais, proporciona o equilíbrio entre os interesses individuais e os coletivos. Assim, a vivência comunitária, muito mais do que promove normas e leis, estimula o sentimento de pertença. E a fé

pode trazer esse sentimento de pertença (RODRIGUES, 2017, p. 208).

A reflexão sobre a presença de uma combinação harmoniosa de práticas religiosas provenientes das diferentes religiões, das filosofias de vida ou sistemas de valores, que estão ancoradas em princípios cujas fontes não advêm do universo religioso, é uma maneira de firmar a identidade religiosa do estudante e as marcas de sua cultura. A renúncia dessas marcas pode levar a uma desvalorização das novas culturas que lhe forem apresentadas. “Se as marcas culturais são bem tratadas, mas não as absolutizas, então se é marcado pela nova cultura” (FREIRE e FAUNDEZ, 1985, p. 17).

Para Sérgio, (2014, p. 201), “discutir as imagens que nos cercam é algo fundamental para a Cultura Visual”. Sérgio aponta também que a cultura visual está ligada “à visualidade, ou seja, à dimensão cultural do olhar, dimensão histórica e contextual” (2014, p.198). Assim, vivências e pontos de vista podem afetar a construção de um objeto de pesquisa, por isso a permanente crítica é necessária para que a visão e a interpretação dos dados e fatos não sejam únicas, nem tampouco uma sentença final.

As imagens materializadas em objetos, construções e representações são o resultado da cultura inserida no contexto de uma determinada sociedade é um elemento de identidade que fornece para o indivíduo uma visão de mundo, seus valores morais e o estilo de vida que irá diferenciá-lo dos demais em um mundo pela diversidade.

Bonafé (2015, p. III) aponta que a escola do futuro deverá se reencontrar com uma leitura crítica da cidade; não a cidade como excursão escolar, ou seja, como saída pontual, estudo ou exploração, para voltar às quatro paredes da sala de aula, onde o currículo ficou encerrado e imóvel. [...] é a reivindicação de um novo modelo escolar que há de contemplar, necessariamente, a experiência da cidade como prática de significação e subjetivação, selecionando e ordenando formas de conhecer cruzadas por

relações de poder.

Ainda para o autor, a “cidade produz saberes nos quais se mostram as tensões e os conflitos por darem significado às experiências da vida. Pelas ruas da cidade “circulam modos de comportamento, valores cívicos e morais, estilos e modos de vida, práticas culturais elaboradas, em relação aos quase construímos significados sobre o sentido de ser cidadão” (BONAFÉ, 2015, p. III).

Gil Filho (2008, p. 145) aponta que a “espacialidade das expressões religiosas é a dimensão onde o espaço sagrado se apresenta na sua dinâmica imediata, é o contexto das práticas religiosas no cotidiano”. O autor argumenta “que a religião se apresenta como uma estrutura estruturante e por esta premissa relaciona-se dialeticamente com as estruturas estruturadas de determinada realidade cultural e religiosa” (GIL FILHO, 2008, p. 144).

A leitura dos espaços é a leitura da cidade, do ambiente onde o estudante está inserido. E a leitura do espaço sagrado não pode se limitar apenas a aspectos da religiosidade, mas também da cidadania.

Nesse contexto, então, é proposto o exercício de não ler o religioso, mas educar para o “saber olhar” o ser humano em sua diversidade de manifestações. A partir desse processo, pretende-se que o estudante aprenda a observar para saber a identificação do objeto/função/significado visando o desenvolvimento da percepção visual e simbólica.

Ao solicitar aos estudantes olhar de novo para o seu cotidiano e procurar compreender símbolos, construções que remetam a significados do Sagrado é uma estratégia para compreender e respeitar a diversidade cultural e religiosa.

Ter como base a comunicação, as reflexões, as ações, as observações, as impressões, as irritações, os sentimentos e também a fé pode levar a elementos que estruturam uma ação pedagógica voltada para o diálogo e a interculturalidade. A reflexão

pedagógica sobre um ser humano dotado de razão, afetividade, inteligência e religiosidade possibilita a criação de um espaço educativo aberto para o diverso, pois cada ser humano é único na sua diversidade.

Sagrado do outro

A LDBEN 9394/96, em seu Art. 32, valoriza o plenos domínio da leitura, da escrita e do cálculo, assim como a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade e do desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, de aquisição de conhecimentos e de habilidades, além da formação de atitudes e valores. Não menos importante, a LDB também valoriza o fortalecimento dos vínculos familiares, dos laços de solidariedade e de respeito à diversidade cultural e religiosa em que se assenta a vida social (BRASIL, 2006).

O que se requer para que realmente a educação em nosso país avance é uma prática reflexiva que pode ser desenvolvida a partir da conscientização de que é necessário um olhar crítico para si e para os todos os envolvidos na construção do conhecimento, em todos os níveis de formação propostos pela LDB 9394/96.

O conceito de cultura passa pela percepção do outro, pois é um sistema de significados já estabelecidos por outros, de tal modo que aprendemos desde cedo como nos comportar nas mais diversas situações, o padrão de beleza e também dos de direitos e deveres para com a sociedade.

É sob o fundamento da ética da Alteridade que a aprendizagem na presença do outro precisa ser compreendida. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e Associação Palas Athena produziram o livro “Balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo” (2010). E no prefácio de Vincent Defourny, representante da

UNESCO no Brasil, lê-se: “A tolerância e o diálogo cultural e inter-religioso constituem, assim, facetas marcantes deste ‘novo humanismo’ calcado de maneira evidente na ideia de cultura de paz”.

Ao fazer uma retrospectiva das ações da UNESCO, Noletto aponta: que uma educação voltada para a cultura de paz “inclui a promoção da compreensão, da tolerância, da solidariedade e do respeito às identidades nacionais, raciais, religiosas, por gênero e geração, entre outras, enfatizando a importância da diversidade cultural” (UNESCO, 2010, p. 13). Noletto ainda afirma que é possível pensar numa educação que efetivamente contribua para a construção de uma cultura de paz.

O encontro com o outro pode trazer conflitos, mas conflito não é confronto. No livro da UNESCO, há a compilação do primeiro capítulo do livro “Pedagogia da convivência” (2008). Para Jares, autor do referido livro, conflito e convivência são duas realidades sociais inerentes a toda forma de vida em sociedade. Para o autor, a convivência é marcada por polos estabelecidos a partir de códigos valorativos, que são subjetivos, no marco de um determinado contexto social. Entretanto, apesar de a convivência ser potencialmente cruzada por relações de conflito, isso de modo algum significa ameaça à convivência. Jares aponta seis marcos que incidem na convivência, ou ao menos aqueles que ele considera mais importantes:

- A família. Espaço inicial de socialização e no qual aprendemos os primeiros hábitos de convivência.
- O sistema educacional. Como artífice cultural, a escola gera ritos que marcam a convivência.
- O grupo de iguais. Para Jares, tradicionalmente, a incidência desta variável situava-se a partir da adolescência, mas sua ocorrência vem baixando para idades mais precoces, por conta dos tipos de relações sociais que vivemos.
- Os meios de comunicação. Com forte incidência nos

modelos de convivência, Jares destaca a televisão e internet.

- Espaços e instrumentos de lazer. Boa parte desses espaços transmite práticas e valores consumistas, violentos, discriminatórios etc. Meninos, meninas e adolescentes conformam seus valores e modelos de convivência na interação e nas escolhas que estabelecem com os espaços e os instrumentos de lazer.
- Contextos político, econômico e cultural dominantes. Para Jares, “todos os âmbitos anteriores se dão e interagem, no micro ou no mais global dos planos médio e macro, em um determinado contexto político, econômico, social e cultural” (UNESCO, 2010, p. 50-51).

A convivência nesses seis marcos é um contínuo exercício de diálogo (JARES, 2008). O diálogo interrompido inviabiliza a possibilidade da convivência em geral e, em particular, bem como a resolução de conflitos. Para o autor, quando falta respeito, a convivência torna-se impossível, ou no mínimo transforma-se em um tipo de convivência violenta e não democrática. Vemos, assim, o quanto é importante a presença do outro para o nosso próprio crescimento.

O convívio pacífico, tolerante e respeitoso é imprescindível numa sociedade democrática e igual para todos. Assim, é necessária a leitura dessa diversidade para a superação da exclusão e o convívio harmonioso com o diferente.

Para Aragão e Souza (2017, p. 154),

Além de favorecer o diálogo inter-religioso, o jeito transdisciplinar de pesquisar a realidade lança uma nova luz sobre o sentido do sagrado. Uma zona de absoluta resistência ao conhecimento liga o sujeito e o objeto, os níveis de realidade e os níveis de percepção. Mística deriva desse mistério, do respeito a esse ilimitado em todo conhecimento. Espiritualidade é religação com essa dimensão sagrada, profunda e sutil, de toda a realidade: em nosso interior, na natureza e na história, na face do outro. As tradições religiosas e filosóficas formalizam

caminhos para a experiência espiritual, conforme as possibilidades e os limites de cada cultura.

A interação por meio do diálogo, em um processo dinâmico marcado pelo respeito, leva ao conhecimento produzido por diferentes tradições religiosas, pois o convívio com o diferente como fonte de aprendizagem, pelo viés da interculturalidade, possibilita o vislumbre do espaço da religião, as representações, as expressões e percepções do discurso religioso e do pensamento religioso.

Todo ser humano vive e se desenvolve no interior de um conjunto muito complexo de relações, intercâmbios, colaborações e rivalidades. E os laços de linguagem, de cultura, de família, de amizade etc., configuram o surgimento e o desenvolvimento de cada pessoa singular. A partir desses laços, cada um é estimulado e limitado pelos outros seres humanos, e há uma singularidade pessoal na relação com o outro, que pensa e crê diferente.

Conhecer o humano é, antes de mais nada, situá-lo no universo, e não o separar dele. O pressuposto é que os estudantes têm o direito de conhecer todas as dimensões da cultura; entre essas, encontra-se a possibilidade de discutir os problemas fundamentais da existência.

Há uma unidade humana. Há uma diversidade humana. A unidade não está apenas nos traços biológicos da espécie *Homo sapiens*. A diversidade não está apenas nos traços psicológicos, culturais, sociais do ser humano. Existe também diversidade propriamente biológica no seio da unidade humana; não apenas existe unidade cerebral, mas mental, psíquica, afetiva, intelectual; além disso, as mais diversas culturas e sociedades têm princípios geradores ou organizacionais comuns. É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades.

Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo, a multiplicidade do uno. A educação deverá

ilustrar este princípio de unidade/diversidade em todas as esferas. A observação do contexto da sala, dos/as estudantes em relação à diversidade cultural, respeitando em suas diferenças; investimento na atualização científica, pedagógica e cultural, constitui uma formação permanente, que é decorrente de uma perspectiva afetiva no exercício da docência; consideração da ética na sua atuação, bem como procurar desenvolvê-la junto aos alunos; utilização das novas tecnologias da comunicação e da informação, refletindo sobre seu emprego e possibilidades na melhoria das aulas (ROMANOWSKI, 2007).

Pensar o outro disponível para uma nova interlocução criadora, segundo Teixeira (2012, p.181), pode provocar uma ampliação de olhar e enriquecimento próprio com novas possibilidades de um processo que não acontece sem disposições prévias. Educar para conhecer o outro, que pensa, age e crê diferente é exercitar o diálogo com base no respeito profundo e no desejo de preservar a dignidade e direito de existência de cada cultura.

A reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem a partir da reflexão da estudante e do seu depoimento é que não importa somente o domínio dos conteúdos específicos, mas também a transformação destes para a cidadania crítica e ética.

Considerações finais

A educação se constitui historicamente e não acontece de forma isolada, pois está relacionada estreitamente com a sociedade e a cultura de cada época. É necessário, portanto, relacionar a educação e as concepções sociais e culturais de cada momento histórico para refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem.

A educação para a consciência religiosa é um direito do ser humano. O pressuposto é que os estudantes têm o direito de conhecer todas as dimensões da cultura; entre essas, encontra-se a possibilidade de discutir os problemas fundamentais da existência.

É difícil chegar às opções de vida, quando se pretende ignorar a religiosidade, ou então, quando se quer restringi-la a um ensino vago, inútil, por ser destituído da relação entre os modelos históricos, coerentes com a tradição e a cultura dos povos. Essa dimensão requer a compreensão de que o processo de ensino e aprendizagem é voltado para o desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender e de ler a vida.

O “letramento religioso” permite uma leitura que vá além da superfície das coisas, acontecimentos, gestos, ritos, normas e formulações, para a compreensão da realidade de maneira profunda.

A diversidade religiosa advinda da elaboração cultural, sempre esteve presente na história da humanidade, como uma forma de questionar sobre o sentido da vida e do Sagrado.

O espaço escolar como local da aprendizagem pode trabalhar as regras do espaço público democrático, buscando a superação de todo e qualquer tipo de discriminação e exclusão social, valorizando cada indivíduo e todos os grupos que compõem a sociedade brasileira, garantindo o exercício da cidadania e o direito da expressão religiosa e o diálogo intercultural e inter-religioso.

Cidadania — Estudo — Trabalho — estão integrados e os formadores precisam compreender essa relação para organizar o seu cotidiano da sala de aula. O que significa compreender que a educação é um espaço formador que é construído gradativamente ao longo do processo educativo.

Sendo assim, não só o conhecimento religioso se torna objeto de compreensão, mas também o ser humano que busca tal conhecimento como resposta e sentido da vida.

Educar para a diversidade cultural e religiosa é compreender as culturas e religiões que lhes dão forma. É a possibilidade de analisar a relação entre presente e passado para produzir um saber histórico. É o exercício do diálogo com o diferente, com base no respeito profundo e no desejo de preservar a dignidade e direito de existência de cada manifestação cultural-religiosa.

Dessa maneira, uma abordagem pedagógica do ER exige o entendimento e a reflexão do espaço escolar diante do reconhecimento da justiça e dos direitos de igualdades civil, social, cultural e econômico, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os diferentes componentes culturais de elaboração histórico-cultural da nação brasileira.

E retomando as inquietações apresentadas no início do artigo: Como ver o diferente e aprender, com este, a conviver em harmonia? Como abordar a questão da diversidade cultural e religiosa em sala de aula? Esse é o desafio que se apresenta a todos os docentes, mas especialmente aos docentes de Ensino Religioso. Assumir uma atitude que desenvolva a articulação com outras competências (disciplinas e conhecimentos), pode integrar os estudantes em um trabalho conjunto com vistas à formação integral, uma formação que lhe permita pensar globalmente e agir localmente. Cabe, assim, à educação utilizar-se da comunicação e do diálogo para promover o encontro com o outro e o seu Sagrado.

E nesse sentido, alguns aspectos importantes precisam ser considerados:

- O contexto social dos educandos (seus conhecimentos prévios — bagagem cultural e religiosa);
- O papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais;
- A complexidade dos assuntos religiosos em função da diversidade cultural e religiosa.

O/A estudante participa ativamente da construção do processo da aquisição de seus conhecimentos, utilizando a dimensão racional de seu ser, e também as dimensões sensíveis, emocionais e intuitivas. É cidadão/ã de um mundo complexo, onde se inscrevem relações em rede, não menos complexas. Porém, ele é um ser dotado de capacidades criativas e talentosas,

autônomo em seu processo de aprender.

O fazer pedagógico não se revela apenas nas intenções definidas em ementas ou currículos, mas particularmente no cotidiano escolar/universitário, para congregar os discursos científico, político, estético e religioso no mesmo campo cognitivo. Os conhecimentos produzidos pelas etnias, culturas e religiões podem proporcionar ao estudante oportunidades de aprendizagem que compreendam os movimentos específicos das diversas culturas, cujo substantivo religioso colabora no aprofundamento para o autêntico cidadão consciente da diversidade cultural e religiosa.

O processo de ensino e aprendizagem é voltado para o desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender e de ler a vida. A interação por meio do diálogo, em um processo dinâmico marcado pelo respeito, leva ao conhecimento produzido pelas diferentes culturas e religiões.

Referenciais

ARAGÃO, Gilbraz de Souza. Introdução. p. 17-20. In: JUNQUEIRA, Sérgio, BRANDENBURG, Laude, KLEIN, Remi. *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017.

ARAGÃO, Gilbraz de Souza; SOUZA, Josilene Silva da. Objeto de estudo, objetivos e eixos do Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular. p. 143-144. In: JUNQUEIRA, Sérgio, BRANDENBURG, Laude, KLEIN, Remi. *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017.

BENEDICT, Ruth. *Padrões de cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BENKÖ, A. *Psicologia da religião*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

BONAFÉ, Jaume Martínez. Na escola, o futuro já não é passado, ou é. Novos currículos, novos materiais. p. 102-111. In: JARAUTA, Beatriz; IMBERNÓN, Francisco (Orgs.). *Pensando no futuro da educação — uma nova escola para o século XXI*. Porto Alegre: Penso,

2015.

BRASIL. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional* LEI 9394/96. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Base Nacional Comum Curricular*, 2017.

COSTELLA, D. O fundamento epistemológico do ensino religioso. In: JUNQUEIRA, S.; WAGNER, R. (Orgs.) *O ensino religioso no Brasil*. Curitiba: Champagnat, 2004.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma Pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Ed. Biblioteca Digital Paulo Freire. Disponível em www.paulofreire.ufpb.br

GIL FILHO, Sylvio Fausto. Espaço sagrado no Islã Shi'i: notas para uma geografia da religião do Shi'ismo Duodécimano. In: SERPA, A., org. *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações* [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 139-159. Disponível em <http://books.scielo.org/id/bk/pdf/serpa-9788523211899-08.pdf>. Acesso em outubro de 2018.

JARES, X.R. *Pedagogia da Convivência*. São Paulo: Palas Athena, 2008.

JUNQUEIRA, Sérgio; GABRIEL JÚNIOR, René Faustino; KLUCK, Cláudia Regina; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro. *Socialização do saber e produção científica do ensino religioso* [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

KLERING José Romaldo. A disciplina de Cultura Religiosa como espaço integralizador da educação, na universidade. *Teocomunicação*. Porto Alegre v. 41 n. 1 p. 128-149 jan./jun. 2011

KLUCK, Cláudia Regina. Livro didático e Ensino Religioso. p. 260-267. In: JUNQUEIRA, Sérgio, BRANDENBURG, Laude, KLEIN, Remi. *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

PASSOS, João Décio. *Teologia e outros saberes — uma introdução ao pensamento teológico*. São Paulo: Paulinas, 2011. 2.^a ed.

RODRIGUES, Edile Maria Fracaro; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; MARTINS FILHO, Lourival José. *Perspectivas pedagógicas do ensino religioso – formação inicial para um profissional do ensino religioso*. Florianópolis: Insular, 2015.

RODRIGUES, Edile Maria Fracaro. Desenvolvimento Religioso. p. 207-2015. In: JUNQUEIRA, Sérgio, BRANDENBURG, Laude, KLEIN, Remi. *Compêndio do Ensino Religioso*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2017.

ROMANOWSKI, J.P. *Formação e profissionalização docente*. Curitiba: IBPEX, 2006.

SACRISTÁN, José Gimeno. Apresentação: Por que nos importamos com a educação do futuro? In: JARAUTA, Beatriz; IMBERMÓN, Francisco. (Org.) Tradução de Juliana dos Santos Padilha. *Pensando no futuro da educação — uma nova escola para o século XXI*. Porto Alegre: Penso, 2015.

SANTOS NETO, José Martins dos. *Cultura religiosa e inserção acadêmica*. Horizonte, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 145-148, 1^o sem. 2004.

SÉRVIO, Pablo Petit Passos. O que estudam os estudos de cultura visual? *Revista Digital do LAV - Santa Maria - vol. 7, n.2, p. 196-215 - mai./ago.2014*

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes. 2002.

TEIXEIRA, Faustino. O imprescindível desafio da diferença religiosa. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, Ano XX, Nº 38, p. 181-194, jan./jun. 2012.

TRENTI, Z. *L'Esperienza religiosa*. Leumann: Elle DiCi, 1999.

UNESCO. *Cultura de paz: da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo*. — Brasília: UNESCO; São Paulo: Associação Palas Athena, 2010.

Questões Práticas: expressões Religiosas Amazônicas

Milena Maria de Sousa Silva
Rosiane Barbosa Ferreira

Para busca entender a dinâmica plural do processo religioso nos diferentes espaços que compõe o território brasileiro se faz necessário exercitar a identificação e reconhecimento das especificidades e aproximações dentro do universo religioso nacional.

Para isso, com o objetivo de fazer uso de demonstrações sobre a diversidade cultural e religioso presente, mais especificamente, no norte do Brasil- na chamada região amazônica- abordar-se-á algumas questões referentes às expressões sagradas praticadas na região e que servirá de embasamento para discussão em sala de aula sobre diversidade religiosa no país.

Religiosidade na Amazônia: a influência dos grupos indígenas nos utensílios religiosos na religião

Alguns conceitos dos objetos em cerâmica à serem trabalhados em espaços religiosos, estão sendo pautados por intermédios de diferentes olhares quanto a releitura e ressignificação destes utensílios que, no início eram confeccionados por antigas civilizações de etnias Maracá, Tapajônica e Marajoara. Podendo ser conhecido como “evolução, empréstimo, e apropriação de estilos” sendo esses “importantes para pensarmos inclusive as relações de competição e de dominação entre os diferentes cacicados Amazônicos” (Shaan,2007).

A utilização da Cerâmica em diferentes espaços religiosos, em que a manifestação da cerâmica, de uso utilitário, como por exemplo as que são confeccionadas em Icoaraciense- Belém- Pará, que ao longo da história sempre foi vista de maneira comercial e utilitária, a pouco tempo, faz reluzir um novo cenário, como uma expressão criativa e reprodutora do imaginário amazônico e da arte rupestre paraense, ao mesmo tempo, focando necessariamente a sua recepção comercial fundamentado na eficácia simbólica do conjunto artístico¹ que remonta inclusive aos tempos pré-colombianos.

Todo processo se inicia pela prática do manejo da argila, desde sua retirada as margens de igarapés (braços de rios da região), para confecção de objetos de cerâmica, pelos tradicionais oleiros de Icoaraci, na cidade de Belém do Pará, onde se tem uma das maiores produções de objetos cerâmicos.

A fala de um mestre ceramista apresenta um sistema de ensino e repasse de conhecimento praticado por antigas civilizações pela oralidade e pratica no manejo, pelo que diz começar a trabalhar com cerâmica aos dez anos de idade. ” Aprendi a arte com meu pai, que já era ceramista e o que aprendeu com o pai dele que também era. Tendo então de 130 a 140 ano de tradição familiar dentro da arte e agora meus filhos e netos que já se entrosam e estão aprendendo. (ROSEMIRO, 2016). Esse processo de transmissão de saberes populares, acrescido do imaginário que cerca a região, grafados nas peças confeccionadas.

¹ A importância da visão do artista, retratada pela memória, sustentada por Gilbert Durand (1984) em que não há mudança material sem que haja uma correlação de mudanças simbólica. Passando assim, por uma remoldagem, na significação dos símbolos ou de multiplicação dos gestos de simbolização. (Loureiro, 2007, p.12).



Mestre Rosemiro, em sua olaria manuseio da argila.
Fonte: Dissertação de mestrado Rosiane Ferreira, 2018



Cerâmica produzida nas olarias de Icoaraci/PA.
Fonte: Dissertação de mestrado Rosiane Ferreira, 2018.

Atividade 1

Com base na comercialização dos objetos em cerâmica, você conhece a existência de mestres oleiros em sua região (artesão que confecciona objetos de argila)?

Atividade 2

Partindo das experiências locais, que objetos em Cerâmica, você já teve a oportunidade de visualizar? Este acesso ocorreu em: museus, exposições, feiras, escolas, aldeias, revistas, ou espaços religiosos? Você saberia identificar se esse objeto circula em alguma espaço religioso?

Fique Sabendo!

O que são as quartilhas e para que são utilizadas ?

As "quartinhas de barro" estão presentes em todo o culto africano, nas mais diversas formas em que este se apresenta e acompanham todos os assentamentos de Òrìsà. Devem ser feitas de barro natural (amò) e em seu interior é colocada água (omi). A água colocada em seu interior transpira e evapora, necessitando assim de um abastecimento constante.

As águas (omi), e o barro primordial (amò), são os elementos utilizados por Òsàlá para moldar o ser humano, para que, após fisicamente moldado, Olódùmarè lhe insufla o Emí, princípio vital representado pela respiração, gerando assim a vida.

A Cerâmica e Grafias Indígenas em Diferentes Espaços Religiosos



Congresso Eucarístico, Belém/PA 2017.

Fonte: Rosiane Ferreira, 2017.

Atividade 1

Dinâmica do Painel Integrado: distribuir targetas aos alunos para que cada um escreva ou desenhe o nome de objetos de cerâmica existentes em sua casa ou templo religioso. Respondendo as seguintes questões: Por qual nome, você conhece o objeto? Em quais templos religiosos e outros lugares, costumam ser usados? Cole as targetas no mural fixado na parede da sala de aula.

EM CASA	NO TEMPLO RELIGIOSO

As quartinhas

As quartinhas também são chamadas de Busanguê, Eni, Amoré e outros, dependendo da nação. Colocar quartinha de louça aos pés da divindade, não é uma prática do Candomblé antigo, porque na África não se produz louça. Todos os utensílios ligados ao culto das divindades são feitos na sua maioria de barro e quando não são feitos de barro, é usado terracota ou argila.

As quartinhas então representam vida e criação, elementos sem os quais não existe Òrìsà, tampouco àse. Sua natureza sempre mutável, precisando constantemente de abastecimento, nos lembra que a vida sempre está em movimento, sendo necessária a renovação contínua e periódica do àse (energia dinâmica em movimento), tanto individual quanto coletivo, princípio este que permeia todo o culto a Òrìsà.

A quartinha representa a respiração da divindade, então quando a divindade necessita dessa respiração, há o ciclo de evaporação da água através dos poros do barro. Aos Orixás masculinos são oferecidos quartinhas de barro sem alça, aos Orixás femininos são oferecidos quartinhas normalmente de louça ou mesmo de barro com alça.



Fonte: Roseane Ferreira, 2017.

Atividade 2

Sobre as quartilhas utilizadas em atividades religiosas existe uma simbologia quanto ao material ao qual é produzida, o barro. A partir da leitura do texto identifique o significado do barro para a fabricação das quartilhas na religiosidade afro.

Atividade 3

Forme grupos com os alunos e realize uma pesquisa sobre a simbologia do barro presente nas religiões conhecidas por eles, expondo o conhecimento sobre a importância e a função do barro na narrativa religiosa.

Cristina Barreto, pesquisadora da área em seu livro, *Cerâmica e complexidade social na Amazônia antiga: uma perspectiva a partir de Marajó*, Em linhas gerais pontua:

1. os “indivíduos veem os outros e a si mesmo como elementos definidores da sociabilidade ameríndia” (BARRETO, 2006, p.196).
2. Tomando para uma reflexão sobre alguns processos de confecção e decoração de objetos documentados pela tecnologia ameríndia. (BARRETO, 2006, p.197)

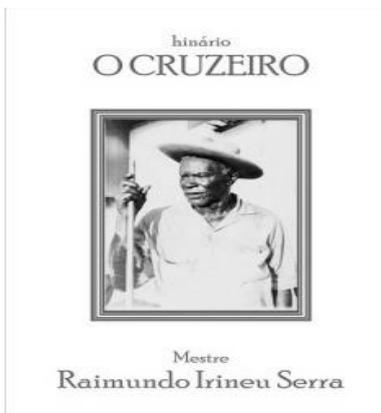
A natureza e a fé: a importância do uso de elementos naturais na prática religiosa do Santo daime.

Sobre o uso de elementos da natureza, os homens primitivos já se voltavam aos recursos naturais para compor a solução dos males que os assolavam, pois as questões referentes à saúde estavam relacionadas às noções religiosas; daí cabia aos feiticeiros

intermediar a relação entre humanos e deuses, onde a noção da cura estava intimamente ligada ao conhecimento e manipulação de determinados componentes, nesse sentido, magia, religião e uso de elementos medicinais ligados à saúde não se separavam. (TITONELLI ALVIM et al., 2006, p. 316). Com o passar do tempo, houve uma mudança na sociedade ocidental relacionada à maneira de se referir a essa interdependência entre práticas de manipulação de elementos naturais vinculados a religião, decaindo para uma posição de ‘religião inferior’ em detrimento as instituições religiosas, se tornando algo profano ao longo da história. (BOURDIEU, 2001, p. 43-44).

Ao que se refere à região norte do país persiste a utilização de plantas vinculada as práticas religiosas, como é o caso a religião Santo Daime que se originou na religião amazônica (no estado do Acre) e que tem como característica mais marcante “a ingestão da bebida psicoativa chamada daime, uma ressignificação da milenar bebida indígena de nome ayahuasca preparada, em geral, a partir de três elementos naturais: O Cipó, a Folha e água” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 151).

O uso de ervas na região norte está muito relacionado à sabedoria dos ancestrais e reestruturação desse conhecimento as diferentes situações do cotidiano. A religião do Santo Daime é um dos exemplos mais expressivos sobre a importância dos recursos naturais da floresta para a religião, pois seu aspecto principal está associado a bebida do Daime como uma forma de conexão espiritual utilizando plantas consideradas sagradas. (ALVERGA, 1998, p. 20).



Capa do hinário com a foto do mestre Irineu.

Fonte: www.google.com.br/imagens

Para saber mais:

Raimundo Irineu é o fundador do santo Daime, ele desenvolveu a doutrina por meio de instruções espirituais que se revelavam à medida que fazia uso do Daime, no início do século XX na região amazônica. A mensagem da doutrina está contida nos hinos que são cantados à medida que se ingere a bebida, por isso, o Santo Daime é tido como uma religião de doutrina musical; o hinário que reúne a doutrina daimista é chamado de *O Cruzeiro*.

Atividade 1

Texto 1:

O Daime é o Daime /
O Professor dos Professores.../
O Daime é o Daime /
O Mestre de todos ensinamentos.
(Hino nº 12 de Alfredo Gregório).

Texto 2:

Da floresta eu recebo /
Força para trabalhar /
Da floresta eu tenho tudo /
Tudo, tudo Deus me dá.
(Hino nº 14 de Alfredo Gregório).

A partir do entendimento das composições acima; escreva sobre a importância dos recursos naturais para prática religiosa do Santo Daime.

Atividade 2

Você conhece alguma prática religiosa que se utiliza de elementos da natureza na celebração? Se sim, descreva qual.

Atividade 3

Para a religião do Santo Daime uma característica fundamental é a ingestão do chá de Daime, portanto, para garantir o provimento da bebida (a base de plantas) se faz necessário ensinar sobre o cuidado com a floresta, lugar natural e sagrado da prática da religião.

Com base nas informações apresentadas, faça uma pesquisa sobre a importância da natureza para as religiões.

Religiosidade popular na Amazônia e o uso de ervas para cura

Na região amazônica é comum a prática das transformações religiosas institucionais oficiais (igrejas) para expressar uma forma de crença que reúne diferentes influências, entre elas, a maneira de exercer uma fé que está relacionada às vivências sociais e ambientais típicas da região. A pajelança cabocla e o catolicismo popular são muito presentes na região e tem como uma das características o uso de plantas e ervas da floresta para tratar males, que podem ser de origem natural ou espiritual (MAUÉS, 1990, p. 195).

O conhecimento popular se liga a formas de conceber uma religiosidade popular que faz uso de elementos religiosos na interpretação de doenças que podem ter uma motivação sobrenatural, como mal olhado, feitiçaria, olho gordo, etc.; a partir dessas noções se estabelece as ervas ou plantas mais indicadas para o tratamento das moléstias (FONTENELLE, 1959, p. 38).



Mercado o Ver-o-Peso, Belém/PA
Fonte: www.google.com.br/imagens

Para saber mais: “O Ver-o-Peso não é uma feira de bairro, como tantas outras que existem em Belém e outras cidades. Ela está no centro da cidade, mas não se confunde com os ‘Mercados centrais’ (...). Na realidade, por sua localização ribeirinha, mantém uma interface imperativa com o mundo rural da Amazônia. A observação nas feiras e mercados permite identificar a produção e manutenção de práticas e saberes ‘ribeirinhos’ em ambiente urbano”. (LEITÃO, 2010, p. 24).

Atividade 4

Sobre o uso de produtos naturais típicos da região amazônica em tratamentos de moléstias ligados que estão relacionados às crenças religiosas temos a representação das imagens abaixo:

Imagem 1: ervas *in natura*, garrafadas (uma espécie de remédio a base de plantas) e banhos de ervas são indicados para os mais variados tipos de doenças, de acordo com a crença popular, à venda no mercado do Ver-o-Peso em Belém.



Fonte: www.google.com.br/imagens

Imagem 2: Amostra de medicamentos produzidos a partir de plantas e ervas conhecidas da região amazônica usadas no tratamento de saúde em uma comunidade católica no interior do estado do Pará.



Fonte: Milena Silva, 2018.

Forme grupos para discutir sobre como as religiões interpretam problemas ligados à saúde e como elas apresentam soluções para os males. Após a discussão, exponha as conclusões para a turma.

Atividade 5:

Preencha com (V) de verdadeiro ou (F) de falso as afirmações:

- () É comum na região amazônica uma reelaboração de práticas religiosas levando em consideração a inclusão de sabedorias tradicionais da região.
- () Na região Norte do país há uma valorização do uso de produtos naturais regionais ligado a religiosidade popular para tratamentos de moléstias, tanto físicas como espirituais.
- () A prática da benzedeira (geralmente, uma mulher experiente que através de orações e benzimentos usando plantas como a arruda faz em alguém que está doente para curá-lo) não é caracterizado como religiosidade popular.
- () O que entendemos como religiosidade popular está relacionado a transformações de praticas religiosas oficiais da igreja para se aproximar ou se adequar a elementos culturais, como crenças, de uma determinada região.

Atividade 6:

Faça uma pesquisa e produza um cartaz explicativo sobre algumas iniciativas que possam ser entendidas como religiosidade popular e quais os principais objetos utilizados como componentes importantes na manifestação religiosa.

Círio de Nazaré: Festa Religiosa Popular na Amazônia

Na Amazônia as estas religiosas populares estão em sua maioria relacionadas as “Festas dos Santos” herança do catolicismo na região desde os tempos coloniais. Contudo esse catolicismo ele sofre influência dos aspectos culturais da religião e ganham novas características dependendo de cada lugar.

Uma das principais manifestações religiosas encontrada na região norte é o círio de Nossa Senhora de Nazaré, que acontece todos os anos no segundo domingo do mês de outubro em Belém do Pará em homenagem a Virgem de Nazaré. É a maior festa religiosa do estado e uma das maiores do Brasil.

A celebração do círio dura cerca de quinze dias em que há vários festejos nesse tempo, é uma festa religiosa que envolve a cidade que recebe um número grande de pessoas vindas de vários lugares. O trajeto da procissão no segundo domingo de outubro é tida como a principal, porém são realizadas várias procissões no período dos 15 dias que dura a festa, sendo os principais destaques da festa popular: o círio fluvial, a peregrinação da imagem pelos municípios vizinhos que compõem a região metropolitana de Belém, a transladação e o círio das crianças.



Fonte: www.google.com.br/imagens

Para Saber Mais: A origem da festa está relacionado à lenda do achado de uma imagem de Nossa Senhora pelo caboclo Plácido as margens de um igarapé, ele então recolheu a imagem e a levou para sua casa, no dia seguinte para sua surpresa a imagem já não estava mais em sua residência, então Plácido resolveu voltar até o igarapé e para sua surpresa a imagem estava no mesmo lugar, todas as tentativas de retirada da imagem do local encontrada pelo caboclo foram frustradas, visto que ela sempre voltava misteriosamente para o mesmo lugar, até que os devotos resolveram fazer uma capela onde a imagem foi encontrada. Sendo assim, o achado da imagem gerou grande comoção nos moradores de Belém dando início, em 1793, a devoção da santa através da procissão religiosa e culminou com a festa do círio de Nazaré. (ALVES, 2005, p. 323).

Atividade 7:

Procissões religiosas são comuns em muitos lugares do Brasil. Cite alguma procissão religiosa que exista na sua cidade e explique quais são as principais características encontradas na celebração.

Atividade 8:

No espaço abaixo, faça um desenho que represente uma celebração religiosa conhecida por você e diga a qual religião ela pertence.

**Atividade 9:**

“Menino, acorda e vem olhar/
Que o sol não tarda em levantar/
Vem ver Belém que começa a festejar/
Outros outubros tu verás/
E outubros guardam histórias/
Ver o peso quando for a hora”.
(Padre Fábio de Melo)

Marque a alternativa correta sobre a qual festa religiosa a música acima se refere?

- A procissão da Nossa Senhora das Candeias.
- Ao círio de Nazaré.
- A marcha para Jesus.
- Dia de Iemanjá.
- Festa do Divino.

Atividade 10

Em sua opinião, é importante respeitar as manifestações religiosas das diferentes religiões?

Referencias:

- ALBUQUERQUE, Maria Betânia Barbosa. Religião E Educação: Os Saberes Da Ayahuasca no Santo Daime. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IV, n. 10, Maio 2011.
- ALVERGA, Alex Polari de. *O Evangelho segundo Sebastião Mota*. Boca do Acre/AM: Cefluris Editorial, 1998.
- ALVES, I.; ALVES, I. A festiva devoção no Círio de Nossa Senhora de Nazaré. *Estudos Avançados*. 2005, v.19, n. 54, p. 315-332.
- BASTOS, Solange. Na rota dos Arqueólogos da Amazônia, 2015
- BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.
- FONTENELLE, L.F. Raposo. *Aimorés: análise antropológica de um programa de saúde*. Rio de Janeiro: DASP, 1959.
- MAGALHAES, Marcos Pereira, *Amazonia Antropogênica*, 2016
- MAGALHAES, Marcos Pereira, *A Physis da Origem , o sentido da História na Amazônia*, 2005
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *A ilha encantada: Medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores*. Belém: UFPA, 1990.
- PEREIRA, Edithe. *Arte Rupestre na Amazonia- Pará*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, São Paulo: Unesp,2003.
- PEREIRA, EDITHE & GUAPINDAIA Vera. *Arqueologia na Amazonia* (2010)
- _____. *Análise Preliminar das Pinturas de Monte Alegre (PA)*. *Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi* (Belém), v.8, n.1, p.5-24, 1992.
- _____. *Levantamento Arqueológico dos Sítios com arte Rupestre do Baixo Amazonas. Relatório de Pesquisa*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.
- _____. *Arte Rupestre na Amazônia*. In: VV.AA. *Arte da Terra: Resgate da Cultura Material e Iconografia do Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Sebrae, 1999.
- SCHAAN, Denise Pahl. *Iconografia Marajoara: Uma abordagem estrutural*. *En Rupestreweb*, <http://www.rupestreweb.info/schaan.html>. 2001.

SILVA, Milena Maria de Sousa. O Paradigma da Bioenergia Como Técnica de Cura: estudo sobre a utilização de terapia holística ao contexto católico em Capanema/PA. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade do Estado do Pará. Belém, 2018.

TITONELLI ALVIM, N. A, FERREIRA, M. D. A; EVANGELISTA CABRAL, I; DE ALMEIDA FILHO, A. J. O uso de plantas medicinais como recurso terapêutico: Das influências da formação profissional às implicações éticas e legais de sua aplicabilidade como extensão da prática de cuidar realizada pela enfermeira. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 14, n. 3, 2006.

Sobre os autores

Edile Maria Fracaro Rodrigues	Professora lotada no curso de Teologia (PUCPR–Escola de Educação e Humanidades) para a disciplina de Cultura Religiosa. Doutora em Teologia e Mestre em Educação pela PUCPR. Pesquisadora do Grupo Pesquisa em Educação e Religião – GPER
Elaine Costa Honorato	Doutorando em Ciência da Religião pela PUCSP, professora do Colégio de Aplicação da UFAC
Marcos Vinicius de Freitas Reis	Doutor em Sociologia, Mestrado em Ciência Política e Licenciado em História.
Milena Maria de Sousa Silva	Mestre em Ciências da Religião pela UEPA e graduada em História (bacharel e licenciatura) pela UFPA
Rodrigo Oliveira dos Santos	Doutorando em Ciência da Religião, Mestre em Educação e Licenciado em Ciências da Religião.
Rosângela da Silva Siqueira	Doutora em Ciências da Religião – Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO; participante do Grupo de Pesquisa Myithos: Humanidades, Complexidades e Amazônia vinculado à Universidade do Estado do Amazonas
Rosiane Barbosa Ferreira	Mestre em Ciências da Religião, graduada em Ciências da religião pela UEPA e licenciada em pedagogia pela UVA
Sérgio Rogério Azevedo Junqueira	Livre Docente em Ciência da Religião; Pós-Doutor em Ciência da Religião e em Geografia da Religião; Doutor e Mestre em Ciência da Educação; Licenciado em Pedagogia e Bacharel em Ciências Religiosas, foi professor titular da PUCPR.
Taciane Jaluska	Doutora e Mestre em Teologia; Bacharel em Turismo.



Coleção Estudos de Religião
Livro 1
Ensino Religioso na Região Norte

Livro 2
Ensino Religioso:
Um espaço para o laico